



Universidade Federal Fluminense
Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em História

**Feminismo capturado pelo mercado: o caso da Unilever (anos
1990-2016).**

Pollyana Labre Andrade

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós graduação em História da
Universidade Federal Fluminense.

Niterói
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A553f Andrade, Pollyana Labre
 Feminismo capturado pelo mercado : o caso Unilever (anos
 1990-2016) / Pollyana Labre Andrade ; Tatiana Poggi,
 orientador. Niterói, 2019.
 135 f. : il.

 Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
 Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.m.14364665711>

 1. Feminismo. 2. Neoliberalismo. 3. Produção intelectual.
 I. Poggi, Tatiana, orientador. II. Universidade Federal
 Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

Resumo

O trabalho tem por objetivo uma análise crítica sobre a captura do movimento feminista pelo mercado. Para tanto partimos de uma localização do neoliberalismo e das lutas do movimento feminista através de sua história. Desta forma chegamos ao estudo do caso Unilever, uma multinacional que vem se construindo nos últimos anos como incentivadora da igualdade de gênero. A partir deste objeto podemos identificar as contradições e mecanismos de distorção e redirecionamento das pautas do movimento feminista, destacando-se a construção de um feminismo de cunho liberal.

Palavras chave: Feminismo – Neoliberalismo – Feminismo Marxista – Feminismo Liberal – Unilever.

This dissertation brings a critical analysis of the capture of the feminist movement by the market. For this we start with a discussion of neoliberalism and the struggles of the feminist movement through its history. In this way we come to the study of Unilever case, a multinational company that has been building in recent years a public image favorable to gender equality. The analysis of this object permits to identify the contradictions and mechanisms of distortion and redirection of the feminist movement's guidelines, highlighting the construction of a liberal feminism.

Keywords: Feminism-Neoliberalism- Marxist Feminism- Liberal feminism- Unilever

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Pollyana Labre Andrade

Nível: Mestrado

Título do projeto: Feminismo capturado pelo mercado: o caso da Unilever (anos 1990-2016).

Setor Temático: História Contemporânea III

Linha de Pesquisa: Economia & Sociedade

Orientador: Prof.^a Dr. Tatiana Poggi

Início do Curso: 1º semestre de 2017

Instituição Financiadora: Capes

“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem.” (Rosa Luxemburgo)

AGRADECIMENTOS

Até este momento, acreditei que o mais difícil era escrever a dissertação, mas, parada frente ao computador, não posso deixar de concluir que esta é a parte mais difícil. O mestrado se apresentou, para mim, como uma sequência de pressões, a cada relatório, a cada trabalho, cada capítulo... só a recordação do processo já aperta o peito. Contudo, este momento de agradecer também me gera uma certa angústia, talvez por medo de esquecer alguém, mas, principalmente, pelo medo de não encontrar palavras que façam justiça às pessoas que me apoiaram nessa trajetória.

Seguindo alguma norma — que eu talvez tenha tirado da minha cabeça — começo agradecendo a quem, antes de tudo, inclusive da minha chegada ao mundo, já torcia por mim, pela minha felicidade e pelo meu desenvolvimento enquanto ser humano empático, meus pais, Nazaré e Itamar, que dedicaram e dedicam a vida a dar apoio aos filhos, mesmo em decisões com as quais eles não concordavam. Assim sendo, mesmo com aperto no peito e saudades, deram esta filha pro mundo, torcendo todos os dias para que ela estivesse feliz e fazendo aquilo que ama.

Individualmente, agradeço à minha mãe por me ensinar a ser a mulher que sou hoje, porque, através do seu exemplo, aprendi a nunca me calar diante de uma injustiça. Ao meu pai, pelo exemplo de generosidade com quem mais precisa. A Amélia que foi sempre uma segunda mãe pra mim. A toda minha família, pela coleção de mulheres incrivelmente fortes, apesar de todas as adversidades, em especial, as minha velhinhas, Dona Eunice e Dona Marli, matriarcas responsáveis por todo o clã Labre e Andrade respectivamente. Aos meus irmãos, Pedro, pelo companherismo e até pelas brigas, que fizeram ambos crescerem, e sei que ainda farão; Marcel, ainda que exista somente como

uma ideia, sua vida e sua partida também, de alguma forma, estão em mim e fazem parte de quem eu sou. Aos meus pseudo-sobrinhos Ravi, Gabriel, Narayanni e Cecília, nenhuma luta vale a pena se não tivermos por quem lutar.

Dizem que os amigos são a família que a gente escolhe, não sei se foi uma questão de escolha, de destino ou de encontro, mas nos anos de UFF é indiscutível que fui adotada por diversas famílias. A primeira delas talvez tenha sido a do Capitalismo em Desencanto, foi na construção coletiva desse blog que tive a oportunidade de me desenvolver enquanto pensadora, mas também que conheci algumas das pessoas mais brilhantes e amorosas — apesar da dinâmica grosseira do grupo. Ainda que alguns tenham seguido caminhos diversos e se afastado, trago todos comigo. Aos que ficaram, agora, já é tarde para fugir.

Isto posto, inauguro esta parte dos agradecimento com aquela que se tornou a melhor companheira que eu poderia escolher — Giovanna. Nos agradecimentos da sua dissertação, você começa agradecendo aos seus pais por terem aguentados suas oscilações de humor no processo de escrita; no meu caso, foi você, mais que ninguém, a responsável por segurar diversas barras que eu passei. Obrigada! Não só pela amizade e carinho nos momentos de tensão, mas por todas as risadas, sambas, blocos e pizzas no Point da Família.

À Juliana, agradeço pelo acolhimento, carinho e colo, pelas longas conversas e apoio emocional, tem coisas que só você entende. Ao Marco, pelas ajudas acadêmicas, noites de buraco e pelas piadas maravilhosas. Aos dois, agradeço por trazerem o Pedrinho para este mundo, pois precisamos dessa renovação para nos dar força.

Agradeço às minhas amigas malignas da UFF, sempre dispostas a botar fogo no parquinho e defender uma educação de qualidade. À Renata, pela voz da sabedoria. À Elis, pela delicadeza (que tenta disfarçar, mas não consegue). À Marianinha, que

possui uma grandeza de espírito e uma força transformadora. À Tatiana, que, em meio as suas monstices, é uma das pessoas mais queridas do mundo, com sua generosidade e amizade, pois não mede esforços para ajudar os amigos; um grande exemplo de mulher na qual, não só eu, mas muitas de nós, nos inspiramos.

À todas e todos da Resistência, em especial ao Xandão e Jessica Sol que, de maneiras muito distintas, me ensinaram a ser uma militante melhor.

Sendo o processo do mestrado extremamente estressante, no meio deste caminho foi necessário que eu buscasse outras atividades para, simplesmente, não surtar. Para minha sorte, me inseri em dois grupos que, com o tempo, se tornaram mais que apenas uma distração da dissertação. Ao Piranhas Team e ao Bloco Maria Vem Com as Outras, agradeço por todos os momentos de felicidade, aprendizagem e troca com o desconhecido, proporcionados por ambos. A luta e a música fazem agora parte de mim, assim como esses dois projetos. Agradeço assim à Eliz, Antônio, Lilian, Hallison, Elton, Piton, Davi, Hugo, João Marcelo, Ana Julia, Dio e Julia, do Piranhas; dos mais antigos aos mais novos, obrigada pelo carinho e acolhimento. Do Marias, agradeço à Marina, Aline, Mari Kury, Vivi, Bibiana, Isis, Romã, Sarah, Elisa e Claudinha, por me fazerem gostar ainda mais de carnaval.

À Sophia e ao Fael, por dividirem a casa e os ouvidos comigo, por estarem, neste momento, preocupados se estou comendo ou não, por cuidarem de mim e por todas as conversas filosóficas aleatórias que temos todas as vezes que sentamos na nossa sala. Ao Doyle, por gostar de mim de graça.

Chegando ao fim dos agradecimentos, torço para não ter esquecido ninguém. O cansaço bate à porta e a memória pode falhar. Fecho, então, com os agradecimentos institucionais.

À minha orientadora — a quem agradeço pela segunda vez — sou grata pelo

esforço de me aguentar nas minhas pirações acadêmicas e no meu linguajar militante. Por não ter desistido de mim e por valorizar minha pesquisa. Mas, em especial, agradeço por acreditar em mim, desde o momento em que comecei a cogitar fazer a seleção do mestrado, por me incentivar e por continuar fazendo isso mesmo depois do fim desta pesquisa.

Aos funcionários da UFF, especialmente às terceirizadas. À rainha, dona da História UFF, Juceli, que, mesmo depois de se livrar de mim na graduação, continuou aguentando minhas visitas. Agradeço pela Universidade pública e de qualidade, lutaremos até o fim por esse direito.

À CAPES, por financiar minha sobrevivência nesses dois anos de pesquisa. E, citando uma amiga, “por financiar até as ciências que não dão retorno financeiro, mesmo que a contragosto”.

Ao PPGH-UFF, por me fazer voltar para a terapia, sinto que sou uma pessoa melhor hoje.

A todas as mulheres que lutaram antes de nós e a todas que continuaram nossas batalhas até o fim do capitalismo, machismo e racismo.

À Marielle Franco.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A FASE NEOLIBERAL.....	18
2.1 Marx e Gramsci.....	22
2.2 O Neoliberalismo.....	30
2.3 Os Efeitos Neoliberais.....	45
3 CONSIDERAÇÕES PERTINENTES SOBRE O FEMINISMO.....	58
3.1 Capitalismo e Patriarcado.....	59
3.2 Uma Breve História: Feminismo e Revolução.....	65
3.3 Debates Teóricos.....	72
3.3.1 Anos 1990 e Feminismo no Brasil.....	81
4 O CASO UNILEVER.....	87
4.1 O “Ciclo Brilhante”	89
4.1.1 Empreendedorismo Feminino.....	91
4.2 Dove x Axe.....	96
4.2.1 O Poder da Indústria Cultural.....	96
4.2.2 O Papel da Imagem.....	99
4.2.3 A Mulher na Publicidade Unilever.....	100
5 ANEXOS.....	110
6 CONCLUSÃO.....	122
7 BIBLIOGRAFIA.....	126

1 INTRODUÇÃO

O que nos leva a empregar certo tempo e energia num processo de trabalho como uma pesquisa acadêmica? Para muitos de nós, jovens formandos, essa é a saída mais viável num cenário em que reinam a precarização do trabalho e o desemprego. Mas isso não bastaria para que rendêssemos tanta dedicação à pesquisa; a paixão é, também, um elemento indispensável, nossa intenção, os porquês que nos levam a tantos objetos e as possibilidades de nos voltarmos para algum em específico.

O trabalho do historiador é voltar-se para o passado, buscando algo que lhe carece no presente. Dessa forma, reconhecemos que sim, nossas intenções particulares (ainda que pensadas para melhorias coletivas) são indispensáveis. E, portanto, a ideia de neutralidade, objetividade e imparcialidade do pesquisador são ideias que só servem aos cínicos. Nada disso quer dizer que se abra mão do rigor teórico metodológico, pois fazemos ciência e nenhuma certeza pessoal deve desmerecer o processo científico.

Para além das nossas motivações pessoais, a pesquisa acadêmica seria em vão se de nada servisse à sociedade na qual é produzida. É preciso que o projeto tenha uma justificativa, que revele sua importância enquanto tema a ser estudado. Logo, a escolha de um objeto passa por um processo que envolve uma série de sensibilidades, seja a respeito de si mesmo, seja sobre o mundo que nos cerca.

Por isso, nada mais natural que, num período de ascensão das lutas do movimento de mulheres, em que o mesmo é recebido de forma bastante contraditória em diversos setores da sociedade, a presente pesquisa tenha como fim o entendimento das relações entre o neoliberalismo e o feminismo, como se relacionam e o que isso significa. Vamos nos apoiar em relações e objetos concretos de análise, usando, assim, a

multinacional Unilever como mote para este debate. Mas, antes de avançarmos, gostaria de fazer algumas considerações sobre o movimento feminista contemporâneo.

Em primeiro lugar — pode parecer óbvio, mas é necessário dizer — o feminismo é, atualmente, uma potência muito forte entre os movimentos sociais. No Brasil, essa nova onda¹ ganha volume a partir de uma série de manifestações, ocorridas em junho de 2013, que ficaram conhecidas como “Jornadas de junho”. Esse movimento descentralizado e inicialmente espontâneo, que começou pela contestação do aumento dos preços das passagens, ganha, depois de violentamente reprimido, uma nova proporção e ampliação de suas pautas.

Passado o momento de maior agitação, o substrato desse processo foi um salto organizativo de diversos movimentos. Cerca de dois anos depois dessa sequência de acontecimentos, o movimento feminista autônomo ganha as ruas, sendo a vanguarda da contestação de práticas abusivas e antidemocráticas de políticos, protagonizando, assim, as marchas pelo “Fora cunha”. A série de manifestações e ações coletivas das mulheres, em 2015, ficou conhecida como “Primavera das Mulheres”, apresentando o que seria mais um salto organizativo do movimento.

Vemos, dessa forma, o movimento de mulheres ganhar cada vez mais destaque e, não à toa, ser cada vez mais atacado. No Brasil, as feministas vêm lutando a cada ano para, ao menos, manter alguns dos direitos conquistados através de sua resistência. Especialmente nos dois anos de produção deste trabalho, vimos o movimento feminista colocar milhares de pessoas nas ruas em nome dos nossos direitos, sejam eles reprodutivos, trabalhistas, previdenciários, democráticos ou simplesmente direito a vida. Tivemos marchas para demarcar nossa luta e também nosso luto. Muitas foram

1 Existe um debate entre o movimento feminista sobre estarmos vivenciando a terceira ou quarta onda do feminismo. Deixo para as historiadoras do futuro baterem o martelo sobre essa questão.

tombadas, mas em nome delas, e por elas, muitas se levantaram contra a opressão e a exploração que nos cercam.

Resgatando alguns dos momentos desse reenergizado movimento de mulheres, destacamos alguns deles para nos ajudarem a entender o crescimento dessa onda. Primeiro, como já foi dito, temos, em 2015, a “Primavera das Mulheres”², movimento marcado pela confluência de dois acontecimentos que versavam sobre o direito ao corpo. Em outubro desse mesmo ano, foi lançada a campanha online “#meuprimeiroassédio”, em resposta a uma série de postagens em redes sociais nas quais homens adultos sexualizavam uma jovem participante de um programa culinário na TV aberta. A menina tinha apenas 12 anos de idade, o que fez o público refletir sobre a precoce sexualização dos corpos femininos. Através dessa campanha, milhares de mulheres expuseram, nas redes sociais, suas próprias memórias e como isso havia afetado sua forma de estar no mundo.

Outro grande acontecimento impulsionador dos atos foi a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, do projeto de lei 5069/2013, de autoria do então presidente da câmara, Eduardo Cunha (PMDB). A PL representava, para as mulheres, um grande retrocesso no campo dos direitos reprodutivos e integridade física, visto que sua proposta tinha por base a restrição à informação, ao acesso a pílula do dia seguinte e ao aborto legal; todas chaves importantíssimas no atendimento de mulheres vítimas em caso de estupro.

A fusão desses dois acontecimentos trouxe, além do debate sobre a gestão legal dos corpos femininos, a reflexão sobre a cultura do estupro. A nível internacional, existiu um movimento similar que ganhou força em 2017, a partir de denúncias de assédio sexual envolvendo grandes produtores hollywoodianos, o “#MeToo”³.

2 <https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2015/11/24/primavera-feminista-primavera-de-luta/>

3 <https://www.estudopratico.com.br/o-que-e-o-movimento-metoo/>

A retomada das mulheres às ruas despertou uma consciência do movimento para além das pautas reprodutivas e individuais, o que significou, por exemplo, que, em 2016, as mulheres organizaram movimentos em defesa da democracia, unindo pautas como “Fora Cunha”, contra o impeachment e pela legalização do aborto⁴. Novamente, em 2017, as marchas pelo 8 de março foram cenário de reivindicações mais amplas, pois não tiveram apenas o papel de impulsionar a greve geral marcada para semana seguinte, no Brasil, como, internacionalmente, resultaram em uma grande articulação entre mais de 40 países para uma greve de mulheres⁵.

Não foi uma surpresa, então, que o movimento de mulheres tenha sido o primeiro a reagir frente aos governos pautados pelo conservadorismo, no Brasil e fora dele. Nos EUA, logo após a posse de Donald Trump, milhares de mulheres se reuniram em protesto à misoginia que o presidente fazia questão de representar. Em 2018, elas foram às ruas novamente para mostrar sua indignação com o governo⁶.

No Brasil, em meio a uma das campanhas políticas mais acirradas da história do país, foram, mais uma vez, as mulheres que tomaram para si a responsabilidade de partir para um enfrentamento contra a facistização da política. Articuladas em torno de uma única pauta, “Ele Não”, mulheres de diversas camadas sociais, orientações políticas, religiosas, raciais, sexuais etc, foram às ruas no dia 29 de setembro de 2018⁷. Os números a respeito dessas manifestações são difíceis de contabilizar, mas é certo que aconteceram atos em todas as capitais, somando mais de 100 cidades a terem organizado ações nessa data. O objetivo de conter a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, infelizmente, não foi vitorioso, mas o movimento de mulheres já se programa para manter a resistência.

4 https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/09/politica/1457481691_423663.html

5 <https://blogdaboitempo.com.br/2017/03/03/o-significado-da-greve-das-mulheres-neste-8-de-marco/>

6 <https://g1.globo.com/mundo/noticia/marcha-das-mulheres-protesta-novamente-contr-trump-e-desigualdade-de-generos.ghtml>

7 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

Positivamente, esses movimentos dos últimos anos garantiram, ao menos, uma contenção dos ataques sofridos pelas mulheres através das vias institucionais, e, também, a difusão de debates sobre feminismo — em especial dos direitos individuais — em diversas áreas. Um reflexo dessa ampliação de campo do movimento feminista ficou marcado pela eleição de mulheres, em especial mulheres negras, para cargos públicos nas últimas eleições (2016 e 2018).

Ao lembrar desses fatos, é inevitável que falemos de uma das nossas maiores perdas nesse período. Toda ação do movimento feminista não poderia ter crescido sem que, com isso, fosse gerado uma série de inimigos e, ainda que não saibamos qual deles culpar, jamais poderemos esquecer, ou deixar que esqueçam, daquela que, entre nós, feministas, pagou com a vida o preço de nos representar como vereadora. Símbolo enquanto mulher, negra, LGBT, favelada, reunia, em si, um conjunto de ofensas à elite mais conservadora. E, por estar a frente, teve seu direito à vida ceifado⁸. Marielle Franco, presente(!) nestas e em todas as outras páginas que nós, feministas, iremos escrever nos anos que virão. Presente(!) nas ruas, lembrando da nossa força! Presente(!), porque seu nome vai ecoar pela história.

Mas, para além dos ataques que esse movimento sofre, pelas mãos do que há de mais conservador na nossa sociedade, há aqueles que veem nele uma oportunidade de lucro. Enxergam as feministas como um nicho de mercado que deve ser atendido⁹. Vendem militância a partir da desconstrução de padrões, ainda que estejam criando novos a serem seguidos e desejados. Contudo, sendo o capitalismo como é, essa nova produção de sentido das marcas nada tem a ver com incentivar uma militância real. Vemos, assim, algumas palavras-chave surgirem em diversas campanhas publicitárias: emponderamento, feminismo, girl power etc. Essa visão de mercadoria traz, em sua

8 <https://esquerdaonline.com.br/2018/03/15/tomar-as-ruas-por-marielle-franco/>

9 <https://theintercept.com/2019/01/15/feminismo-feminejo-empoderamento-de-mercado/>

essência, algumas contradições. A fim de exemplificá-las, podemos pensar, num primeiro momento, no caso de empresas de cosméticos como a Avon. Ao mesmo tempo que se coloca como ponta de lança do emponderamento feminino, a empresa, por sua própria forma de organização — sistema de revenda — utiliza mão de obra não remunerada de mulheres. Nesse caso, as revendedoras arcam com todo o risco das transações comerciais para venda dos produtos sem que a empresa garanta nenhuma seguridade de trabalho. Ou seja, feminismo para quem?

Para usar de um exemplo mais chocante, podemos citar a camiseta produzida por um conjunto de marcas famosas no campo da moda — entre elas a revista de moda Elle — com os dizeres: “This is what a feminist looks like”. Promovida por diversas atrizes americanas, descobriu-se mais tarde que a produção das camisetas envolvia trabalho análogo à escravidão¹⁰. Esses são apenas alguns exemplos, neste trabalho iremos olhar como a Unilever participa desse processo de feministização da mercadoria. Tendo em vista esses processos recentes, consideramos a necessidade desta pesquisa, lembrando que todo trabalho histórico é fruto de seu tempo, parte dos anseios e urgências do momento em que é produzido. Por vezes, essas urgências demandam do historiador voltar-se para processos — dando ênfase aos seus desdobramentos históricos — de um passado não tão distante. E, ainda que com possíveis limitações — mal do qual nenhum historiador está livre — desenvolver um trabalho voltado para história do tempo presente.

Respondendo a uma necessidade de elaboração histórica sobre os desdobramentos dos usos da luta feminista nos dias atuais, o trabalho apresentado propõe-se ao resgate e à análise dos desenvolvimentos do feminismo, associados às políticas neoliberais nas últimas três décadas. Tendo como objetivo último expor a

10 <https://www.theguardian.com/sustainable-business/sustainable-fashion-blog/2014/nov/03/feminist-t-shirt-scandal-exposes-entire-system-exploitation-elle-whistles-fawcett-society>

necessidade do capital de refrear as reivindicações feministas, a partir de sua captura e reconfiguração pelo mercado, teremos como objeto de análise desta pesquisa as políticas empresariais voltadas para mulheres, mais especificamente as da multinacional Unilever.

A abordagem será dividida em três capítulos. O primeiro, contará com a exposição de categorias e conceitos que constituem ferramentas indispensáveis ao trabalho. Também cabe a esse capítulo o debate acerca do neoliberalismo, corrente econômica mais influente do período a ser estudado. Dessa forma, o presente capítulo irá situar o leitor nos termos teóricos e históricos do trabalho.

Iremos nos debruçar sobre o modo de produção no capitalismo, com ênfase nos seus espaços de organização na sociedade civil e no processo de desenvolvimento do neoliberalismo e seus desdobramentos objetivos a partir dos anos 1990. Começando, assim, por verificar a dinâmica do modo de produção no capitalismo, como nos apresenta Marx, partindo da chave analítica da categoria mercadoria.

Em seguida, recorreremos ao intelectual italiano Antônio Gramsci. Buscaremos entender, através dele, as formas de funcionamento da dominação burguesa, seus espaços de organização e práticas de manutenção de poder, os locais de contra hegemonia e de organização da classe trabalhadora, além dos aparelhos privados de hegemonia e os conceitos de coerção e consenso. Todos esses elementos mostram-se essenciais para o presente trabalho.

Ao concluir o primeiro momento do capítulo, avançaremos para o modo de gestão contemporânea do capitalismo, partindo da crise da social democracia rumo a financeirização do capital. E, para encerrarmos o capítulo, discutiremos os resultados da implantação do neoliberalismo, assim como os meios de capitalização do discurso.

Ao capítulo seguinte, caberá a reunião do debate em torno do feminismo. Assim como foi indispensável à pesquisa nos aprofundarmos nos conceitos marxianos e no processo do neoliberalismo das últimas décadas, é central ao trabalho entender as origens revolucionárias do feminismo. Da mesma forma, é necessário refletir sobre o porquê de pensar a chave patriarcado e capitalismo.

Para isso, retrocederemos alguns anos na história do feminismo, visto que a pesquisa nos leva a reflexão do porquê da necessidade de controle do movimento feminista pelo neoliberalismo. E é exatamente nas suas origens que podemos encontrar algumas possibilidades de resposta.

Além disso, iremos expor, também, algumas das tendências teóricas do feminismo contemporâneo, a fim de entender como essas orientações teóricas impactaram o movimento real e vice versa. Daremos enfoque ao feminismo liberal, uma vez que esse será o foco de nossa análise crítica.

Por fim, embora não menos importante para o conjunto da pesquisa, faremos algumas considerações e resgates sobre a atuação do feminismo no Brasil, na década de 1990, tratando do processo de reorganização dos movimentos pós-ditadura, o que no caso do feminismo culminou num processo de ONGuização.

No terceiro capítulo, nos dedicaremos à análise das fontes, abordando duas linhas de atuação da Unilever sobre a questão de gênero. A primeira, a partir de sua campanha que promove o empreendedorismo feminino, onde iremos discutir os significados dessa modalidade de trabalho no capitalismo atual.

Em seguida, faremos uma análise comparativa das campanhas publicitárias de duas marcas da multinacional, Dove e Axe. É através dessa análise que refletiremos sobre como o posicionamento da empresa torna-se fluido de acordo com o nicho de

mercado. Ou seja, ainda que a empresa assine acordos internacionais visando as questões de gênero, é possível perceber os limites do feminismo de mercado.

Para a conclusão, reservamos algumas das questões que o trabalho levantou ao longo da pesquisa, os desafios enfrentados, as conclusões e afirmações possíveis, o que poderia ser revisto e como seguir adiante.

2 FASE NEOLIBERAL

Uma das formas que nos possibilita visualizar mais objetivamente as reformulações do capitalismo nas últimas décadas é, sem dúvida, a análise das grandes multinacionais. O comportamento dessas empresas reflete diretamente os anseios do grande capital e antecipa as tendências para economia. Isso, porque a presença delas em diferentes países é uma característica desses negócios, o que significa um amplo alcance de sua influência. Neste trabalho, buscaremos entender uma série de questões a partir do comportamento da multinacional Unilever.

Essa multinacional anglo-holandesa está presente no mercado desde o fim do século XIX com a produção de margarinas e, também, presente em mais de 180 países, além de possuir mais de 400 marcas; dessas, 12 são globais e faturam mais de €1 bilhão¹¹ ao ano. De acordo com o site Fortune¹², ela ocupou a posição 147 no ranking das maiores empresas do mundo em 2016.

A empresa, como conhecemos, foi fundada, em 1929, resultante da fusão entre a Lever Brothers e a Margarine Unie, antigas competidoras no mercado de sabão e margarina; ambas estavam inseridas no mercado de produtos domésticos e possuíam canais similares de distribuição. Na época da fusão, a empresa estava presente em cerca de 40 países e, no decorrer do tempo, ela vem consolidando seus negócios com investimentos e aquisições em agências publicitárias, inovações tecnológicas, pesquisa de mercado e distribuição.¹³ Esse comportamento garante à empresa o controle das diversas áreas que envolvem a produção da mercadoria como tal.

11 BLOG MUNDO DAS MARCAS. **UNILEVER**. Disponível
<<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/06/unilever-get-more-out-of-life.html>> (aceso em:
15/07/17)

12 SITE FORTUNE. **Ranking**. Disponível em: < <http://fortune.com/global500/list>> (acesso em:
15/07/17)

13 Mapa da Empresa Unilever America Latina, 2005.

Além desses mecanismos, a empresa atua também absorvendo marcas locais em diversos países. Essa política de absorção de marcas é uma característica da empresa que já chegou a ter mais de 900 delas. Hoje, conta com um catálogo reduzido, dividido em dois setores: *Home & Personal Care* (higiêne e limpeza) e *Food & Beverages* (alimentação, incluindo sorvetes e alimentos congelados).

No Brasil, a empresa figura entre os consumidores desde outubro de 1929 sob a razão social S.A. Irmãos Lever. Inicialmente, importava da Inglaterra o sabão *Sunlight* e, com um ano no mercado, inaugurava sua primeira fábrica no país, passando a liderar as vendas de produtos de higiene com as marcas Lux, Lifeboy, Lever, Rinso e OMO. A partir da aquisição da Cia. Gessy Industrial, na década de 1960, passa a se chamar Gessy Lever e, como tal, a empresa entra no mercado alimentício em 1970, com a margarina dorianana.

A entrada no setor de alimentos significou um grande passo para a empresa no país, o que resultou numa série de aquisições de diversas marcas líderes, especialmente no setor de molhos e sorvetes, como a CICA, em 1993, e a Kibon, em 1997. Foram incorporadas pela empresa a Henkel S/A, em 1984, a Okasa (setor de panificação), em 1986, a Anderson & Clayton (margarina Claybon), em 1987, e a Pond's do Brasil, também em 1987.

Essas aquisições são um reflexo da estratégia para o crescimento da empresa, que tem início a partir década de 1980. Para garantir esta operação, foram criadas diversas fábricas da empresa, como a fábrica de detergentes da Lever, em Indaiatuba — SP, inaugurada em 1983, assim como o Centro Latino de Inovação Alimentar, em Valinhos, interior de São Paulo, em 1999.

Em 2000, com a aquisição da *Bestfoods* nos EUA e a inauguração da fábrica de Rio Verde — GO, responsável pelo processamento de tomate, a Unilever passa por um

momento de ascensão. Isso, porque a *Bestfoods* significou, na prática, a aquisição da Arisco, colocando a empresa na liderança da produção de molhos.

A partir de 2001, a companhia então conhecida pelo nome de Gessy Lever passa a ser apresentada como Unilever, assumindo, assim, uma identidade corporativa internacional. Dados de 2002 demonstram que a Unilever Brasil contava com cerca de 15 mil funcionários e 16 fábricas, o que corresponde a um faturamento de R\$ 7,3 bilhões, 5% do faturamento global e 50% do faturamento da empresa na América Latina.¹⁴

É neste cenário que, em 2001, a empresa anuncia uma nova estratégia mundial de funcionamento. Tendo como objetivo aumentar os lucros, é lançado o plano denominado “Caminho para o crescimento”. Esta nova estratégia conta com 6 pontos principais:

- 1) impulsionar as vendas e aumentar os lucros da empresa;
- 2) padronizar processos de produção;
- 3) promover uma cultura empresarial mais uniforme;
- 4) estreitar laços com o consumidor;
- 5) incrementar o uso de *marketing* interativo e novas mídias para conquistar clientes;
- 6) concentração no *core business* com a consequente venda e/ou terceirização de algumas atividades.

Na prática, essa nova estratégia partia de uma redução no catálogo de marcas, onde aquelas que foram consideradas estrategicamente mais importantes passaram a ser fabricadas num número mais reduzido de indústrias. Como consequência, foram encerradas diversas operações da empresa pelo mundo. Em apenas 5 anos, diversas fábricas foram fechadas ou vendidas, e parte importante da produção foi terceirizada.

14 COMPORTAMENTO SOCIAL E TRABALHISTA DA EMPRESA UNILEVER, 2004.

Apesar desses diversos cortes, a estratégia não foi capaz de atingir seus objetivos, sendo encerrada em 2004, quando foi substituída por uma nova estratégia.

Muito mais genérica em suas atribuições, a nova estratégia da empresa, que seria apresentada em agosto de 2005, e vigoraria pelo período de 2005–2010, traria uma ideia de “Vitalidade”. Isso, porque, na prática, trata-se de um redirecionamento de *marketing* da imagem da empresa. Vemos, assim, uma mudança, inclusive estética, na logo da Unilever. De fundo, essa estratégia traz consigo os mesmos preceitos da anterior, onde visa-se maior eficiência para geração de capital. Porém, a mais significativa distinção dessa estratégia das anteriores é a mudança de orientação da empresa a respeito de sua visibilidade. Tradicionalmente apresentada ao mercado de maneira mais *low profile*, a Unilever assume sua presença saindo das sombras.

As consequência dessas estratégias foram uma reestruturação produtiva da empresa, onde destacam-se demissões, transferências de linhas de produção, terceirizações e modernização dos equipamentos. Em dois relatórios produzidos pelo Instituto Observatório Social (IOS), “*Comportamento Social e Trabalhista da Empresa Unilever*”, de 2004, e “*Mapa da Empresa Unilever América Latina: Argentina, Brasil, Chile e Colômbia*”, de 2005, podemos ver apresentados os impactos, especialmente no mundo do trabalho, desta reestruturação da empresa. No relatório de 2005, vemos a seguinte conclusão:

O processo de reestruturação afetou diretamente os sindicatos, dadas a desfiliação de trabalhadores pela redução de pessoal e as práticas anti-sindicais na Unilever como as mudanças de transferência de capital ou razão social. Além disso, o processo de terceirização avança progressivamente na empresa, minando a base orgânica do sindicato, diminuindo sua expressão como força de representação dos trabalhadores.¹⁵

15 Mapa da Empresa Unilever América Latina: Argentina, Brasil, Chile e Colômbia, 2005.

No que diz respeito à estratégia sobre as marcas, vale destacar que a estratégia de redução do catálogo da empresa funcionou como forma de, por um lado, reduzir parte da produção e, por outro, garantir que, mesmo reduzido, ainda desempenhasse a função de garantir as vendas em tempos de crise. Como fica apresentado no relatório da IOS, de 2004:

No Brasil, a UNILEVER combina uma estratégia de investimento em marcas globais – como definido na reestruturação da Companhia anunciada em 2000 - com a preocupação de não perder de vista as marcas populares de baixo retorno, mas que não necessitam de grandes campanhas de marketing. Essas marcas seriam adequadas para enfrentar a concorrência em períodos de crise econômica com a queda na renda do consumidor.¹⁶

Como podemos apreciar, a Unilever nos proporciona uma série de debates a cerca de diversas tendências do mercado global, não só no neoliberalismo pleno, mas também em seus momentos de crise. E, baseado nessas informações, caberá a este capítulo, antes de mais nada, debruçar-se sobre alguns dos conceitos e contextualizações básicas para o desenvolvimento deste trabalho.

2.1 MARX E GRAMSCI

Para avançarmos na discussão central deste trabalho, faz-se necessário que demarcemos alguns princípios metodológicos. Começaremos, portanto, com um breve apanhado conceitual do arcabouço marxiano e gramsciano, o que nos dará algumas ferramentas básicas que foram imprescindíveis para a realização desta pesquisa, a qual tem como objetivo final nada mais que contribuir para a compreensão da sociedade na qual vivemos.

16 Comportamento Social e Trabalhista da Empresa Unilever, 2004.

Marx, em seu esforço de dissecar o capitalismo, deixou-nos uma vasta bibliografia extremamente elucidativa sobre a sociedade contemporânea. Tão importante quanto suas análises sociais, políticas e econômicas, é a sua apresentação e debate a respeito do método a partir do qual esses estudos deveriam ser desenvolvidos. Isso significa que Marx não deixou como legado apenas análises prontas, mas ferramentas indispensáveis para prosseguirmos capitando o mundo que nos cerca. E, por este motivo, a obra marxiana e todo o seu conjunto teórico e metodológico permanecem vivos mais de 150 anos após sua produção.

É preciso lembrar que Karl Marx não se tratava de um economista. Tal confusão a respeito do autor deve-se não só à ignorância a respeito de sua trajetória intelectual e política, mas, também, à uma interpretação economicista da mesma. Marx era filósofo e, como tal, dedicou sua vida não só a interpretar o mundo em que vivia, mas também a transformá-lo.

Para tanto, o autor se apropria de categorias já presentes nos debates intelectuais de sua época, indo além ao apurar o olhar, observando através da aparência dos fenômenos que estudava. Superou o materialismo de Feuerbach — defendendo o materialismo histórico — e a dialética hegeliana¹⁷. Defendeu um pensamento pautado na realidade, não etéreo e fixo no campo das ideias. Marx não foi apenas um intelectual, mas, também, um militante ativo das causas que defendia.

Na sua obra mais famosa, *O Capital*, Marx faz uma “crítica à economia política”, como já sugere no subtítulo. Nela, encontramos um estudo rigoroso sobre o funcionamento do capitalismo, resultado de anos de estudo. Marx mergulha no universo do capital e debate com diversos autores que elaboravam defesas a este sistema. A partir

¹⁷ MARX & ENGELS, 2007.

de um esforço dialético¹⁸, o autor parte da forma que a riqueza se apresenta no modo de produção capitalista, a mercadoria, para iniciar sua exposição.

A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades — se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação — não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção.

¹⁹

A forma mercadoria é uma categoria marxiana muito complexa e, apesar do risco de parecer reducionista, será feita uma explanação simplificada, tendo em vista que este não será o tema central deste trabalho, mas que, ainda assim, é necessária a compreensão de algumas de suas dimensões. A forma mercadoria, portanto, possui duas dimensões: o valor de uso e o valor de troca. O valor de uso seria, então, uma categoria trans-histórica, ou seja, podemos encontrá-la não só no capitalismo, mas em outros momentos históricos, enquanto o valor de troca somente seria detectado no modo de produção capitalista.

As condições de produção no capitalismo imprimem uma relação distinta acerca da mercadoria e, apesar de ela existir antes dele, há uma diferença em seu estatuto. Isso, visto que, nas sociedades pré-capitalistas, as mercadorias circulavam/eram trocadas pelo seu caráter de valor de uso, ou seja, não a partir de uma expectativa de realização do valor de troca. Nessas sociedades, a produção não era necessariamente voltada para a troca, e o objetivo da troca era a obtenção de outros valores de uso. Vemos uma outra relação onde o valor é predominante:

¹⁸ É importante ressaltar que, sendo o capitalismo um sistema repleto de contradições, o único mecanismo metodológico capaz de interpretá-lo é a dialética.

¹⁹ MARX, 2017, p. 113.

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadoria, como ferro, linho, trigo etc. Essa é a sua forma natural com que estamos habituados. Elas são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor.²⁰

Dentre as diversas mercadorias que podemos encontrar no capitalismo, duas assumem um caráter especial — o dinheiro e a força de trabalho. A primeira, por ser investida socialmente como equivalente geral das mercadorias; a segunda, por sua vez, é a mercadoria responsável pela produção do mais valor, que é o objetivo fim do capital. Mesmo que apresentado de forma rústica, é possível perceber a importância da força de trabalho no capitalismo.

Talvez, uma das frases mais conhecidas de Marx seja “Trabalhadores do mundo, uni-vos”²¹. Para o autor, o elemento capaz de produzir uma transformação revolucionária no sistema capitalista é o proletariado. Ainda que haja divergências entre os marxistas a respeito das táticas e métodos que seriam capazes de gestar a revolução, o princípio identificador do proletariado como sujeito revolucionário é bastante claro em Marx e encontra-se exatamente no caráter produtor de mais valor, inerente à mercadoria força de trabalho.

Voltemos um pouco nesse processo para termos mais claro esse desdobramento. O proletário não nasce naturalmente, é resultado do seu tempo histórico, o que significa que transformações na relação entre homens e mulheres com o trabalho, assim como as relações sociais, ocorreram num período de transição ao modo de produção capitalista.

20 MARX, 1983, p. 53.

21 Tal citação está presente em *O Manifesto Comunista*, uma das obras mais conhecidas de Marx. Escrito para a Liga Comunista entre os anos de 1847 e 1848, o documento político foi uma obra conjunta entre Karl Marx e Friedrich Engels, companheiro intelectual de Marx por quase toda sua vida.

A garantia da existência da força de trabalho é a criação de um trabalhador despossuído, livre juridicamente, mas apartado dos meios para realizar sua sobrevivência, ou seja, dos meios de produção.

Isso significa que, ao apartar o trabalhador da terra e das ferramentas necessárias para a realização do seu trabalho, a este só resta vender o que lhe sobra — sua força de trabalho. Contudo, o fato do trabalhador passar por essa espoliação, a fim de lhe sobrar apenas a venda de sua força de trabalho como meio para sobrevivência, não explica em si a origem do mais valor que produz.

Portanto, observemos a composição da força de trabalho. Força de trabalho, como toda mercadoria, possui valor de uso e valor. Como valor de uso, podemos pensar seu aspecto mais objetivo, que seria a capacidade, ou potência, de realizar trabalho. É em busca de consumir esse valor de uso que o capitalista compra a força de trabalho. Para entendermos melhor, cito o próprio Marx:

Primeiramente, ele [o capitalista] quer produzir um valor de uso que tenha valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais valor.²²

É sobre o valor da força de trabalho que se paga ao trabalhador. Esse valor nada mais é que o tempo de trabalho socialmente necessário para formação e reprodução da força de trabalho²³. E, por ele ser socialmente definido, significa que, em momentos diferentes, possuirá diferentes valores.

22 O Capital, 1983, p. 263.

23 Aqui caberia uma breve exposição e discussão sobre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, contudo é preferível levar este debate para o próximo capítulo.

Sobre o mais valor, é importante entender que esse é extraído da força de trabalho pelo capitalista na jornada de trabalho. Buscando um exemplo simples, suponhamos que o trabalhador X vá a um capitalista para vender sua força de trabalho. O capitalista compra a sua força de trabalho por uma quantidade monetária Y. Agora, dono daquela capacidade de trabalho, o capitalista coloca o trabalhador em um posto em sua fábrica de canetas. Com duas horas de trabalho, o trabalhador produziu o equivalente a Y para o capitalista, contudo, ele ainda trabalha por mais oito horas produzindo assim 5Y para o capitalista. Desses, 4Y compõem o mais valor extraído pelo capitalista.

A jornada de trabalho, por sua vez, é delimitada pela luta de classes. Quer dizer, é fruto da capacidade dos trabalhadores em pressionar, através das suas organizações, o empregador a reduzir a carga horária. Em situações onde essa disputa pouco — ou nada — se dá, o capitalista acaba possuindo uma margem maior para a extração do mais valor.

Porém, não é só na duração da jornada de trabalho que há a extração do mais valor da força de trabalho, pois a intensificação do ritmo desse, e o controle total do processo de realização da produção também favorecem ao capitalista. Desta forma, podemos dizer que a força de trabalho é o que faz girar as engrenagens do capitalismo e, por isso, que se retirarmos o proletariado da equação, todo o resto do sistema paralisa.

Todavia, para tanto, é necessário transpassar os limites de uma sociedade que fetichiza as relações sociais, na qual o sujeito vira objeto e o objeto torna-se sujeito, ou seja, o ser humano passa a ser subserviente do produto de seu próprio trabalho. Entendemos, assim, que essa organização, que num primeiro momento parece restrita à lógica das relações econômicas, precisa ser articulada política e culturalmente. E que,

dessa forma, o modo de produção, como nos apresentou Marx, não se restringe à economia, mas se estende sobre a produção e reprodução da vida social.

Para que possamos avançar nessa compreensão mais ampla do modo de produção capitalista, é necessário compreendermos como se organizam as estruturas de poder nesta sociedade. Dentro da tradição marxista, Antônio Gramsci é aquele que nos apresenta de forma mais eficiente um conjunto de conceitos capaz de desmistificar as estruturas de poder no capitalismo. Destes conceitos, aquele que de forma geral será o mais caro a este trabalho é o de Aparelho Privado de Hegemonia.

Contudo, para entendermos o conceito de Aparelho Privado de Hegemonia (APH), é necessário que voltemos a outros conceitos gramscinianos. Partiremos, então, da definição de Estado Ampliado (EA). Gramsci emprega em seus conceitos, de forma clara, aquilo que Marx apontou como sendo o método de análise da realidade social por excelência, a dialética. O Estado Ampliado (EA) é, destarte, uma unidade de contrários, indissociáveis, que juntos formam uma síntese. Assim sendo, sociedade política e sociedade civil são as metades do que entendemos como EA.

A sociedade política refere-se ao Estado Restrito, isto é, às instituições formais de governo. O que se entende por sociedade política é, comumente, a definição simplista de Estado, ou seja, o campo estritamente governamental. É nessa face do EA que localizamos os meios de coerção oficiais, de violência legítima — outro conceito par do cabedal gramsciano — como, por exemplo, o exército e a polícia. Ao Estado Restrito (ER) cabe, também, a função de moderar as dinâmicas legais. Nesse sentido, está no ER o poder sobre a regulamentação acerca do trabalho, seguridade social, educação etc. Dessa forma, a sociedade política pode ser definida como o campo onde o aparato governamental e o aparato coercitivo originam-se.

A sociedade civil, por sua vez, é composta pelo conjunto de aparelhos privados de hegemonia (APH). Seriam estas associações empresarias, meios de comunicação, igrejas, escolas, partidos políticos e sindicatos. São nesses APHs que organizam os interesses de uma classe, tanto da burguesia, como do proletariado.

É importante destacar a forma orgânica da relação entre sociedade civil e sociedade política e, ainda que apresentemos os dois conceitos como distintos, esta separação é metodológica, pois ambas estão imbricadas no EA. A burguesia, através de seus APHs, influencia e organiza o ER de acordo com seus interesses. Conclui-se, portanto, que o Estado não é, como nos querem fazer crer os contratualistas, tal qual Hobbes²⁴, um acordo entre sociedade e soberano, no qual o primeiro, a fim de conter sua natureza feroz, cede ao segundo o controle da força, como forma de assegurar a paz. O Estado é um espaço ativo de disputa constante não somente entre classes, mas entre intraclasses.

Nos APHs, encontramos os formuladores das classes, os intelectuais orgânicos²⁵. Cabe a eles organizar, em vários níveis, o modo de vida de uma classe, ou fração de classe. São esses sujeitos coletivos que trabalham para a conformação do consenso, produzindo e reproduzindo formas sociais e modos de dominação. Esse consenso garante-se através da produção de hegemonia, ou seja, o interesse de uma classe passa a ser o interesse do Estado e, por reflexo, da sociedade. Para tanto, os intelectuais orgânicos não devem restringir sua circulação à sociedade civil, é necessário que ocupem também espaços nas instituições do Estado Restrito.

24 HOBBS, 1988.

25 Gramsci defendia que havia duas possibilidades de intelectuais o orgânico e o tradicional, este segundo seria caracterizado como aquele formado por um sistema que já não mais existe o que lhe confere uma certa autoprocamação — evidentemente utópica — de imparcialidade na dinâmica das disputas da luta de classe.

Inspirado por este desenvolvimento conceitual de Gramsci, Dreifuss²⁶ elabora seu entendimento de elite orgânica como sendo o conjunto integrado de representantes especializados na articulação e implantação do desejo político de uma classe.

Considerando todas as implicações apontadas a respeito do EA, pode-se colocar em xeque o ideal utópico de universalidade do Estado. Isto é, se ele é dominado por uma determinada classe, a mesma o dirige em benefício de seus interesses. E, sabendo que os interesses da burguesia são opostos ao da classe trabalhadora — visto as questões apontadas anteriormente —, não é possível governar para todos.

Contudo, o momento do EA não é o de hegemonia plena e inabalável, uma vez que a classe dominada não submete-se de forma total e pacífica. Caso contrário, a criação do consenso e o uso da coerção não se fariam necessários. Através dos seus próprios APHs, os dominados tecem sua resistência à hegemonia, produzindo caminhos para sua autonomia e projetos contra-hegemônicos. Portanto, o Estado — considerado, a partir daqui, conforme o conceito de EA —, no capitalismo, é a arena do conflito entre as classes.

2.2 NEOLIBERALISMO

Feito esse resgate dos conceitos e princípios do marxismo, iremos agora debruçar-nos sobre o desenvolvimento daquele que, há cerca de quarenta anos, vem sendo o principal modo de operar o capitalismo. Trataremos, então, do neoliberalismo, suas origens e desdobramentos.

Optou-se por esse caminho visto que este modo de gestão do capitalismo vem, desde a década de 1980, orientando a maior parcela de experiências econômicas deste modo de produção. E, como esperado, a Unilever, uma multinacional, não estaria à

26 DREIFUSS, 1986.

parte desse processo, como veremos mais adiante, especialmente no que diz respeito ao seu papel enquanto difusora das ideias liberais no Brasil.

O processo de implementação do neoliberalismo não ocorreu de forma rápida e homogênea em todos os países, a aplicação de suas agendas tiveram — e ainda têm — muitas particularidades. No Brasil, esta agenda vem sendo aplicada com várias peculiaridades e, por isso, cabe chamar o neoliberalismo brasileiro de heterodoxo. Entretanto, este fenômeno não implica, de forma alguma, no fato de os impactos do neoliberalismo, especialmente após a queda do regime soviético, em finais dos anos 1980 e início dos 1990, não terem afetado o modo de organizar a economia no país.

Nosso ponto de partida, no que diz respeito ao caminho percorrido pelo neoliberalismo para emplacar suas ideias, começará pelo processo da crise de 1973, a qual levou os países capitalistas a uma profunda recessão, com altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento e redução dos lucros. Este momento é determinante para a ascensão do neoliberalismo como política econômica viável ao capitalismo. Mas antes de avançarmos, é preciso explicar o que é a teoria das crises, em Marx, e como ela se verifica nos processos ocorridos no final do século XX.

Ao estudar o capitalismo, Marx percebe alguns movimentos estruturantes de seu funcionamento, entre eles a relação direta entre o caráter concorrencial e o aumento da produtividade. Esses dois fatores retroalimentam-se, dado que o objetivo final é a extração do mais valor — o processo concorrencial força os distintos capitais a buscarem um aumento da produtividade.

A teoria das crises, nesse sentido, entra em cena quando olhamos mais de perto o impacto deste processo. Primeiramente, é preciso entender a composição do capital, que pode ser dividido em duas partes: a composição do valor, que é formada pelo capital constante (c) — maquinaria, ferramentas e etc — e capital variável (v) — força de

trabalho, matéria-prima, ou seja, o que se consome no processo de produção; e a composição técnica, que contém a dupla, meio de produção (mp) e força de trabalho (ft)²⁷.

$$\text{Composição do capital} = c/v + mp/ft$$

Tendo esses elementos em mente, Marx pode observar o processo de composição orgânica do capital que, explicando de forma simplista, é o que mede as mudanças na capacidade produtiva da composição do capital. Resumindo, é o que mede o desenvolvimento das forças produtivas. De maneira geral, é através da observação da composição orgânica do capital que podemos antecipar momentos de queda na taxa de lucro e, por consequência, as crises. Vejamos o porquê:

Lembremos que a taxa de mais valor é medida pelo tempo de trabalho excedente (tte) sobre o tempo de trabalho socialmente necessário (ttsn).

$$\text{Taxa de mais valor} = tte/ttsn$$

Quanto maior o tte, maior o mais valor. Dessa forma, podemos assumir que o objetivo do capitalista é de ampliar o tte sobre o ttsn. O espaço no qual este processo se realiza, por excelência, é na jornada de trabalho, e a consequência é a elevação no grau de exploração do trabalhador. Contudo, quando se pensa em expansão do mais valor absoluto, encontra-se, na redução do valor de ttsn, como o mecanismo de ampliação proporcional do tte dentro da jornada de trabalho. Isso acontece quando há um aumento da produtividade na produção dos meios de subsistência, implicando no valor de ttsn.

²⁷ MARX, 2013.

Essa transgressão é importante para pensar a mudança na composição orgânica do capital, visto que a concorrência força o aumento da produtividade que, num cenário de crescimento constante, tende a aumentar o capital variável. Ou seja, aumentar a demanda por trabalho, o que tende a um aumento salarial. Melhores salários e mais pessoas empregadas implicam numa redução — e não numa supressão — do mais valor.

O aumento dos salários significa uma valorização do t sobre o c e, nesse processo, o ritmo de acumulação do capital tende a desacelerar. Para além desses fatores, o momento de expansão da acumulação pode significar um aumento no capital constante. Este aumento, por sua vez, desequilibra a balança da composição orgânica do capital. Pois, mesmo que, por um lado, este crescimento signifique uma redução dos postos de trabalho, ou seja, uma redução dos custos com f e um rebaixamento salarial, visto a ampliação do exército industrial de reserva; por outro lado, o avanço do capital constante sobre o capital variável promove uma redução na extração do mais valor, posto que é no t do trabalhador que o capitalista realiza-a. A culminância desse processo é a redução da taxa de lucros.

A taxa de lucro é, então, a chave para a compreensão do processo de expansão da economia no pós-guerra e de seu declínio a partir da década de 1970.²⁸ Brenner identifica que é a partir da possibilidade dos países capitalistas extraírem e manterem altas taxas de lucro, que se explica a expansão econômica do pós-guerra.

O que num primeiro momento representou uma relação saudável de incentivo ao desenvolvimento das economias tardias, com o passar dos anos gerou uma séria crise concorrencial. Isso, porque a partir da década de 1960, os países do bloco de desenvolvimento tardio, especialmente Japão e Alemanha, conseguiram casar avanço técnico com baixos salários, reduzindo os custos de produção, e tornaram-se, também,

28 BRENNER, 2008.

capazes de reduzir os preços de seus produtos. A consequência desse processo é a ampliação de mercado consumidor por essas economias e, apesar de ele, por si só, não explicar a crise do capitalismo da década de 1970, é um dos sintomas da relação concorrencial implícita ao modo de produção capitalista. Além de Japão e Alemanha, alguns países da periferia do capitalismo passam a participar deste circuito concorrencial, como a Índia, Brasil, México e África da Sul, por exemplo. Como resultado, observa-se um agravamento da superprodução no setor de manufaturados, contribuindo para a queda da taxa de lucro.

Assim, pode-se observar mais pistas sobre o processo de crise deste período nos estudos de Mandel. Em sua obra, *O Capitalismo Tardio*, Mandel apresenta as dez características²⁹ principais da terceira revolução tecnológica, como podemos observar na sistematização a seguir:

- 1- Trata sobre o deslocamento na proporção de trabalho vivo por trabalho morto, o que significa uma ampliação de capital constante na produção;
- 2- O deslocamento do remanescente de trabalho vivo é transferido para as funções de preparação e supervisão;
- 3- A mercadoria força de trabalho passa a ser mais empregada em seu aspecto de preservação de valor, contrariando o seu uso mais recorrente historicamente, que é de gerar mais valor;
- 4- Como processo resultante das três características anteriores, há um reposicionamento na extração de mais valor. Onde majoritariamente se concentrava na geração, passa-se a ter mais peso a apropriação da mais valia gerada por outras empresas;
- 5- Aumento nos gastos em capital constante;
- 6- Produção continuada e planejamento da circulação;

29 Não é de se estranhar que o processo de reestruturação da produção empregada pela Unilever, no início dos anos 2000, carregue em si muito das propriedades das características da terceira revolução industrial apontadas por Mandel.

- 7- Aumento dos investimentos em áreas tecnológicas;
- 8- Maior obsolescência do capital constante;
- 9- Maior parcela referente a capital constante no valor médio das mercadorias;
- 10- Todas essas características geram uma:

[...] tendência à intensificação de todas as contradições do modo de produção capitalista: a contradição entre a socialização crescente do trabalho e a apropriação privada; a contradição entre a produção de valores de uso e a realização de valores de troca; a contradição entre o processo de trabalho e o processo de valorização; contradição entre a acumulação de capital e sua valorização; e tudo o mais que se segue.³⁰

Estas são algumas pistas que nos levam a entender o processo de crise do capitalismo a partir da década de 1970. Como resultado, observa-se que o esgotamento das políticas keynesianas do pós-guerra, na Europa e Estados Unidos, abriram espaço para a implantação das políticas econômicas defendidas pelos neoliberais. Estes vinham, desde 1944, elaborando teorias políticas contrárias às políticas intervencionistas de Estado.

O caminho percorrido pelos teóricos do neoliberalismo, no entanto, precede a vitória no sentido de sua implementação efetiva em pelo menos três décadas. O ponto de partida, contudo, foi a publicação de *O Caminho da Servidão*, escrito por Friedrich Hayek³¹, em 1944. Já no prefácio, Hayek defende sua obra como uma obra política³². Assim como aponta Perry Anderson³³, o autor tem por alvo imediato o Partido Trabalhista Inglês, que no ano seguinte disputaria as eleições gerais e sairia vitorioso.

Em seu livro, Hayek defende a teoria de que tanto o fascismo quanto o

30 MANDEL, 1982, p. 139.

31 HAYEK, 2010.

32 “Quando um estudioso das questões sociais escreve um livro político, seu primeiro dever é declará-lo francamente. Este é um livro político. Não quero disfarçar tal fato atribuindo-lhe — como talvez pudesse ter feito — o nome mais elegante e ambicioso de ensaio de filosofia social. Mas, seja sob que rótulo for, permanece questão central de que tudo o que deverei dizer deriva de determinados valores fundamentais.” (*O Caminho da Servidão*, Hayek, 1944, pp 9)

33 ANDERSON, 1995.

socialismo seriam apenas variantes de um mesmo totalitarismo. E, assim, estaria o autor alertando sobre todos os perigos disfarçados de social democracia.

Como podemos ver, logo, na introdução de seu trabalho:

Poucos estão prontos para admitir que a ascensão do nazismo e do fascismo não foram uma reação contra as tendências socialistas do período precedente, mas o resultado necessário dessas mesmas tendências. Esta é uma verdade que a maioria das pessoas reluta em aceitar, mesmo quando as semelhanças entre muitos aspectos detestáveis dos regimes internos da Rússia comunista da Alemanha nacional-socialista são amplamente reconhecidas. Em consequência, muitos dos que julgam infinitamente superiores às aberrações do nazismo e detestam com sinceridade todas as suas manifestações trabalham ao mesmo tempo em prol de ideias cuja a realização levaria diretamente à tirania que odeiam.³⁴

O período de estabilidade econômica, pleno emprego e seguridade social arraigaram ainda mais o Estado de Bem Estar, na Europa, e do New Deal, nos Estados Unidos.³⁵ A chamada idade do ouro no capitalismo fez com que as ideias neoliberais fossem desacreditadas. Contudo, em 1947, a fim de reunir aqueles que, como Hayek, se posicionavam contrários às políticas econômicas vigentes, foi convocada uma reunião em Mont Pèlerin, na Suíça. O encontro contava com a participação de diversos intelectuais como Ludwig Von Mises, Milton Friedman, Karl Popper, entre outros. Assumindo o compromisso da luta contra o keynesianismo e a fim de criar as bases para um capitalismo renovado, foi fundada a Sociedade de Mont Pèlerin³⁶.

O ciclo de aparente prosperidade nos países capitalistas chega ao seu fim. A queda na taxa de lucro, que resultou na crise de 1973, abriu uma nova oportunidade para os intelectuais de Mont Pèlerin. A brecha aberta pela crise foi ocupada pelos neoliberais, que garantiam que a crise estava fundada no poder dos sindicatos. Para Hayek, o

34 HAYEK, Friedrich August. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

35 Não se pode ignorar, contudo, que este momento de “capitalismo social” só foi possível graças ao imperialismo no países subalternizados.

36 BRENNER, 2008.

movimento operário, organizado através de suas pressões, tanto junto às empresas quanto ao Estado, por melhorias de condições de vida e trabalho, seria um fator de depreciação do capital, ou seja, os gastos sociais e leis trabalhistas seriam a base fundante da crise.

Ainda que estivesse colocada uma nova oportunidade para a ascensão do neoliberalismo frente às políticas keynesianas, isso não significou uma imediata vitória da Sociedade de Mont Pèlerin. O caminho percorrido pelos neoliberais para emplacar seu projeto político precisaria, ainda, de uma experiência real para que ganhasse a atenção. O espaço encontrado para esta experiência foi a ditadura de Pinochet, a primeira experiência neoliberal.

Entendendo que uma das bases do neoliberalismo é a crítica à centralização do poder na figura do Estado, é possível que surja a dúvida sobre como se estabeleceu um governo que era, ao mesmo tempo, neoliberal e ditatorial. Para esclarecermos esse ponto recorreremos ao próprio Hayek, nas palavras de Anderson:

O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse.³⁷

Como se pode observar, antes do zelo pela democracia, os neoliberais preocupam-se com os direitos do livre mercado. Desta forma, as medidas aplicadas pela ditadura de Pinochet iam ao encontro do mais sagrado princípio do neoliberalismo, as privatizações e repressão aos movimentos sociais. Privatizações de bens públicos,

37 ANDERSON, 1995, p. 10.

repressão aos movimentos de trabalhadores organizados e uma política de concentração de renda, que favorecia as classes dominantes, foram algumas das medidas desse governo.

É importante ressaltar que, apesar de fundador do neoliberalismo, Hayek não foi a principal referência para a ditadura chilena. Sendo um país latinoamericano, a influência dos intelectuais estadunidenses da Escola de Chicago tiveram maior prestígio. Desta forma, Milton Friedman assume este lugar de centralidade intelectual do neoliberalismo deste regime.

A experiência chilena foi um laboratório importante para o neoliberalismo e chamou a atenção de pessoas próximas a Margareth Thatcher, que, em 1979, seria eleita primeira ministra da Inglaterra. Com a chegada de Thatcher ao governo, inicia-se o período de consolidação do neoliberalismo nos países de capitalismo avançado. Quase como um efeito dominó, diversos governos de matriz neoliberal passaram a ser eleitos em vários países da Europa. Os Estados Unidos não ficariam à margem desta tendência e, assumindo a vanguarda deste processo, elegeram, em 1980, para o cargo de presidente, Ronald Reagan.

Thatcher e Reagan, assim como os demais governos eleitos que adotavam essa visão da política econômica, consagraram uma virada à direita. Esse processo de direitização não se justificaria somente como sintoma de combate à crise econômica que esses países enfrentavam. Outro elemento que justificava e legitimava este processo era a necessidade de combate ao comunismo. A ameaça comunista que pairava sobre os países capitalistas avançados, desde 1917³⁸, foi um elemento definidor de diversos processos ao longo do século XX.

38 Ano da Revolução Russa no qual instituiu-se um regime de matriz socialista na Rússia.

Num primeiro momento, tentou-se aplicar políticas que, em sua aparência, melhoravam a qualidade de vida dos trabalhadores³⁹ e, assim, afastavam os mesmos das ideias socialistas. Com o esgotamento econômico deste modelo e a aplicação de medidas que afetaram negativamente a classe trabalhadora — o neoliberalismo — apresenta mais um de seus pontos fortes. Sendo gestada como uma teoria anticomunista por excelência e anti social-democracia, apresentava-se como uma grande novidade e uma saída para a crise. Era a visão econômica que apresentava a política que os governos de capitalismo avançado precisavam para justificar suas ações em favor do capital.

Contudo, o momento de maior vitória da teoria neoliberal talvez tenha sido o fato de, mesmo apresentando-se como opositora feroz da social-democracia, aos poucos, os governos que a reivindicavam passaram a adotar algumas de suas características. Isso demonstra a expansão do neoliberalismo e sua hegemonização dentro do capitalismo.

É certo que cada processo, em cada país, reserva suas próprias especificidades, e nem todos os países renderam-se facilmente ao processo de neoliberalização. O que é inegável dizer é que, ainda que não adotasse um neoliberalismo puro, aos moldes de seus criadores, as ideias da Sociedade de Mont Pèlerin tornaram-se amalgamadas ao modo de gestão capitalista. Isso não foi apenas um trabalho de via econômica, pois a cultura de massas e a reestruturação do trabalho são cernes importantes dessa construção de hegemonia.

O caso brasileiro nos é bastante elucidativo sobre esse desenvolvimento do neoliberalismo “desigual e combinado”⁴⁰. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil,

39 Lembrando que esses trabalhadores pertenciam a uma fatia muito pequena da classe trabalhadora em seu sentido global. Trata-se de trabalhadores assalariados, homens, brancos e moradores dos países centrais do capitalismo em sua maioria expressiva. Às demais frações da classe trabalhadora continuavam os legados e as condições de trabalho pouco favoráveis.

40 OLIVEIRA, 2003.

assim como de outros países periféricos, dá-se de forma extremamente complexa. O equilíbrio entre o arcaico e o tecnológico é o paradigma da construção da sociedade brasileira.

Os anos de 1980 foram um período de especial mudança para o Brasil, visto que foi um período de transição entre a ditadura e a construção de um modelo de regime democrático, acompanhado de um momento economicamente conturbado. Altas taxas de inflação e aumento da dívida externa eram alguns dos fatores da crise. Motivados pela necessidade, o movimento de trabalhadores protagonizou uma série de greves e, como resultado das diversas mobilizações sociais do período, surge um conjunto de espaços de luta organizada da classe trabalhadora. São eles o Partido dos Trabalhadores (PT), o Movimento dos Sem Terra (MST) e a Central Única de Trabalhadores (CUT)⁴¹. Com o esgotamento das políticas econômicas testadas neste período e com o crescimento de partidos e movimentos mais à esquerda, a adoção do modelo neoliberal passa a ganhar espaço no debate político. É importante destacar que, mesmo antes da sua consolidação com a vitória de Fernando Collor de Melo nas urnas, o modelo neoliberal já se fazia presente no imaginário da população, através da ampla propaganda de divulgação de suas ideias.

Para articular esta divulgação do pensamento neoliberal no Brasil foi criado, em 1983, o primeiro Instituto Liberal — um aparelho privado de hegemonia (APH) —, que ficava sediado no Rio de Janeiro. A missão dos IL era a difusão do pensamento liberal em diversas esferas da sociedade. Como se pode observar na tese da pesquisadora Denise Barbosa Gros:

Os Institutos Liberais foram criados para divulgar o neoliberalismo entre as elites formadoras de opinião no Brasil, ou seja, para divulgar os princípios do liberalismo entre “lideranças sociais e formadores de

41 FILGUEIRAS, 2006.

opinião pública”: políticos, empresários, professores universitários, jornalistas, militares e intelectuais em geral.⁴²

Inicialmente, através da publicação de teóricos do neoliberalismo representantes da Escola Austríaca, como E. Bohm-Bawerk, Hayek, Mises, etc. Logo, passaram a promover encontros, concursos de teses e cursos de formação em diversas áreas de conhecimento. Os seus principais grupos alvos durante a década de 1990 foram juristas, elite militar e mídia. Contudo, suas ações se estendiam até as escolas primárias quando, em parceria com empresas como a C&A, promoveram, em São Paulo, cursos de capacitação para profissionais de educação básica pelo Sesi:

O programa de produção do material didático e pedagógico sob novos enfoques era desenvolvido por uma equipe de especialistas contratados, que também prestava assessoria pedagógica à prefeituras, escolas, delegacias de ensino, etc. A equipe organizava, também, debates teóricos e metodológicos sobre disciplinas específicas, para oferecer aos professores visões teóricas alternativas. Em 1992, por exemplo, os seminários dedicaram-se ao debate de diferentes concepções sobre História, considerada pelo Instituto como a disciplina em que mais se faz sentir o problema da ideologização do currículo.⁴³

Mas o que chama mais atenção a respeito dos IL, além de seu empenho em construir, em diversas bases estratégicas, o pensamento neoliberal, é a sua forma de financiamento. Os principais mantenedores desses institutos são grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, em especial do setor financeiro. Essas empresas qualificadas como mantenedoras sustentam os IL a partir de doações periódicas. Entre as mantenedoras do IL de São Paulo em 1989, podemos encontrar a multinacional

Gessy Lever Ltda⁴⁴, conhecida atualmente como Unilever.

42 GROS, 2003, p. 123.

43 GROS, 2003, p. 138.

44 Os Institutos Liberais adotam uma política nebulosa a respeito das suas fontes de financiamento, o que, em diversos níveis, dificulta a compilação e pesquisa a respeito do tema. Por esse motivo, não

Apesar de toda esta movimentação dos neoliberais nas décadas de 1980 e 1990, a resistência a esta agenda perduraria por alguns anos — sendo gradativamente diluída como perceberemos a seguir. Um exemplo desta resistência foi a elaboração da constituição de 1988, onde o Estado aparece como o grande responsável social pela população e seu bem estar, garantindo direitos à educação e saúde pública, gratuitas e de qualidade, direito ao trabalho, à moradia, à previdência, entre outros⁴⁵. A opção neoliberal vence as eleições de 1989 sobre a opção mais à esquerda, representada pelo PT na figura de Luís Inácio Lula da Silva.

O modelo neoliberal no Brasil pode ser entendido como um modelo periférico, ou seja, de um neoliberalismo menos ortodoxo. Mais próximo — ao menos na primeira década dos anos 2000, com a vitória eleitoral à presidência do candidato petista⁴⁶ — daquele fenômeno de adoção de medidas neoliberais por partidos que se alinhavam mais próximos à social-democracia, ao menos nos discursos para suas bases.

O impacto deste modelo no Brasil acompanhou algumas mudanças. Na relação capital-trabalho, temos a reestruturação produtiva; nas relações intercapitais, o aprofundamento da financeirização; e, na estrutura do Estado, a redução de sua participação em atividades produtivas⁴⁷. Uma outra consequência que diz respeito à dependência tecnológica e financeira que esse modelo produz, nas palavras de Luiz Filgueiras:

É da natureza do modelo neoliberal periférico a reiteração dessa vulnerabilidade externa e fragilidade como condição de reprodução do capital

foi possível incluir, nesta pesquisa, dados sobre a relação entre a Unilever e o Instituto Liberal no decorrer dos anos.

45 FILGUEIRAS, 2006

46 Após sair derrotado de três eleições presidenciais, Luís Inácio Lula da Silva vence as eleições de 2002, iniciando, assim, um período de quatorze anos do Partido dos Trabalhadores no poder.

47 As privatizações de empresas estatais da década de 1990 e das parcerias público-privadas (PPPs) nos anos 2000, que nada mais são que um tipo de privatização do bem público, são as grandes responsáveis pelo afastamento do Estado da esfera da produção.

financeiro e, portanto, de sua própria reprodução. Assim, a dinâmica do modelo é, intrinsecamente, instável.⁴⁸

Ao analisar, ainda que rapidamente, um caso específico de implantação de políticas neoliberais, podemos observar que a questão da financeirização aparece com certo destaque, pois a financeirização do capital, nesta fase do capitalismo, ganha novos contornos e destaque no que diz respeito às demarcações econômicas das últimas quatro décadas.

São as finanças que comandam hoje o nível e o ritmo da acumulação stricto sensu, este termo designando o processo de reprodução ampliada do capital em suas duas dimensões: o da criação de capacidades de produção novas, e o da extensão das relações de produção capitalistas.⁴⁹

O processo de financeirização no capitalismo não é um fenômeno recente. O capital financeiro é resultado da fusão (integração) entre capital bancário e capital produtivo (industrial). Lenin⁵⁰ apontou este movimento como um dos cinco pontos do Imperialismo⁵¹; Virgínia Fontes⁵², por sua vez, resgata e atualiza este conceito de Lenin, trazendo à luz a ideia de capital-imperialismo.

Para nós, cabe refletir, aqui, a ideia de François Chesnais sobre a mundialização. A mundialização aparece como contraponto à ideia de globalização, que, a partir de uma ideia idílica, apresenta o avanço do capitalismo em escala global como uma forma de integração mundial.

48 FILGUEIRAS, 2006, p. 18.

49 CHESNAIS, 2015, p. 13.

50 LENIN, 1979.

51 Os outros quatro pontos seriam: 1) Concentração de produção e do capital (monopólio); 2) Exportação de capitais; 3) Formação de associações internacionais que partilhem territórios do globo entre si; 4) Partilha do mundo entre as nações desenvolvidas (industriais.)

52 FONTES, 2012.

É por isso que a globalização não tem nada a ver com um processo de integração mundial que seria um portador de uma repartição menos desigual das riquezas. Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente.⁵³

A mundialização nos ajuda a entender, portanto, como se dá a expansão do capital financeiro e suas consequências no neoliberalismo. Podemos perceber que, nesta fase, a nova mão invisível do mercado assume a face do mercado financeiro; é esse, por sua vez, quem dita as regras no capitalismo contemporâneo.

O conceito de capital financeiro foi desenvolvido por Rudolf Hifferding, no início do século XX, entendido como a fusão entre capital bancário e capital produtivo (industrial). Na época da produção do livro, os bancos se apresentavam como as instituições financeiras predominantes, assumindo um papel preponderante na nova configuração do capitalismo, na medida em que compravam a maioria das ações das empresas produtivas. O fenômeno das S/A, portanto, já revela uma relação de poder entre as frações do capital, na qual os bancos assumem uma posição vantajosa, não apenas por fornecer crédito à produção, mas por integrar a produção na forma de capital financeiro, decidindo sobre a mesma por serem acionistas majoritários.

Na fase neoliberal, o setor financeiro se complexifica, diversificando suas instituições. Para o capitalismo, a posse dos meios de produção é o elemento que define a classe dominante. Se, inicialmente, essa posse se restringia a grupos familiares e indivíduos que exerciam o comando sobre as empresas, com o desenvolvimento do capitalismo, o lugar da propriedade financeira passa a protagonizar as relações de dominação. Dessa forma, Chesnais nos mostra que a finança, no neoliberalismo, passa a

53 CHESNAIS, 2015, p. 6.

posição de fração superior entre a classe capitalista. Finança nesse contexto se diferencia de setor financeiro na medida que:

Por um lado, a finança reúne uma fração de classe e instituições financeiras. Por outro, essas instituições financeiras constituem um conjunto mais vasto do que o que se pode agrupar em uma “indústria financeira”; compreendem igualmente instituições como fundos de pensão e o banco central, que têm funções e modos de funcionamento diferentes, por exemplo, dos de outros bancos.⁵⁴

A separação entre a posse da propriedade e a gestão age como movimento fundante de uma nova estruturação entre as frações de classe. Surgem, assim, os administradores, que podem ser desde os grandes executivos até os gestores de fundos públicos. Este movimento agrega à estrutura de classes uma complexificação ainda maior no capitalismo contemporâneo.

2.3 OS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO

Até aqui, acumulamos, separadamente, dois aspectos fundamentais do capitalismo: primeiro, seus mecanismos de perpetuação que coincidem com seu funcionamento básico; e, em seguida, seu modo de operar na atual fase do sistema. Contudo, é importante não perder de vista que estes dois aspectos funcionam de forma imbricada, ou seja, são partes de mesmo processo.

O mito do fim da história e a ideia de insuperabilidade do capitalismo normatizam uma série de desdobramentos como naturais e, por isso, é necessário complexificar as relações no capitalismo e superar a aparência de normatividade e imutabilidade que o momento neoliberal da economia capitalista apresenta-nos. A partir dessa forma de operar, defrontamo-nos com uma série de mecanismos que auxiliam na

⁵⁴ CHESNAIS, 2005, p. 87.

difusão do ideário neoliberal, mesmo em países que rejeitaram suas premissas, como, por exemplo, através da difusão de seus valores via meios de comunicação, o Brasil, na década de 1980⁵⁵.

Nesse sentido, a disputa no campo das ideias é fundamental, uma vez que a classe trabalhadora⁵⁶ não é de forma alguma agente passivo do processo histórico. Desta forma, as categorias de coerção e consenso, em sua forma prática, são indispensáveis à reprodução deste sistema. Volta-se, então, a Gramsci e seu legado.

O primeiro aspecto a ser abordado é o Estado. Isso, porque o Estado, que, em grande medida, é apresentado pelos neoliberais como germe de todas as mazelas do mundo, é aquele que garante os interesses da burguesia e, por consequência, os interesses dos próprios neoliberais. O Estado, como já foi colocado, é sempre um Estado de classe, ou seja, um Estado hegemônico e gerido por e para uma classe específica.

No capitalismo, a classe dirigente é sempre a burguesia, o que não significa que não haja contradições no interior da mesma. As frações existem e disputam, entre si, não só a gestão, mas também os privilégios. Essa disputa pela hegemonia, obviamente, não é restrita às frações de uma mesma classe, mas é a partir dela que se constroem as bases de sustentação para o Estado capitalista.

Um ótimo exemplo para pensarmos essa gestão burguesa do Estado está no modo de operar dos APHs como o Institutos Liberais. Como observado anteriormente, os IL atuam na divulgação do pensamento neoliberal no Brasil, seu método de doutrinação de públicos estratégicos também funciona para impulsionar sua atuação frente ao setor público. Ou seja, trabalham para ampliar sua influência no seio do Estado. Gros explica como funciona este movimento:

55 FILGUEIRAS, 2006.

56 Entendida na sua totalidade e diversidade.

“A análise das listas de mantenedores dos Institutos Liberais de São Paulo e do Rio de Janeiro evidencia o apoio financeiro de alguns dos maiores grupos econômicos em operação no País, o que permite supor uma significativa capacidade de mobilização de recursos materiais e humanos a serem utilizados como potencial de influência sobre a sociedade. Como se sabe, na medida em que os grupos econômicos adquirem poder sobre os mercados e a comunidade, passam a ter força capaz de influenciar a definição de valores, transformando-se, assim, em instrumento político.”⁵⁷

Esse instrumento político funciona como ferramenta de controle das políticas públicas. Em grande medida, o objetivo desse processo é garantir vantagens econômicas para esses grupos empresariais — como redução de impostos, autorização de fusões e etc —, contudo, também servem como ponte para difusão do pensamento ideológico ao qual estão ligados. Uma das formas que podemos detectar desse controle ideológico neoliberal está na necessidade do sistema em disciplinar a população, ou seja, converter pessoas em mercadoria força de trabalho, contendo, ao máximo, as contradições que essa condição implica. Como coloca Fontes:

A efetivação capitalista depende da reunião entre estes dois fatores, da exploração da mais-valia e do disciplinamento da população à sua subalternização, convertendo-a massivamente em força de trabalho, disponível para o capital e incorporada ao mundo mercantil.⁵⁸

O papel cumprido pelo Estado, nesse processo, é de agente direto, como quando, no amanhecer do capitalismo, cria leis que inibem a vadiagem⁵⁹ — ou seja, punem os capacitados ao trabalho pelo seu desemprego — assim como quando produz um sistema educacional voltado ao mercado. Todavia, para além da ação direta, o Estado burguês também contribui para a propagação de outras formas de disciplinamento da classe trabalhadora.

57 GROSS, 2003, p. 147.

58 FONTES, 2010, p. 217.

59 No Brasil, este mecanismo é ainda carregado por uma política institucionalmente racista.

Se Marx fala da subsunção do trabalho, aqui, podemos referimo-nos a uma espécie de subsunção da vida em si, isto é, das formas que o sistema capitalista impõe como modo de vida privado, além de certas práticas que normatizam e naturalizam o que se deve esperar de um indivíduo. Aqui, é possível identificar uma série de normas morais que servem de contenção à classe que, mesmo sem aparecer como princípio fundador do capitalismo, possui uma capitulação necessária a um propósito indispensável. A noção de família heteronormativa, o patriarcado, o racismo, o individualismo, por exemplo, seriam algumas dessas normas adotadas pelo sistema.

Porém, se o discurso hegemônico aponta para um lado que reforça a opressão e a exploração da classe trabalhadora, há, também, movimentos que partem da classe trabalhadora, que buscam a disputa contra-hegemônica. O Estado, em seu entendimento gramsciano — Estado Ampliado — é a arena, e os APHs são as ferramentas dessa disputa. É a partir desses espaços que tanto a burguesia quanto a classe trabalhadora se expressam e é sobre os movimentos contra-hegemônicos que incidem os maiores ataques da burguesia.

O avanço da agenda neoliberal sobre os movimentos sociais e dos trabalhadores é um grande exemplo desse ataque da burguesia. A historiadora Virgínia Fontes, ao analisar os anos de 1990, coloca que:

Toda e qualquer formulação antissistêmica ou tentativa de organização dos trabalhadores enquanto classe social deveria ser desmembrada e abordada de maneira segmentada: admitia-se o conflito, mas este deveria limitar-se ao razoável e ao gerenciável, devendo seus protagonistas admitir a fragmentação de suas pautas em parcelas administráveis. Para os renitentes, a repressão seria feroz (como foi o caso da extrema violência contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST ao longo das duas gestões FHC, apoiada e estimulada pela mídia).⁶⁰

60 FONTES, 2010, p. 263.

Desta forma, viu-se uma série de mudanças na composição dos espaços de resistência ao sistema. Lugares privilegiados para a ação da classe trabalhadora, os sindicatos sofreram quedas de adesão e legitimidade a partir do neoliberalismo.

A globalização, que pode-se traduzir numa concepção de mercado global, onde empresas forjam uma falsa homogeneidade dentro de uma aparência de multiculturalismo — como podemos ver nas diversas campanhas publicitárias globais das marcas Dove (Unilever), Coca Cola, Nike, etc —, também leva a descentralização dos postos de trabalho, desencadeando um processo de desmonte desses sindicatos. Ruy Braga, ao analisar esse processo, demonstra que:

Um olhar que compare as taxas de densidade sindical dos maiores países industrializados do mundo com dados disponíveis, isto é, aqueles com população acima de 50 milhões de habitantes, é capaz de captar a magnitude da crise do poder associativo dos sindicatos fordistas. Em escala global, a densidade sindical, apesar de alguns avanços e recuos sazonais, é declinante. Além disso, os sindicatos alternativos ao burocratismo fordista organizam apenas uma pequena parte dos trabalhadores, e a maioria de suas bases sociais vive em países relativamente ricos do Norte global, onde a participação das classes trabalhadoras na população economicamente ativa segue estagnada ou em baixa.⁶¹

Ao revisitarmos o plano de reestruturação da produção da empresa Unilever, exposto na introdução deste capítulo, perceberemos, na prática, como esta descentralização pode afetar o movimento sindical e, por consequência, a luta organizada dos trabalhadores. Além do declínio do sindicalismo, podemos também observar uma mudança no caráter da militância ligada, direta ou indiretamente, a pautas antissistêmicas.

Na década de 1990, vemos avançar o que seria o modelo neoliberal da gestão social. Isto é, o surgimento e difusão das Organizações Não Governamentais (ONG).

61 BRAGA, 2017, p. 26.

Ainda que não tenham um enquadramento jurídico específico no Brasil, as ONGs já se encontram presentes no país desde os anos de 1960. Mas, é a partir dos anos de 1990, que essas entidades da sociedade civil ganham cada vez mais terreno.

O processo de “onguização” revela uma substituição das lutas organizadas em torno dos direitos básicos por uma lógica de concorrência por financiamentos e editais de projetos sociais. Isto é, há uma redução no que se pode chamar de militância direta e há a ascensão de um engajamento, ancorado na oferta de serviços de apoio a lutas. Para Fontes, este é o momento em que ocorre um processo de profissionalização da militância⁶². A capacidade mercantilizadora das lutas sociais, que o modelo das ONGs proporcionam, não foi o único motivo de sua tomada de centralidade a partir do desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil. O descolamento entre sociedade civil e Estado, como partes distintas, ou melhor, como arenas diametralmente opostas, faz com que as ONGs cumpram um papel de desmobilização das lutas de caráter universal.

Seu próprio modelo de financiamento — recursos oriundos de grandes empresas, Banco Mundial, ONU, governos locais, etc — coloca a capacidade de contestação antissistêmica em xeque. Promove-se, assim, uma falta de conexão entre essas instituições e os fluxos organizativos com debate e propostas classistas. A pouca — ou quase nenhuma — tomada de lado expressa-se em um discurso com pretensões neutras (ou apolíticas) a respeito da realidade social. Nas palavras de Fontes:

Como já vimos, o processo de corrosão e deslocamento do papel das organizações contra-hegemônicas se iniciou na década anterior, por um peculiar processo de mercantil-filantropização da luta social. Desde muito precocemente, no pós-guerra, iniciara-se nos países predominantes que, crescentemente, abandonavam projetos sociopolíticos de transformação radical, restringindo-se a atividades mais pontuais e defendendo-as como única maneira possível de luta. Estimulava-se um processo de desengajamento de projetos unificados de luta e ampliavam-se — aberta ou silenciosamente — intervenções cosmopolitas de cunho filantrópico, voltadas para os “pobres do mundo”, apoiados no benevolato ou no trabalho

62 FONTES, 2012.

voluntário, ao lado da institucionalização de lutas específicas, sobretudo ambientalistas, e feministas. Os think tanks e fundações empresarias estadunidenses, acompanhados de seus congêneres europeus, estendiam sua atuação pelo mundo, absorvendo grupos locais, financiando projetos, supervisionando atividades caso, no Brasil, de Cebrap e, depois, de entidades integrantes ao Fórum Social Mundial, copatrocinado pela Ford Foundation. Essa cosmopolitização da atividade social e intelectual reiterava os comportamentos adaptativos e subalternos de parcela dos novos intelectuais recém-egressos dos cursos superiores, e configuraria novos espaços profissionais, crescentemente valorizados.⁶³

A grande “contradição” desse modelo de gestão do social no neoliberalismo é que, ao mesmo tempo em que aponta ao Estado um limite para sua atuação em projetos sociais próprios, demanda do mesmo recursos e verbas públicas a serem investidas nas ONGs. A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, a partir de uma pesquisa feita com seus associados, mostra o aumento do peso de órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) no financiamento das ONGs. Os investimentos passaram, então, de 3,2%, em 1993, para 18,46%, em 2001.

Esse movimento não se limitou aos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Há uma continuidade deste processo de gestão do social nos anos de governos do PT. Braga aponta que o processo de mercantilização da militância “corroeu” o movimento de burocratização do sindicalismo pela via de “integração ao aparelho de Estado.” Isso, porque, a partir do lulismo, consolida-se uma entrada real desses movimentos no âmbito do Estado — fala-se, aqui, estritamente do Estado Restrito —, como em sua participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)⁶⁴, que tem por objetivo o aconselhamento direto à presidência da República. O resultado dessas práticas que impulsionam o modelo neoliberal para gestão social — no Brasil, especialmente nos mandatos lulistas — é o desmonte, ou seja, a desmobilização política. Esse cenário implica num enfraquecimento dos movimentos

63 FONTES, 2010, p. 271.

64 Além de representantes de movimentos sociais e sindicais, o CDES conta com uma larga lista de conselheiros ligada às grandes empresas de diversos setores.

sociais antissistêmicos, criando um novo paradigma que reforça uma lógica de lutas, individualizantes e meritocráticas, que se reforçam em períodos de crise.

Marx, ao estudar a fundo o modo de produção capitalista, percebe as flutuações implícitas de seu funcionamento como as variações na composição orgânica do capital, e sua consequência no rebaixamento na taxa de lucro. Com isso, percebeu-se a tendência a momentos de crise como algo intrínseco ao capitalismo. Todavia, a crise, antes de ser um momento de por em dúvidas o próprio sistema, vem mostrando-se como um momento de reestruturação do mesmo.

A própria ascensão do neoliberalismo resulta de um desses momentos, nos quais há declínio da taxa de lucro e uma crise do modo de produção e reprodução social reformista ou fordista-keynesiano. A nova configuração do capitalismo, no fim do século XX e começo do XXI, expressa-se a partir de dois movimentos simultâneos, como nos apresenta Poggi:

A configuração do capitalismo em fins do século XX e início de XXI se apresenta, portanto, sob a especial interação e desenvolvimento de dois processos concomitantes: a queda da taxa de lucro, levada nesse momento pela concorrência internacional e pelo desenvolvimento desigual, o que levou à flexibilização da produção e desregulamentação do setor financeiro; a falência da alternativa reformista em nome da agenda neoliberal.⁶⁵

Em países como o Brasil, onde mesmo a partir da entrada de partidos reformistas de esquerda no governo, os avanços neoliberais não cessaram, houve um avanço de um tipo de neoliberalismo mais palatável. Esta política mostrou-se extremamente útil para que o capitalismo enfrentasse a primeira crise do século XXI. Onde, apesar de já existir operando — ainda que não de forma ortodoxa —, o neoliberalismo voltaria a ser

65 POGGI, 2015, p. 219.

apresentado como a mais pura saída para crise. Citamos, aqui, o exemplo de Portugal analisado por Braga:

E nem mesmo os agrupamentos esquerdistas passariam incólumes pela nova onda de disciplinarização do neoliberalismo. Na condição de forças políticas modernizadoras do Estado capitalista, muitos partidos reformistas, como o PS em Portugal, assumiram a tarefa de impulsionar dispositivos disciplinares neoliberais a fim de transformar e potencializar as políticas públicas. Ao estimular situações de concorrência e desenvolver medidas de desempenho cujo o efeito consiste em modificar a conduta individual, transformando cidadão em empreendedores, essas forças esquerdistas acabaram contribuindo indiretamente para a desmobilização das classes subalternas alinhadas à defesa dos direitos sociais de caráter universal.⁶⁶

O que o autor coloca é que a ação disciplinadora do neoliberalismo desmobiliza a classe trabalhadora da luta por direitos trabalhistas, tal como da luta por direitos sociais. A esse esvaziamento somamos um movimento de retirada de direitos como forma de acumulação secundária, ou seja, uma relação entre o neoliberalismo e uma estratégia de acumulação por espoliação. Como aponta Harvey, se avança nas privatizações de empresas estatais, na exploração de recursos naturais, nos ataques a direitos trabalhistas e previdenciários a fim de remunerar as demandas de um mercado financeirizado.

Esse movimento encontra uma classe trabalhadora desarticulada, incapacitada de resistir a esse nível de ataques. A precarização do trabalho aparece, então, não só como causa, mas sua ampliação, como uma consequência deste mesmo processo. Sobre esta forma de trabalho, podemos observar o aprofundamento de certas condições de formas disciplinadoras que subsumem a vida em si da classe.

Desta forma, podemos observar com mais clareza os nós que integram as questões de gênero, classe e raça – que podem subdividir-se, ainda, em questões

66 BRAGA, 2017, p. 63.

sexuais, etárias e geográficas. Isso, porque a precarização dos postos de trabalho (mesmo antes de períodos de crise) revela um tipo mais diversificado de trabalhador. Ao mesmo tempo, podemos assumir que é um trabalho precarizante exatamente pelo fato de ser destinado a esses setores da sociedade, a grupos historicamente marginalizados, trabalhadores mais suscetíveis a flutuações do mercado, ou seja, mulheres, negros e negras, imigrantes, jovens (especialmente não brancos), LGBTQI e etc.

Os trabalhadores precarizados, ou o precariado, distinguem-se dos trabalhadores assalariados pela sua condição de instabilidade de emprego e deposição de seguridade e direitos trabalhistas. Os trabalhadores autônomos, informais, terceirizados, PJs, camelôs, e etc, representam esse nicho de trabalho, que, entre outras características, conta ainda com a alta rotatividade nos postos de trabalho. Contudo, esta não é uma nova modalidade de trabalho, visto que o ideal do trabalhador assalariado, provedor da família, nunca foi a regra geral entre os trabalhadores no conjunto da história do capitalismo.

A pulverização⁶⁷ dos trabalhadores, promovida por esse tipo de trabalho, gera uma inviabilidade de organização via sindicatos, visto que este trabalhador ocupa um cargo por um período de tempo muito curto, por exemplo. Além disso, como já foi colocado, a própria forma sindical foi sofrendo, durante os anos de avanço do neoliberalismo, uma série de ataques que envolveram, em parte, sua disciplinarização, fazendo com que os trabalhadores não se sintam reconhecidos por essas entidades. Um bom exemplo disto seria a própria desconexão dos trabalhadores precarizados com as demandas corporativas dos sindicatos. Nas palavras de Braga:

67 A lógica da viração é um bom exemplo desta pulverização. A viração consiste na transição do mesmo trabalhador por diversos postos de trabalho em diferentes áreas, por exemplo, em um momento o trabalhador está vendendo sapatos, no seguinte ocupa uma vaga de faxineiro e logo depois passa ao trabalho autônomo de livreiro.

Embora o desenvolvimento desse processo seja desigual e com muitas diferenças entre os países, é necessário partirmos da contestação de que as formas de representação das classes trabalhadoras atravessam uma transição na qual as velhas estruturas organizacionais fordistas já não são mais eficazes para alterar os rumos desse declínio, enquanto novas experiências organizativas estão ainda em seus momentos embrionários.⁶⁸

Contudo, se os momentos de crise são, por um lado, períodos de ataque à classe trabalhadora; por outro, são épocas em que se explicitam certas contradições do capitalismo. Ainda que haja medidas regressivas — como avanço do conservadorismo, do nacionalismo e etc —, abre-se, também, espaço para novas formas de resistência, para uma retomada de consciência revolucionária.

A luta de classes prescinde da consciência de classe para existir como tal. Todavia, há que se partir de uma tomada de consciência — e, neste ponto, cabe ressaltar que esta deve ser uma consciência de sentido revolucionário — para efetuar o que Marx coloca-nos enquanto papel do sujeito revolucionário. Desta forma, como diz Thompson, “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se”⁶⁹. Ou seja, a tomada da consciência de classe é um processo ativo de reconhecimento de seus interesses em comum que, ao fim, se opõem aos interesses de outra classe — no caso, a burguesia.

Tomando o devido cuidado para que não se confunda como classe os grupos oprimidos, podemos pensar em uma construção parecida sobre sua forma de reconhecimento de identidade como grupo. Se:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem dos seus).⁷⁰

68 BRAGA, 2017, p. 26.

69 THOMPSON, 2004, p. 09.

70 Ibidem, p. 10.

Podemos, então, pensar que o reconhecimento da opressão passa por um caminho similar no qual a percepção da opressão passa pela identificação de violências — objetivas ou simbólicas — partilhadas entre diversos indivíduos do mesmo grupo.

Considerando esses elementos, voltemos ao avanço das políticas neoliberais. Apesar deste processo, que tende à eliminação das formas de organização da classe, assim como da disciplinarização da mesma, percebe-se que há um movimento de contra-hegemonia de resistência da classe trabalhadora, ou seja, indo na contra mão do processo maciço de desmonte e obsolescência do sindicalismo fordista, da descentralização geográfica do trabalho, da precarização e da construção de uma mentalidade individualista. Assim, é possível perceber que, após a última crise do capitalismo, houve um aumento nos protestos organizados pela classe trabalhadora, sendo seu ápice entre 2011 e 2015.

Esse movimento contraditório foi analisado por Braga, que conclui:

Em suma, a soma do desmanche das formas de solidariedade fordista promovida pela empresa neoliberal, com o avanço do padrão de consumo pós-fordista estimulado pela globalização econômica, promoveu um avanço sem precedentes da individualização do comportamento da classe trabalhadora no país.

Nesse ínterim, outras formas de solidariedade, ligadas ao gênero, e à faixa etária, por exemplo, foram surgindo em substituição àquelas apoiadas predominantemente em uma força de trabalho masculina e sindicalizada.⁷¹

O autor usa, como exemplo desse movimento de reorganização da solidariedade entre a classe, o caso das greves na indústria paulista de Call Center, onde:

[...] a experiência compartilhada de discriminação por gênero, orientação sexual e raça estreitou os laços de solidariedade entre os teleoperadores paulistanos, criando certo pendor para mobilização

71 BRAGA, 2017, p. 117.

coletiva. [...] Se é verdade que, por um lado, o fato de ser jovem, mulher e não branca produz um efeito disciplinador sobre o grupo de teleoperadores, por outro certas questões interpretadas por elas como abuso de poder dos coordenadores de operações — quase sempre homens brancos — ou casos relatados de assédio sexual costumam ser explosivos nas empresas, catalisando o descontentamento latente e alimentando paralisações de protesto.⁷²

Lembrando que o trabalho nesse tipo de serviço é marcado pela precarização — e destaco a alta rotatividade —, podemos observar o caminho traçado para a identificação como coletivo. Por consequência, sua auto-organização, enquanto trabalhadores, passou em primeira instância não por seu caráter de classe, mas pela identidade de gênero.

Abrem-se, assim, novas formas de se experimentar e formar a si mesma da classe trabalhadora. Como veremos no próximo capítulo, a relação entre movimento feminista e movimentos de contestação do sistema não podem ser encarados como mera coincidência. A tomada de consciência sobre a condição de classe revela, ou explicita, outras opressões que incidem sobre certos grupos. A partir disso, é razoável supor que um caminho inverso pode carregar em si essa mesma potência.

Assim sendo, o gênero — tal como a raça, a sexualidade e etc — mostra-se especialmente subversivo, num momento histórico de ataque à organização da classe trabalhadora em seu caráter revolucionário. Em virtude dessa potência em si, que esses movimentos carregam, há um avanço sobre sua disciplinarização, ou seja, uma necessidade de capitular e esvaziar suas pautas de sentido contestatório do sistema. É sobre este processo que trataremos neste trabalho.

72 Ibidem, p. 113.

3 CONSIDERAÇÕES PERTINENTES SOBRE O FEMINISMO

O eixo central que move esta pesquisa é, sem dúvida, a necessidade contemporânea de entender a expressão da opressão de gênero na sociedade. Para tanto, foi indispensável que começássemos nosso enfoque pelo aprofundamento de questões referentes ao recorte histórico metodológico que orientou o trabalho.

Falar em feminismo tem sido um ato regular na conjuntura contemporânea. As produções, não só acadêmicas, mas midiáticas e culturais, muito têm avançado sobre o tema; contudo, as confusões teóricas a respeito do feminismo não cessam de perpetuar certos preconceitos ideológicos. Entre os mais reproduzidos, encontramos a máxima de que o marxismo foi indiferente à questão feminina. Guardado o devido balanço sobre como as correntes marxistas secundarizaram, ou não, o feminismo, é, no mínimo, imprudente reproduzir esse tipo de afirmação, visto que, na prática, seus resultados servem apenas para uma divisão — feministas x marxistas —, o que só interessa ao capital.

Seguiremos, neste capítulo por um viés exigido na pesquisa, com intuito de que compreendamos um de nossos objetos; para isso, é fundamental que seja feito um retorno histórico às raízes revolucionárias do movimento feminista, pois, como veremos, é nelas onde localiza-se o cerne que demonstra a potencialidade transgressora e revolucionária deste movimento. Sem ela, não poderíamos chegar às conclusões, tais como a necessidade do capitalismo atual de seguir pasteurizando o movimento feminista, a fim de remover quaisquer gatilhos contestatórios anticapitalistas.

Nesse caminho, foi imprescindível avançar por certos ramos da teoria feminista, tanto em suas vertentes ligadas ao pensamento ideológico da esquerda, quanto ao da direita. Mostrando, assim, que há uma paleta diversa de formas de pensar e entender o

feminismo, cada qual com suas particularidades táticas e metodológicas. E, por esta razão, ao tratar-se de feminismo, o mais correto seria pensar em feminismos, no plural, reconhecendo, portanto, sua não homogeneidade.

Sem esquecer o recorte histórico desta pesquisa, trataremos, também, de observar como se dá, no Brasil — em especial na década de 1990 —, a construção do movimento feminista, considerando os impactos que as políticas neoliberais têm sobre os movimentos sociais da época, em diálogo com o que já vínhamos tratando no capítulo anterior.

Entendendo este trabalho como uma pesquisa de cunho marxista, começaremos o capítulo movidos pela seguinte pergunta: Por que pensar sobre o feminismo no capitalismo? É a ela que nos dedicaremos a responder.

3.1 CAPITALISMO E PATRIARCADO

A reprodução do sistema capitalista demanda uma série de mecanismos que ajudem no disciplinamento da classe trabalhadora, dado que é a partir desta classe que o capital pode realizar-se enquanto tal, ou seja, o valor se valorizar. Um dos pilares indispensáveis é a condição jurídica de liberdade, porque o trabalhador precisa ser livre para vender sua própria força de trabalho. Além disso, a condição de liberdade serve como um marcador de igualdade entre os indivíduos numa sociedade, reforçando a lógica de que todos na sociedade capitalista têm os mesmos direitos e, portanto, a mesma capacidade de prosperar.

Apesar da construção desse imaginário, a realidade apresentada à classe trabalhadora denuncia as contradições expostas por essa aparência de liberdade e igualdade. A primeira de todas as contradições é que o trabalhador é livre apenas para vender aquilo que lhe sobra, ou seja, sua força de trabalho. Assim, a única liberdade que

o indivíduo possui é a escolha entre submeter-se ou morrer por falta de recursos para garantir sua própria subsistência, o que ocorre exatamente porque o trabalhador, no capitalismo, é livre dos meios de produção, elemento necessário para sua reprodução enquanto pessoa. Portanto, é na alienação dos meios de produção que se identificam as contradições da condição de liberdade, que reforçam a alienação do trabalhador de seu próprio trabalho em si e, por consequência, da sua condição de classe.

Não é apenas dessa forma que a ideia de liberdade e igualdade, no capitalismo, aparece como um mecanismo imprescindível para sua reprodução. Todo e qualquer modo de produção é um fenômeno histórico, que se desenvolve ao longo do tempo, mantendo e revolucionando certos aspectos dos modos que o precederam — não obstante, também desenvolveu-se assim o modo de produção capitalista. Ou seja, trouxe, no seu fazer, uma série de fatores socioculturais das sociedades que o antecederam; aqueles que permanecem, não são frutos do acaso. Ao invés disso, são práticas que, de alguma forma, favorecem a reprodução do capital. Por conseguinte, podemos entender como o patriarcado, o racismo e outras formas de opressão têm espaço para operar dentro do capitalismo.

Se retornarmos, então, à ideia de liberdade e igualdade, veremos que, mais uma vez, ela não é realizada na prática, visto que, no capitalismo, encontramos indivíduos marginalizados. Saffioti ao discutir o tema afirmou:

Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; e no sentido, ainda, de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-a nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem.⁷³

73 SAFFIOTI, 2013, p. 58.

Portanto, o que poderia parecer um mero resquício de uma forma de organização social, anterior ao modo de produção capitalista, e que nada teria a ver com a forma que se estrutura o capitalismo, coloca-se, na verdade, como um mecanismo de exploração do capital. Assim, a hierarquização entre os indivíduos, estabelecida por requisitos naturais, como o sexo e a raça, contribui, tanto deslocando as tensões sociais dadas numa sociedade de classe, quanto estabelecendo um exército de reserva sub-remunerado para o capital. Além disso, veremos também como esses recortes naturais favorecem o movimento de precarização do trabalho.

Pensando na questão feminina dentro do capitalismo, Saffioti mergulha ainda de forma mais profunda. Percebendo que:

Quer através da marginalização da mulher das funções produtivas, quer por meio do emprego de sua força de trabalho, sempre foi possível alterar a composição orgânica do capital pela redução da parcela variável deste. O caráter submisso que há milênios as sociedades vinham moldando nas mulheres facilitava enormemente a elevação do montante de seu trabalho excedente.⁷⁴

No capitalismo, então, podemos perceber que a desqualificação e a submissão do feminino acompanham o processo de extração de mais valor. Já no pré-capitalismo, vemos uma forma distinta da posição da mulher. Ainda que o patriarcado incidisse sobre as mulheres, grande parte da produção mantinha-se no âmbito familiar, o que integrava a mulher ao sistema produtivo. E, mesmo tendo seu trabalho visto como subsidiário, ele apresenta-se necessário à cadeia de produção. Também no capitalismo, uma parte das mulheres é marginalizada do sistema produtivo, o que se baseia no mito de sua inferioridade; outra parte, contudo, é lançada na produção.

74 SAFFIOTI, 2013.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito ao contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa.⁷⁵

Não é só ocupando postos de trabalho sub-remunerados que a inferiorização da mulher serve ao capital. Como colocado anteriormente, a hierarquização da mulher alivia a tensão de classe, dado que, numa sociedade que não assegura trabalho a todos os trabalhadores, o descontentamento se volta para as frações das classes mais oprimidas. O mito de inferioridade da mulher, portanto, possui um duplo carácter alienante: primeiro, quando sua sub-remuneração acirra a competição entre os trabalhadores, deslocando o que deveria ser um conflito entre as classes para um conflito entre os sexos; o segundo, por sua vez, trata da mistificação de que o reconhecimento de status social perpassa pela capacidade masculina de garantir à mulher/esposa sua manutenção no trabalho privado do lar, criando, assim, a ideia de homem provedor.

Esse segundo carácter explicita a divisão sexual do trabalho entre os sexos, onde o trabalho produtivo é associado à figura do homem e o trabalho reprodutivo, à figura mulher. Esse trabalho reprodutivo, exercido pelas mulheres, esconde três benefícios vantajosos ao capital. Primeiramente, quando o trabalho reprodutivo feminino, realizado no lar, desonera o capital de seus custos objetivos, contribuindo para o rebaixamento do tempo de trabalho socialmente necessário que, como fator geral, regula o valor da força

75 SAFFIOTI, 2013, p. 67.

de trabalho. Em seguida, quando esse trabalho libera o homem por mais tempo de seu dia para oferecer sua força de trabalho ao mercado. E, por fim, quando alimenta um exército reserva de trabalhadores à parte das tensões geradas pela condição de desemprego.

As discussões em torno do trabalho reprodutivo são enormes e mobilizam feministas ao longo de muitas décadas, em especial as feministas marxistas. O problema já aparece nos escritos de Marx e Engels, que, ao abordarem o tema família, caminharam para uma desnaturalização sobre sua imutabilidade biológica. Logo, perceberam que ela não poderia ser compreendida como um resultado das relações naturais, mas que obtinha novas formas de arranjo em cada contexto social, dependendo do modo de produção no qual se inseria. Pensaram, assim, que a família deveria ser percebida para além de um conceito abstrato, ou seja, a partir de sua forma particular histórica.

Sendo assim, a ideia de família é vista como uma construção histórica e, por consequência, mutável. Kollontai vai além, defendendo que não só a família é historicamente construída, mas também a moral e, portanto, ambas são passíveis de transformação. Argumentando, assim, já no início do século XX, a favor das ideias de amor livre, como podemos ver nesta passagem do livro de Wendy Goldman:

“Na natureza não há moralidade nem imoralidade”, escreveu [Kollontai]. [...] Ela explica: “O ato sexual não deve ser reconhecido como vergonhoso nem pecaminoso, e sim como natural e legal, uma manifestação de um organismo saudável tanto quanto a satisfação da fome e da sede.”⁷⁶

Voltando a Marx e Engels, percebemos o processo relacional que os autores fazem sobre a divisão do trabalho estar associada à divisão sexual, fundando a ideia de

76 GOLDMAN, 2014, p. 26.

que a opressão da mulher estava consolidada na escravidão da mesma família⁷⁷. Deixando por hora essa discussão, concentremo-nos na formação subjetiva da submissão feminina.

Em seu livro, *A mulher na sociedade de classes*, Heleieth Saffioti utiliza-se do conceito de mistificação feminina, de Betty Friedan, para identificar a ideia de inferioridade da mulher e como esta serve à sociedade capitalista. A mística feminina funcionaria gerando uma série de expectativas comportamentais sobre a mulher, sua vocação para o cuidado e para o lar, enaltecem os estereótipos: mulher pacífica, mãe, compreensiva, entre outros. A mística seria, então, um mecanismo de controle que interfere na forma com que as mulheres são socializadas, e, com isso, moldadas para cumprir determinadas funções. É claro que elas não são todas atingidas da mesma forma. As realidades sociais, como pertencimento a determinada classe, ou fração de classe, ajustam as expectativas sobre as quais a mística influi.

Os mitos sobre a mulher, como os mitos sobre o negro, por diferentes que possam ser do ponto de vista de seus conteúdos e, principalmente, de suas legitimações, desempenham a mesma função essencial: visam a eliminar possíveis competidores, sobretudo nas áreas de atividades mais valorizadas socialmente. Neste sentido, pois, a mística feminina constitui verdadeiro requisito funcional da sociedade de classes.⁷⁸

Entendendo o capitalismo como a sociedade competitiva que é, o reforço que os mitos promovem à sua perpetuação são indispensáveis, mas podem também sofrer modificações e distorções. Se há um mito sobre o tipo ideal de mulher, sustentado em padrões de beleza e comportamento, em determinados momentos da história – com maior ou menor força –, demanda-se a estereotipificação inversa dos grupos que se rebelam. Nesse sentido, a figura da feminista como inapta, feia e frustrada enquanto mulher, surge como contraponto à mulher ideal e, conseqüentemente, submissa. É certo

77 MARX & ENGELS, 2007.

78 SAFFIOTI, 2013, p. 415.

que existe a necessidade de se redebater esses dois papéis, visto a nova geração do movimento feminista.

No capitalismo contemporâneo, a mística feminina ganha um fôlego a mais, uma vez que sua propagação é demanda dos meios de divulgação. Se entendermos, nessa relação, o papel assumido por essas novas tecnologias, empregadas a favor do capital, perceberemos o ganho de impacto de massas para mística. Os novos meios de mídia difundem, por todas as classes, ideais de feminilidade desejáveis, oferecendo, aos diferentes grupos, diferentes possibilidades, todas funcionais ao capital.

Essa pulverização ajuda a esconder a contradição entre capitalismo e liberdade feminina. Por isso, não podemos deixar de mencionar que a opressão de sexo não é homogênea entre as classes. Se a mulher burguesa sofre por sua condição de sexo, ela não perde o caráter de exploradora de trabalhadores. Assim como a mulher trabalhadora sofre para além das suas demandas de sexo, com a exploração de seu trabalho.

Como podemos observar, a relação do modo de produção capitalista com o sistema patriarcal que o precede dá-se em termos de simultânea compensação. Essa simbiose avança não só no campo econômico, mas também no político, social e cultural. A própria ideia de hierarquização entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo reforça em si a hierarquização entre os sexos. Vejamos como se estrutura historicamente este debate.

3.2 UMA BREVE HISTÓRIA: FEMINISMO E REVOLUÇÃO

A luta feminista tem uma longa história, que é vividamente revisitada de tempos em tempos. Ao olharmos para as origens desse movimento, deparamo-nos com uma série de imbricações entre os mais famosos eventos da história. Contudo, apesar dessa presença, a historiografia tradicional marginalizou, em grande medida, a presença

feminina na história, seja valorizando menos os eventos nos quais elas tenham sido protagonistas, seja diluindo sua participação em determinados processos.⁷⁹

Há uma longa lista de autoras que já levantaram a questão do recorde de gênero na historiografia, como Rachel Soihet, Michelle Perrot, Joan Scott, Adriana Facina. E, apesar desses esforços, a necessidade do estudo sobre a história das mulheres é tema constantemente reeditado. Dito isso, é cabível uma breve incursão pelo desenvolvimento do feminismo enquanto movimento político.

O movimento emancipatório feminino, ou seja, a luta contra o patriarcado, não é recente, tampouco suas pautas refletem apenas o campo das ideias. A urgência das demandas feministas reflete a experiência empírica das mulheres na sociedade, assim como seus mecanismos de resistência refletem o período histórico no qual estão inseridas.

A resistência feminina, portanto, pode ser observada em diferentes momentos históricos, por mais que, até certo ponto, ela tenha protagonizado lutas individuais de mulheres nobres. Em grande medida, exatamente pelas dificuldades que o estudo da história das mulheres implica, tornam-se raras as fontes a respeito de resistências de mulheres vindas das classes subalternas. De todo modo, o salto entre resistências individuais e movimento organizado dá-se a partir de um evento histórico específico, como veremos.

A Revolução Francesa não é apenas um marco histórico por causa de uma pulsão revolucionária burguesa destituindo uma monarquia absolutista, ela figura como um dos momentos históricos de rompimento e questionamento do sistema vigente. Dentro desse terreno revolucionário, coube a indagação sobre a efetiva igualdade entre os sexos.

79 PERROT, 2015.

O rompimento com estruturas tidas como imutáveis e protegidas por Deus; homens e mulheres lutando lado a lado; e a defesa de igualdade entre os Homens são elementos que, unidos, chocam-se com a realidade da vida das mulheres. Estas continuavam tendo seus direitos à cidadania plena, participação política e social, e liberdade sexual negados.

Frente a esse cenário, em 1790, Olympe de Gouges redige a *Déclaration des Droits da la Femme et de la Citoyenne*. O manifesto é uma resposta direta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, expondo as limitações deste no seu propenso universalismo. Dois anos mais tarde, é publicado *Reivindicação dos Direitos das Mulheres*⁸⁰, da britânica Mary Wollstonecraft, que apresenta uma análise sobre a condição feminina, na qual aponta a forma com a qual as mulheres são educadas como determinante para sua condição de opressão. A autora ainda provoca os homens ditos progressistas, dizendo-lhes que, para melhorar a sociedade, é necessário educar as mulheres tal como se educa os homens.

Entre os socialistas, a questão sobre a opressão das mulheres e dos trabalhadores já se coadunava nos escritos e práticas militantes de Flora Tristán (1803–1894). Em seu livro *L' Union Ouvrière*, escrito em 1843, dedica um capítulo ao direito das mulheres, visando compreender e denunciar a subjugação das mulheres nas relações internas da família operária. O livro tinha como objetivo a conscientização de trabalhadoras e trabalhadores da necessidade de construir uma Internacional Operária. Além de Tristán, outros socialistas utópicos, como William Thompson e Charles Fourier, debruçaram-se sobre a igualdade de gênero cruzada à igualdade social.

Para os marxistas, o debate sobre a opressão de gênero já pode ser encontrado nos escritos dos pais da corrente, como vimos anteriormente. Engels, em seu livro *A*

80 “O direito divino dos maridos, tal como o direito divino dos reis, pode, espera-se, nesta era esclarecida, ser contestado sem perigo.” (WOLLSTONECRAFT, 2015, p. 24)

origem da família, da propriedade privada e do Estado, lança o olhar para a situação da mulher na posição que ocupa dentro da família. Assim como, ao analisar e expor sua crítica ao modo de produção capitalista, Karl Marx não deixou escapar as singularidades da expropriação da força de trabalho feminina pelo capital.

Clara Zetkin (1857–1933), militante de vanguarda do movimento operário alemão, dirigente internacional da luta feminista operária e também teórica marxista, dedicou meio século a pensar sobre a libertação das mulheres e proletários. Alexandra Kollontai (1872–1952), dirigente bolchevique, foi responsável pela assistência pública, reconhecimento dos direitos da mulher e organizadora do I Congresso de Mulheres Trabalhadoras da Rússia, em 1918. No mesmo ano, é lançado o Código da Família, um conjunto de leis que igualava juridicamente homens e mulheres, assim como ampliava o direito das mulheres sobre seus corpos.

Se nos dias atuais a libertação sexual da mulher é tabu e seus corpos ainda são motivo de intensos debates e restrições, há cerca de cem anos, Kollontai já defendia, abertamente, outra concepção de relações que não necessariamente estivessem fundadas na monogamia e, principalmente, que fossem uma relação entre iguais. Desafiando, assim, as normas morais e a própria ideia de família, seus progressivos posicionamentos sofreram resistência entre os próprios companheiros de partido.

As relações entre sexo e trabalho eram uma preocupação para as feministas socialistas. Por isso, na primeira onda do feminismo, na virada do século XIX para o XX, na qual as reivindicações pelo sufrágio feminino têm destaque, as socialistas somavam-se trazendo, também, a preocupação com a qualidade de vida e trabalho das mulheres, que ocupavam então diversos postos na indústria. Além disso, havia também o apontamento sobre o alargamento do sufrágio à todas as mulheres, não só às burguesas.

Desta forma, em 1906, o VII Congresso da Internacional Socialista votou uma resolução de apoio ao sufrágio às mulheres. Já a segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, que contava com 100 delegadas de 17 países diferentes, instaurou o Dia Internacional da Mulher. Uma data fixa só seria estabelecida posteriormente, a partir do levante de mulheres em Petrogrado, no dia 23 de fevereiro de 1917 (8 de março no calendário vigente dos demais países). Pedindo pão e paz, esse levante teria sido uma das faíscas que inauguraram o processo revolucionário naquele país.

A Revolução Russa teve um papel de grande importância na luta das mulheres. Ainda antes da revolução, teóricos bolcheviques já atribuíam a libertação da mulher como eixo importante de transformação daquela sociedade. Para tanto, os bolcheviques apresentavam duas propostas centrais: a plena participação na produção, garantindo assim independência econômica, e a liberação do trabalho no âmbito doméstico. Esses dois elementos possibilitavam, entre outras coisas, a participação das mulheres na vida política e a chance de relacionamento sem o jugo econômico para dominá-las no espaço privado. Os bolcheviques elaboraram e defenderam a transferência do trabalho doméstico para esfera pública, acreditando que:

A abolição da família, em vez do conflito de gêneros dentro dela, era a chave da emancipação das mulheres. A socialização do trabalho doméstico eliminaria a dependência das mulheres para com os homens e promoveria uma nova liberdade nas relações entre os sexos.⁸¹

É certo que, na prática, as mudanças efetivas não ocorrem de modo instantâneo após a revolução. Como forma de garantir às mulheres seus direitos, já em dezembro de 1917, o decreto sobre seguro doença inaugurava uma sucessão de medidas para proteção do trabalho feminino. Seguidamente, nos anos de 1918 e 1920, foram legalizados o divórcio e o aborto, respectivamente. Contudo, com a ascensão de Stalin,

81 GOLDMAN, 2014, p. 24.

os avanços das mulheres começaram a ser freados. O retorno a papéis familiares tradicionais, revogação de direitos como aborto — após longo período de burocratização do procedimento — e do divórcio foram alguns dos retrocessos do stalinismo. As medidas de restauração da família tradicional não impactaram somente as mulheres. A criminalização da homossexualidade, que havia sido abolida logo após a Revolução de Outubro, retorna ao código penal como crime, podendo o infrator ser levado a campos de trabalhos forçados por 5 anos ou mais.

O processo de surgimento do movimento feminista nos Estados Unidos, por sua vez, foi inspirado no movimento abolicionista. Isso acontece visto que, no processo de luta contra a escravidão, as mulheres conscientizaram-se de sua própria condição e, portanto, deveriam modificar as instituições que perpetuavam sua condição subalternizada. Como resultado deste processo, é escrito, em 1948, pela Seneca Falls, a *Proclamação dos Direitos das Mulheres*. O documento denunciava a submissão da mulher às leis que elas não elaboraram.

É também nesse processo que podemos observar a aproximação entre as pautas feministas, classistas e raciais, nos EUA. O Partido Socialista (PS), fundado em 1900, foi o único partido a defender o sufrágio feminino. Para além do partido, a organização sindical Industrial Workers of the World (IWW), fundada em 1905, que tinha por objetivo o socialismo em sua primeira assembléia, contou em sua tribuna com a presença de duas mulheres, importantes líderes do movimento operário, “Mother” Mary Jones e Lucy Parsons.

Tanto o PS, quanto a IWW, apoiavam a entrada de mulheres nas organizações e incentivavam que as mesmas tornassem-se liderança. Lucy Parsons, discursando na I Convenção do IWW, diz:

Nós mulheres deste país não temos voto, mesmo que desejássemos usá-lo [...] mas temos nosso trabalho. [...] sempre que os salários vão ser reduzidos, a classe capitalista usa as mulheres para reduzi-lo.⁸²

Outra figura importante do IWW foi Elizabeth Gurley Flynn. Diz ela:

Toda desigualdade e limitação impostas à mulher branca estadunidense são agravadas mil vezes entre as mulheres negras, triplamente exploradas – como negras, como trabalhadoras e como mulheres.⁸³

Muitas outras poderiam ser citadas, como “Mother” Bloor, que percorria o país de carona, articulando movimentos operários; Claudia Jones, que aos vinte anos já era líder e símbolo da luta das mulheres, nos Estados Unidos, e responsável pela Comissão de Mulheres do Partido Comunista; e Anita Whitney dirigente estadual do PC, na Califórnia.⁸⁴

Resgatar a memória da luta para a qual essas mulheres dedicaram suas vidas é essencial para não cairmos em cinismos e autoproclamações, ou seja, para evitar o vício, comum à vanguarda, de apagar o passado. Para além desse aspecto, é também imprescindível para tomarmos conhecimento da profunda enraização dos conflitos entre classe, raça e sexo, não só para podermos dimensionar os avanços e retrocessos ocorridos no século XX, mas para mapear o caminho que se tem pela frente.

A segunda onda do feminismo, a partir da década de 1960, traz novos desafios às feministas marxistas. O próprio marxismo ortodoxo, herança do stalinismo — economicista e determinista — pouco, ou mesmo nada, se abre ao problema das mulheres na sociedade capitalista. Marginalizada, mas não inexistente, a relação entre feminismo e marxismo retorna com maior visibilidade na segunda onda do feminismo.

Nesse momento de predominância de uma leitura stalinista do marxismo, o

82 DAVIS, 2016, p. 159.

83 Ibidem, p. 169.

84 DAVIS, 2016.

movimento feminista, assim como outros movimentos de minorias, contribuem para teoria marxista quando apontam que a opressão sofrida pelas mulheres não se dá apenas no âmbito econômico, mas também no campo político e cultural.

Esse deslocamento das análises economicistas ajuda a pensar nas diversas formas do capitalismo produzir sua hegemonia, expondo a não imparcialidade dos costumes, por exemplo. Os rompimentos entre as feministas e a esquerda revolucionária, nesse período, são emblemáticos e têm seus impactos até os dias atuais, principalmente na construção da ideia de que a esquerda era inteiramente avessa ao feminismo. Ainda assim, seus motivos, em grande medida, resultam de divergências políticas e, também, da falta de reconhecimento da parte dos revolucionários sobre a importância das demandas feministas.

O debate contemporâneo sobre feminismo herda, de todo esse processo histórico, uma série de questões e embates. Não se trata de feminismo, no singular, mas de feminismos. Esse apontamento para o caráter de pluralidade do movimento feminista é essencial para que possamos estudá-lo sem cair em sacralizações. Entender um pouco sobre essa pluralidade será nossa tarefa a seguir.

3.3 DEBATES TEÓRICOS

Assim como todo e qualquer movimento, o feminismo abriga, sob suas frentes, uma série de debates teóricos, metodológicos e táticos sobre sua ação. Dessa forma, compreender as dimensões desses debates ajuda a localizar o interlocutor com o qual se interage. Além desse aspecto, o entendimento teórico acerca do feminismo orienta nossas práticas, sejam elas no campo das pesquisas ou no campo da ação coletiva.

A este trabalho interessa recuperar essa discussão a partir de duas vias. A primeira seria entendendo a que se remetem as principais correntes do feminismo, que

partem do diálogo com os recortes de raça e classe e, por isso, estão sendo largamente usadas por pesquisadores e movimentos de esquerda. À segunda, tendo realizado essas considerações, caberá expor a forma organizativa sobre a qual o trabalho, em grande medida, se debruçará, o feminismo burguês/liberal.

Como já demonstrado, a relação entre os movimentos feministas e movimentos revolucionários — especialmente de matriz marxiana — podem ser observados em todo o decorrer da história do feminismo. É claro que, guardadas as devidas proporções de aproximações e distanciamentos, vemos que ambos os movimentos assumiram uma relação ao longo dos anos; o que se explica, em grande parte, pela amalgamação entre o patriarcado e o modo de produção capitalista. Com isso, surgiu a necessidade de se produzir uma teoria capaz de interpretar esse processo.

Nosso ponto de partida nessa recuperação de algumas teorias que embasaram — e que ainda vigoram de alguma forma — a relação entre capitalismo e patriarcado é a década de 1970⁸⁵. Esse foi o momento imediatamente seguinte ao estopim, o qual chamamos de segunda onda do feminismo. Diversos grupos perseguiram teorias desenvolvidas que ajudassem a desvendar as interações entre os agentes de opressões e de exploração. É nesse clima de efervescência do debate sobre feminismo que destacamos as contribuições das teóricas francesas e italianas.

As principais referências do feminismo materialista — de origem francesa — e do feminismo operário italiano, são, respectivamente, Christine Delphy e, Alisa Del Re e Mariarosa Della Costa. As duas correntes convergiam na análise sobre a natureza do trabalho doméstico, entendendo o mesmo, também, como trabalho produtivo, à medida que é apropriado por outrem. A distinção entre essas teorias encontra-se nas conclusões a respeito dessa apropriação. Para as feministas operárias, era o capitalismo que se

85 Reconhecemos que diversas militantes e pesquisadoras mesmo antes desse período já haviam se debruçado sobre esse tema, contudo, a escolha do recorte se justifica pela relevância dessas teorias no debate contemporâneo.

beneficiava dessa extração da força de trabalho feminina, na medida que este, excluindo a mulher da cadeia de produção extra-lar, a subordinava ao trabalho de reprodução da força de trabalho.

As feministas materialistas defendiam que não era o capitalismo que se beneficiava do trabalho doméstico e, portanto, não era ele quem se apropriava do trabalho feminino. Esse apropriador seriam os homens. No caso, o parente homem mais próximo, seja ele marido, pai, irmão, filho etc. Esse raciocínio ancorava-se no entendimento de que, externamente ao modo de produção capitalista, se encontra o modo de produção patriarcal, que rege as relações entre homens e mulheres.

Ambas as teorias foram um passo importante para o debate sobre o trabalho reprodutivo, contudo, são limitadas no que diz respeito ao entendimento sobre a conceitualização da mercadoria em Marx. De forma simplificada, podemos identificar aquilo que une as duas teorias como já sendo um ponto de questionamento, pois o trabalho produtivo implica a extração de valor, que se materializa na mercadoria produzida. No trabalho doméstico, podemos identificar a produção de valor de uso; entretanto, sem o caráter de valor de troca, não podemos afirmar que estaria, assim, acontecendo produção de uma mercadoria a ser apropriada. É claro que a questão do trabalho doméstico é definitivamente mais complexa e não pode ser reduzida apenas a uma questão de trabalho produtivo ou não.

Em seu artigo, *Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo*, Cinzia Arruzza, nos resume as três principais abordagens recentemente produzidas no interior do marxismo. Seriam essas teorias, a dos sistemas duplos ou triplos, a do capitalismo indiferente e a unitária⁸⁶.

As teorias dos sistemas duplos ou triplos podem ser identificadas por duas correntes, a interseccional e a da consubstancialidade. Essas teorias têm em comum o

86 ARRUZZA, 2015.

entendimento do patriarcado, capitalismo e racismo como sistemas que se correlacionam. De forma mais prática, podemos dizer que as teorias são próximas no que diz respeito ao caráter crítico, quando revelam que a opressão contra a mulher, por exemplo, não se realiza da mesma forma no conjunto das mulheres.

As duas teorias ganharam destaque nas pesquisas sobre o feminismo, especialmente a interseccional, o que nos leva a observar mais atentamente aquilo que é proposto por cada uma dessas perspectivas. O conceito de consubstancialidade entende raça, gênero e classe como sistemas de relações sociais amalgamadas, enquanto a teoria interseccional entende esses mesmos sistemas a partir de uma perspectiva categorial. Tal distinção leva à uma diferenciação conceitual entre relações sociais e categoria, por consequência, entre consubstancialidade e interseccionalidade.

Como explica Kergoat: “em meu entendimento, uma relação social é uma tensão em torno da qual se criam grupos (eles não estão dados desde o início), enquanto uma categoria é apenas um marcador descritivo”⁸⁷. Esses grupos criados a partir das tensões sociais seriam classes sociais, mas também classes de sexo, classes de raça, que estão numa relação de antagonismo. As formas de divisão do trabalho seriam a chave de análise para entender essas relações sociais. Contudo, o uso do termo “classes”, aqui, pode levar a um problema teórico e prático. O antagonismo entre classes é um processo constante no qual uma classe se sobrepõe a outra onde, por fim, um polo é eliminado ou subjugado. Nesse sentido, pensar a questão de raça e gênero como classe põem em pauta um antagonismo irremediável entre brancos e negros, assim como entre mulheres e homens.

Sobre a consubstancialidade, podemos ainda identificar outra característica que a distingue. Suas autoras rejeitam o conceito de gênero, substituindo-o por relações sociais de sexo. Essa escolha justifica-se na medida em que há uma compreensão sobre

⁸⁷ KERGOAT, 2016, p. 20.

o uso do termo gênero servir de duas formas. Na primeira delas, apresentando o debate sobre feminismo de forma mascarada e, na segunda, diluindo a visibilidade das mulheres num termo guarda-chuva, que abraça outras dinâmicas de opressão.

A interseccionalidade, por sua vez, tem dois limites que nos parecem claros e relacionam-se. O fato de essa ser uma teoria que emprega o conceito de classe, não na forma marxista, mas em seu caráter rentista, como nos afirma Araújo⁸⁸:

A palavra classe ("class") aparece também no início do texto, quando Crenshaw afirma que questões como a violência doméstica afetam as "mulheres enquanto classe" ("women as a class") (CRENSHAW, 1993: 1241, tradução nossa). Acredito que aqui a autora não utilize a palavra para se referir à classe social no sentido a que temos nos referido, mas provavelmente como grupo social de certo tipo. [...] revela uma abordagem quantitativa da classe -pobre sendo aquela que não possui dinheiro e acesso ao consumo -em vez de uma concepção qualitativa, ligada à concepção de luta de classes.⁸⁹

Essa distinção do conceito de classe somada a uma característica de privilégio dos recortes de gênero e raça, bastante detectada em sua utilização, fez dessa teoria uma chave para conciliar abordagens distintas a respeito do feminismo, o que, em última instância, pode explicar a própria expansão da teoria:

Ocorre que esse sucesso, para autoras como Maria Carbin e Sara Edenheim (2013), se deu às custas de uma distorção do sentido original do termo. Elas argumentam que seu crescimento na pesquisa feminista europeia e norte-americana foi resultado da falta de discussões ontológicas importantes, tendo sido adotado como uma espécie de linguagem universal que permitiria um consenso entre feministas de orientações políticas e teóricas conflitantes. Para as autoras, "a interseccionalidade [...] não preenche os requerimentos de uma teoria e consequentemente 'todo mundo' sente que ela se adéqua ao 'seu modo de pesquisar'" (CARBIN; EDENHEIM, 2013: 13, tradução nossa)⁹⁰

Esse sentido original seria de uma teoria-ferramenta ainda incompleta. Apesar dessa possível distorção, o que se tem observado, na realidade, é o limite explicativo

88 Apesar apresentação dos limites apontados, Araujo em seu artigo faz uma análise na positiva em relação a teoria interseccional.

89 ARAÚJO, 2017, p. 8.

90 ARAÚJO, 2017, p. 6.

que essa teoria encontra. As teorias dos sistemas duplos ou triplos encontram uma barreira no próprio entendimento das opressões como sistemas independentes, ainda que interdependentes.

A teoria do capitalismo indiferente, tendo Ellen Wood como principal nome, entende o patriarcado como um sistema remanescente de sociedades pré-capitalistas. Nessa linha, o patriarcado seria, no capitalismo, um sistema autônomo paralelo a ele. Um problema nessa teoria é a margem que aparece na resolução da opressão às mulheres. A partir dela, pode-se constatar, facilmente, que a luta contra o patriarcado pode ser travada separadamente da luta contra o capitalismo. Wood acerta ao entender o patriarcado como um elemento de continuidade de sociedades pré-capitalistas, mas erra ao pensá-lo como autônomo.

Temos, por fim, a teoria unitária, baseando-se na ideia de reprodução social como forma de análise das dinâmicas entre o modo de produção capitalista e as questões de gênero. Arruzza, em um artigo publicado recentemente no Brasil, sai em defesa da reprodução social como chave metodológica:

A noção de reprodução social, introduzida ao debate pelas feministas marxistas e socialistas há mais de três décadas, tinha a intenção de oferecer uma análise sofisticada e não-reducionista da relação entre opressão de gênero e capitalismo, sem cair no impasse de teorias dos sistemas duplos ou triplos. As feministas marxistas destacaram o fato de que um modo de produção e uma certa estrutura de relações de classe definem o quadro no interior do qual os processos de reprodução social, i. e., os processos de reprodução e manutenção da vida humana, ocorrem (FERGUSON,1999). Johanna Brenner e Barbara Laslett sugeriram uma distinção terminológica entre reprodução societal e reprodução social. [...]Na definição de Brenner e de Laslett, a reprodução societal inclui a reprodução social: isto significa que relações específicas de classe também definem o quadro dentro do qual a reprodução social ocorre. A noção de reprodução social, nessa perspectiva, tem o sentido de destacar a centralidade do trabalho de manutenção da vida e de reprodução da próxima geração como uma parte do trabalho necessário no interior de todo o processo de reprodução societal.⁹¹

91 ARRUIZZA, 2017, p. 1.

Dessa forma, a teoria unitária teria como objetivo compreender a reprodução social dentro do escopo da acumulação ampliada do capitalismo, abandonando visões que automatizam a reprodução do mesmo e entendendo que a “agência humana” e a “agência da classe” estão continuamente somando-se ao processo de reprodução total do capitalismo.

Do outro lado do espectro político, também podemos encontrar teorias feministas que se propõem a pensar sobre a igualdade entre os gêneros. O que, em certa medida, não contradiz os princípios de correntes como o liberalismo. Ainda que o feminismo, vinculado a essas correntes, acabe por apresentar algumas limitações no que diz respeito à sua capacidade de superação.

Uma das principais autoras do feminismo liberal é Martha Nussbaum, que defende a utilidade de princípios liberais para o desenvolvimento da luta feminista. A autora busca inspiração nas teorias kantianas para estabelecer a união entre o feminismo e o liberalismo. São dois os principais conceitos que Nussbaum utiliza para cumprir essa tarefa: a ideia de igual dignidade entre os homens e o poder de escolha moral do indivíduo.

Para a autora, essas ideias condensam um espírito indispensável para o feminismo, uma vez que, em sua interpretação, entende que a igual dignidade entre os homens pode ser traduzida em uma concepção de não discriminação das diferenças “moralmente irrelevantes”. Na prática, sua conclusão é de uma incompatibilidade da teoria liberal com as discriminações de gênero, raça, sistemas de castas etc.

Além disso, o liberalismo opor-se-ia também às formas de política cooperativas ou organicamente organizadas. A finalidade da política liberal seria o bem-comum, universal, sem privilegiar determinados grupos em detrimento de outros. Esse bem-comum, porém, jamais poderia perder de vista que o fim último da política é o bem-estar dos indivíduos.⁹²

92 CYFER, 2010, p. 140.

Em conclusão, a autora acredita, baseando-se nos princípios de Kant, que a política liberal seria incompatível com a intolerância. Assim, destaca, como chave do pensamento feminista liberal, a autonomia do indivíduo. Desta forma, entende-se o indivíduo como unidade básica do pensamento político, negando sua dissolução no corpo coletivo, seja a família, a comunidade política ou grupo social.

Partindo de Nussbaum, podemos pensar de que forma essa concepção de feminismo pode acarretar em problemas/limites para superação do patriarcado. Antes de mais nada, a ideia de autonomia do indivíduo é extremamente insuficiente, bastando refletir, rapidamente, sobre as condições reais e objetivas que diversas parcelas da população — mulheres em especial — têm sobre seu próprio destino. As pressões sociais, as condições de vida, a forma com que as próprias questões de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras, incidem no desenvolvimento do indivíduo, limitam sua autonomia. Ao entender essa autonomia do indivíduo como central, Nussbaum, desconsidera esses elementos que, em última instância, terminam por responsabilizar, individualmente, as pessoas pela sua própria condição de oprimidos.

Outro elemento desta concepção de feminismo ao qual cabe nossa atenção é a noção de universalidade. Para pensar de maneira universal, e, conseqüentemente, criar leis em base desse princípio, é preciso que se faça uma abstração dos elementos de particularidade. Desse modo, as diversidades tendem a ser desconsideradas. Uma ideia de lei universal precisa apoiar-se numa concepção de neutralidade e objetividade, exige-se, portanto, a imparcialidade para julgar a todos em bases comuns.

O grande problema a respeito dessa imparcialidade é que ela, inevitavelmente, partirá de algum parâmetro pré-estabelecido no qual se definirão pólos hierárquicos e opostos como, por exemplo: bom x mal; normal x desviante. Por conseguinte, é

natural que surja o elemento referencial e “os outros”. E, quando observamos historicamente à quem coube esse papel de referencial universalizante, portador da razão imparcial, encontramos o homem branco. Com isso, percebemos que a noção de universalidade liberal dificilmente será compatível com um feminismo que pretenda pensar em todas as mulheres.

Um outro grande debate presente no feminismo liberal é sobre a relação público x privado. Para compreendê-lo, é necessário entender, a princípio, como se realiza a relação entre estado e sociedade civis para os liberais. Há duas vertentes que representam bem esse debate. Primeiro, os fundamentos propostos por Locke, com a ideia de contrato social:

A sociedade representa o espaço da liberdade pessoal, a esfera em que os indivíduos experimentariam a “independência perfeita”, uma vez que ali estariam a salvo da coerção do Estado, restrita à esfera pública.⁹³

A segunda, proposta pelos românticos, teria surgido, inicialmente, como uma crítica à anterior, entendendo que a esfera do social não estaria livre do julgo coercitivo. Desta forma, substituiu-se sociedade civil x Estado por uma outra dupla de conceitos rivalizantes, social x pessoal; sendo o espaço do social infiltrado pela vigilância e pelo julgamento constante dos indivíduos e o espaço do pessoal reservado a ser o lugar de abandono dos papéis civis, onde estaria potregido da vigilância e julgamento do espaço social.

Mesmo servindo de base para teorias liberais e feministas por muitos anos, essas concepções apresentaram, para as mulheres, limites em suas ações, e foram criticadas até mesmo por feministas liberais. Na primeira concepção, é apresentado como caminho

93 CYFER, 2010, p. 137.

à solução da desigualdade de gênero, ações meramente formais, como direito ao voto, enquanto na segunda, o ambiente pessoal cumpriria um papel de isolar o espaço doméstico da ação do Estado. Contudo, é exatamente nessas relações privadas e íntimas que mais se germinam as discriminações de gênero.

Stuart Mill, ao desenvolver suas teorias, quis pensar a respeito da desigualdade entre homens e mulheres, e concluiu que reformas legais seriam o caminho para igualar maridos e esposas. Mesmo tendo avançado ao entender que a situação feminina era desigual no ambiente doméstico, o autor não vai além da divisão social deste trabalho. O que, no fim, mesmo que em termos legais, iguala os sexos, em termos objetivos, perpetua a condição da mulher de relegada ao espaço privado.

Em contraponto, podemos pensar na atuação dos socialistas a respeito desse tema. Ainda que, de alguma forma, estivessem presos à ideia de divisão dos trabalhos domésticos, os revolucionários de 1917 preocuparam-se em retirar o trabalho doméstico das quatro paredes e socializá-lo. Observamos, assim, a criação de infantários, para o cuidado das crianças, lavanderia e refeitórios. O objetivo que orienta essa prática é a ampliação da participação das mulheres nos espaços políticos, retirando-as do espaço privado e tornando-as agente participativas do espaço público.⁹⁴

Como vimos no capítulo anterior, o liberalismo se remodela ao longo do século XX. Em sua forma neoliberal, o debate sociedade civil x Estado continua sendo central, especialmente quando se trata de reformas e programas de ajuste, que visam a diminuição do tamanho do Estado. Nesses casos vemos surgir uma reorganização dos movimentos sociais. No tópico a seguir, veremos como, na prática, esse processo afetou o movimento feminista no Brasil.

3.3.1 Os Anos de 1990 e o Feminismo no Brasil

94 GOLDMAM, 2013.

O feminismo no Brasil, assim como em diversas partes do mundo, não é um movimento recente. A partir de movimentos pelo direito ao voto e ao divórcio até a luta pela igualdade salarial, contra a violência doméstica etc, é possível observar o movimento feminista brasileiro tomando corpo ao longo do século XX.

A resistência à ditadura empresarial militar, iniciada em 1964, inaugurou uma nova fase na forma de organização e luta dos movimentos sociais no país. As feministas não deixariam de ser influenciadas e formadas por esse processo. A participação feminina na luta armada (1960–1970) significou não só uma transgressão, ao combater o regime golpista de forma direta, mas também ressignificou o papel feminino na militância e na sociedade.

Ao reescreverem o roteiro das suas vidas deixando de fora as receitas preestabelecidas de mulher — mãe, dona do lar, pacífica e submissa — essas mulheres, mesmo que sem reivindicarem especificamente o feminismo, se transformaram numa ferramenta indispensável à luta feminina. Visto que, ainda que de forma retórica, homens e mulheres ascenderam a papéis de igualdade e, posteriormente a essa experiência, essas mulheres não se conformaram com lugares subalternizados.

Após a intensa repressão do governo sobre as guerrilhas, o movimento de mulheres ganha uma nova formulação a partir da década de 1970. Especialmente a partir de 1975, ano dedicado às mulheres pela ONU, o movimento de mulheres pôde assumir uma face pública, o que não significou o abandono total da clandestinidade. Movimentos como Brasil Mulher, Nós Mulheres e Movimento de Mulheres Pela Anistia são alguns desses exemplos.

Marcados pela própria peculiaridade política brasileira, e em especial pela que é gerada no período da ditadura empresarial militar, o movimento feminista teve como característica, nas décadas de 1970 e 1980, uma ação conjunta com setores da igreja

católica — teologia da libertação — e grupos de esquerda nas organizações femininas de bairro. Esse trabalho de base, realizado em conjunto com as pastorais, demandava um certo cuidado e equilíbrio entre as partes como, por exemplo, temas sabidamente polêmicos eram deixados de lado, visto que o objetivo em comum ainda era o de resistência ao regime autoritário.

Isso não significou um abandono de certas pautas importantes para o movimento feminista. Discussões sobre sexualidade, aborto, planejamento familiar, entre outros, eram desenvolvidos em ambientes privados, não sendo alçados ao espaço público. Coletivamente, o debate girava em torno de demandas sobre direitos básicos, como acesso à água, luz, esgoto, asfalto e bens de consumo coletivos, demonstrando, assim, que o movimento de mulheres ainda incidia sobre temas indispensáveis à reprodução do trabalho, marco a ser rompido por este movimento.

As mudanças que vemos ocorrer no cenário político da década de 1980 também geram impactos no movimento feminista. Com um trabalho de base bem fundamentado, vemos crescer, no interior dos partidos de todas as orientações, se voltarem mais atentamente para essa causa — guardando as devidas proporções em cada partido. Esse direcionamento dos partidos não foi, de forma alguma, ingênuo, pois as mulheres já representavam uma força eleitoral naquela época. E esse novo interesse fez com que entrasse, na ordem do dia para as feministas, uma nova frente de ação, institucionalizada, visando mudanças junto ao Estado.

Um dos exemplos dessa atuação organizada foi a Carta das Mulheres aos constituintes. Um documento organizado a partir de uma série de reuniões regionais por todo o país, que teve como objetivo apresentar uma sequência de demandas das mulheres, que versavam sobre as áreas da saúde, educação, segurança, família e tratados internacionais. A carta foi apresentada de maneira suprapartidária e sob a palavra de

ordem “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”. O “lobby do batom”, como ficou taxado pela imprensa, foi um dos mais atendidos pelo texto final da Constituição de 1988, tendo 80% de suas demandas aprovadas.

Conforme apontado anteriormente, o avanço do neoliberalismo sobre as políticas de Estado e comportamentais muda a forma como os movimentos sociais passaram a se organizar. E, no primeiro capítulo, vimos também que Ruy Braga, ao tratar do processo de ONGização da militância, chama-o de “modelo neoliberal da gestão social”⁹⁵. Para o movimento feminista, esse momento não foi diferente. Vê-se crescer, no período, uma série de organizações não governamentais voltadas para as questões femininas.

De modo geral, este caminho rumo à ONGização revela uma cadeia de questões que incidiram sobre os movimentos sociais. Manuella Donato, ao debater os limites do pensamento liberal para o feminismo, na América Latina, aponta a questão da reformulação da cidadania a partir do crescimento de ONGs voltadas ao assistencialismo na década de 1990:

É um momento em que se amplia significativamente a criação e atuação de organizações não-governamentais de caráter assistencial, que não têm como objetivo desempenhar um papel político no exercício da cidadania democrática. Fortalece-se, ao contrário, uma concepção de cidadania “cada vez mais equiparada à integração individual no mercado”(ALVAREZ et al., 2000, p.16), levada a cabo a partir de esforços particulares. O neoliberalismo é um concorrente poderoso e ubíquo na disputa contemporânea pelo significado de cidadania e pelo projeto de democracia. (...) novos discursos individualizadores e atomizadores tais como o do ‘desenvolvimento pessoal’, da ‘capacitação para o auto-desenvolvimento’, da ‘auto-ajuda’, da ‘cidadania ativa’ e similares (...) parecem introduzir novas formas de auto-subjetivação, formação de identidades e disciplina. Os participantes desses programas acabam se vendo nos termos individualizadores e economicistas do mercado(ALVAREZ et al, 2000, p.46-47)⁹⁶

Observamos, assim, que o aspecto do individualismo, que, em termos objetivos, é compatível com o que o feminismo liberal, de Nussbaum, define como autonomia

95 BRAGA, 2017.

96 DONATO, 2017, p. 7.

individual, age através dessa nova organização do movimento, em termos de redefinição subjetiva dos papéis cumpridos pela ação social. Ou seja, contribuem para a disciplinarização da população. Esse processo de disciplinarização⁹⁷ faz parte do processo de efetivação do capitalismo, nesse caso sob a orientação de políticas neoliberais. Por fim, essa atomização promovida nesse processo de onguização contribui para uma limitação da consciência da totalidade, que, em última instância, gera uma negação da luta de classes.

Em torno desse processo de reconfiguração dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, onde se reafirma uma cisão entre Estado e sociedade civil, traçando inclusive uma linha de oposição entre exatas partes⁹⁸, encontramos o movimento feminista. Em pesquisas feitas a partir de catálogos da Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), Fontes apresenta o seguinte resultado: das 248 ONGs, 25% eram voltadas para assuntos sobre relações de gênero e discriminação sexual, dados de 2002.

Esse deslocamento do movimento feminista para a institucionalização gera uma série de conflitos internos, especialmente com aquelas que ainda mantiveram-se organizadas de forma autônoma. Como já discutido anteriormente, essa tendência da militância à reformulação não foi um fenômeno do movimento feminista, mas uma reconfiguração mais ampliada, impulsionada pelo processo de neoliberalização da política.

O mais importante nessa discussão é perceber os impactos que reverberam no movimento feminista, nessa rearticulação dele, especialmente no que diz respeito às formas de ação. Ou seja, o movimento rumo a individualização/autonomia individual,

97 Abortado no primeiro capítulo.

98 FONTES, 2012.

que nada mais é que o afastamento da noção de coletividade. Contudo, esse processo esbarra no fazer-se da classe trabalhadora.

Como discutido no capítulo anterior, todo o período de avanço das políticas neoliberais contribuiu para uma desarticulação das lutas da classe trabalhadora. No entanto, vimos também que, mesmo sob um processo de individualização, a classe trabalhadora encontra formas de se organizar e agir enquanto coletividade, como, por exemplo, o caso das trabalhadoras de Call Center, analisado por Ruy Braga, no qual os laços de solidariedade partiram do reconhecimento da opressão comum.

A potência rebelde do movimento feminista, que desde sua origem tem mostrado uma face revolucionária, hoje, mais uma vez, está colocada em posição de destaque na luta de classes. O feminismo autônomo, que vem crescendo no Brasil desde 2013, já cumpriu, nesses últimos anos, o papel da vanguarda nas lutas da classe trabalhadora. Não a toa, vem sofrendo ataques de forças conservadoras da sociedade por um lado, e disputa de direção por um feminismo liberal de outro.

É sobre essa disputa pelo protagonismo/direção do movimento feminista que trataremos a seguir. Visto que, a Unilever, enquanto multinacional comprometida com o desenvolvimento da hegemonia do neoliberalismo, vem pautando o feminismo em sua forma liberal, tanto através do apoio à institucionalização, quanto na sua versão individualizadora.

4 O CASO UNILEVER

Iniciamos o primeiro capítulo do presente trabalho apresentando a Unilever, uma empresa multinacional anglo-holandesa. Vimos como a empresa se estrutura no mercado global, suas origens e transformações ao longo dos anos. Sua escolha, enquanto objeto, foi pensada exatamente pela multiplicidade de debates possíveis a seu respeito, mas especialmente pela dimensão aparentemente contraditória de suas escolhas a respeito do feminismo.

Em sua trajetória, a empresa construiu uma narrativa voltada para o público feminino, visto que esse é o seu nicho de mercado. Produzindo mercadorias no setor de higiene e limpeza, e alimentícios, historicamente, fez das mulheres seu público de interlocução. E usando de seus canais de difusão de marcas, a Unilever, no passado e hoje em dia, cumpre o papel de propagadora de referências de feminilidade.

O que buscamos, portanto, neste capítulo é, a partir de uma análise empírica das fontes, demonstrar de que forma essa multinacional vem interferindo sobre o público feminino e sobre pautas ligadas a uma corrente liberal do feminismo. E, dessa forma, vem contribuindo para a perpetuação de um sistema de produção específico, na medida em que auxilia na contenção de movimentos potencialmente contestatórios, normatizando práticas que reforçam a exploração de classe.

Para tanto, observaremos dois caminhos distintos a serem traçados pela empresa a partir de suas marcas. No primeiro, ela volta-se para a construção e difusão de práticas de trabalho desreguladas, que servem à cadeia de produção, no capital, ao mesmo tempo em que onera o mesmo a pagar por vinculação e direitos. Demonstrando, assim, a vinculação da empresa com a reprodução de um modo de gestão do capital, o

neoliberalismo. Nesse caso, trataremos da campanha “Ciclo Brilhante”, promovida a partir da marca de sabão em pó Brilhante.

E, para fecharmos nosso argumento, lançaremos mão de uma análise comparativa entre duas campanhas publicitárias, lançadas pela Unilever, das marcas Dove e Axe. Nesse ponto, recorreremos a confrontação do discurso contraditório, promovido pela empresa, a respeito do corpo feminino. Revelando, dessa forma, que o interesse da empresa pelas pautas de gênero são motivados, também, por uma busca de mercado. A fim de não antecipar conclusões, vejamos como a empresa se comporta frente ao debate de gênero.

Logo, inicialmente, podemos ver como a empresa se autoavalia como parceira das mulheres:

Era "para tornar a limpeza comum; diminuir o trabalho das mulheres; promover a saúde e contribuir para a atratividade pessoal, que a vida pode se tornar mais agradável e gratificante para as pessoas que usam nossos produtos".⁹⁹

E, nesse ponto, podemos observar a reafirmação de um papel feminino de dona de casa, cuidadora do lar e, por consequência, consumidora dos produtos oferecidos pela marca. Os “aliados”, que facilitam o trabalho doméstico da dona de casa, contribuem no processo da mística feminina estudado por Betty Friedan.

A empresa assume, desde o início dos anos 2000, uma linha de publicidade voltada para o que entendem como empoderamento feminino. O primeiro carro chefe dessa política é a “Campanha pela Real Beleza”, da marca Dove, onde há uma tentativa de questionar o padrão de beleza. Em 2014, a ONU lança a campanha “HeForShe” com o objetivo de incentivar a participação masculina no processo de construção de igualdade de gênero. A Unilever, através de seu presidente global Paul Polman, adere à

99 Unilever, 2016.

campanha. Em 2015, quando é lançada no Brasil, o presidente nacional da empresa, Eduardo Reis, também se compromete com a campanha. Alinhada com os sete princípios de empoderamento de mulheres da ONU, o “Mulher 360” é outra iniciativa entre empresas à qual a Unilever se soma.

Os sete princípios de empoderamento feminino são orientações, compiladas pela ONU Mulheres e o Pacto Global das Nações Unidas, para o meio empresarial. Dos sete princípios, o que mais nos interessa para este trabalho é o 5º: “Implementar o desenvolvimento empresarial e as práticas da cadeia de suprimentos e de marketing que empoderem as mulheres.”¹⁰⁰.

Ao se comprometer com essas campanhas, a Unilever sinaliza ao público sua intenção de se dedicar a promover a igualdade de gênero, o que, usando do seu próprio vocabulário, passa por um trabalho de empoderamento feminino. Essa prática segue, então, duas vias sobre as quais caberá a nossa análise — o empoderamento via autonomia financeira e via produção de autoestima. Partiremos do primeiro.

4.1 “CICLO BRILHANTE”

É a partir da marca Brilhante, de sabão e pó, que a Unilever promove seu projeto de empreendedorismo feminino. O discurso de construção da imagem e objetivo da empresa é permeado pela lógica do empreendedorismo, a qual já encontra no fundador da Lever Brothers, William Hesketh Lever, uma figura a ser representada pelo espírito empreendedor do homem que faz a si mesmo uma ideia e trabalho duro.

100 ONU MULHERES. *Princípios de Empoderamento das Mulheres*. Orientações compiladas pela ONU Mulheres Brasil e a Rede Brasileira de Pacto Global. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016>. Acesso em: 15/07/17

Pouco há para se falar da história desta marca. Presente no mercado brasileiro desde 1986, o sabão em pó Brilhante promete todas as maravilhas que um sabão em pó promete. Além do sabão em pó, a linha conta com alvejante e água sanitária.

No site da Unilever, podemos encontrar uma breve história sobre cada uma de suas marcas. No que diz respeito à Brilhante, o que nos chama a atenção é, mais uma vez, o discurso sobre a mulher. Em apenas quatro parágrafos a marca diz a que veio. Ao contrário do que a norma culta da língua nos ensina sobre as generalizações no masculino, a Brilhante assume, com todas as palavras, que quem a consome são as mulheres, mais especificamente, a “mulher moderna” pelo “braço direito das mulheres”.

Conforme observado no site da Unilever:

“Presente no mercado há mais de 10 anos, o detergente em pó Brilhante cumpriu o desafio de roupas brancas sem agressão aos tecidos e conquistou a confiança de *suas consumidoras* ao inovar constantemente para facilitar cada vez mais seu dia-a-dia.”¹⁰¹

O Programa Ciclo Brilhante é uma iniciativa que visa incentivar o empreendedorismo feminino. Para isso, assume parceria com outros dois projetos: Escola de Você, uma plataforma online que oferece cursos de empreendedorismo para mulheres; e Aliança Empreendedora, uma empresa de consultoria e desenvolvimento de projetos que atua na área de microempreendedorismo.

O método “Ciclo Brilhante”, para empoderar as mulheres, é dividido em três etapas. As duas primeiras consistem em aulas oferecidas, de forma gratuita, em plataformas online. A primeira, desenvolvida pela Escola de Você, tem por objetivo atingir a autoestima, com aulas sobre autoconfiança, relacionamentos, carreira, sucesso, comportamento e expressão pessoal. Na segunda etapa, chamada de Escola Brilhante, as

101 [UNILEVER. Brilhante: recupera o branco original das roupas e preserva as cores. Disponível em: < https://www.unilever.com.br/brands/our-brands/brilhante.html>.](https://www.unilever.com.br/brands/our-brands/brilhante.html) (grifos da autora)

aulas desenvolvidas pela Aliança Empreendedora e a Escola de Você focam seu conteúdo mais na questão do empreendedorismo.

A última etapa, contudo, é exclusiva para apenas 10 mulheres selecionadas por bom desempenho na segunda etapa. Essas mulheres têm que, como pré-requisito, possuir um negócio, o que reduz a probabilidade de falha do programa. As 10 selecionadas assistem um total de 10 aulas, sendo 8 online e 2 presenciais, realizadas na cidade de São Paulo.

O projeto da marca de sabão em pó divulga ter auxiliado, ou empoderado (para usar as palavras do site) mais de 50 mil mulheres. Contudo, o site é um tanto quanto falho na apresentação de dados mais concretos e recentes sobre o projeto.

O que nos interessa, ao olhar para essa campanha, são as seguintes questões: Qual o sentido do empoderamento feminino para o empresariado? De que forma a ideologia empreendedora dialoga com isso? Que tipo de figura feminina é vendida por essa empresa? E de que forma isso é abraçado pelo feminismo?

4.1.1 Empreendedorismo Feminino

Começaremos por um breve resgate histórico do empreendedorismo. A construção da memória empreendedora exalta a individualidade do empreendedor. Este, para a literatura empreendedora, representa o sujeito com capacidade criativa que se arrisca num processo de inovação. De acordo com um dos principais entusiastas do empreendedorismo no século XIX, Jean Baptiste Say¹⁰², o empreendedor é definido como aquele que “movimenta recursos de uma área de baixa produtividade para outra de maior produtividade e rendimento”. E, conforme J. Gregory Dees, pode-se concluir,

102 DEES, 2001.

da definição de Say, que os empreendedores criam valor.¹⁰³ Fica, então, o questionamento: Para quem esse valor é criado?

Outro nome associado ao conceito do empreendedorismo, Joseph Schumpeter¹⁰⁴, defendia a ideia do empreendedorismo como condutor dos processos de transformação — seja reformista ou revolucionária — do padrão de produção, ou seja, continham, em si, a capacidade criadora ou destruidora do capitalismo. Para esse teórico, o espírito empreendedor não se encerra necessariamente na criação de uma empresa ou negócio. É algo que vai além, quase como uma filosofia de comportamento perante o mundo.

As teorias atuais sobre o empreendedorismo pouco, ou quase nada, afastam-se dessa idealização. Peter Drucker, por exemplo, enfatiza o senso de oportunidade do empreendedor, enquanto Howard Stevenson, em sua desenvoltura, o de não se permitir limitar pela falta de recursos.

Entre as categorias de análise do empreendedorismo, duas nos serão caras para refletir o papel do empreendedorismo feminino: a ideia de empreendedorismo por oportunidade x empreendedorismo por necessidade. Seus significados são bem literais, pois, na primeira, o empreendedor escolhe empreender e, na segunda, a falta de outras opções mais viáveis de trabalho acabam empurrando o indivíduo para essa prática.

Em uma pesquisa apresentada pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM), em 2007, 38% dos homens empreendiam por necessidade e, no caso das mulheres, essa porcentagem quase dobrava — 68% delas empreendiam por esse motivo. As pesquisas da GEM demonstram também um crescimento no número de mulheres empreendedoras. De acordo com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em 14 anos houve um crescimento de 34% no número de mulheres empreendedoras¹⁰⁵.

103 DEES, *ibid.*

104 DEES, *ibid.*

105 GOVERNO DO BRASIL. *Empreendedorismo no Brasil cresce 34% em 14 anos*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/empreendedorismo-feminino-cresce-34-em-14-anos/mulher_.jpg/view>. Acesso em: 15/07/17

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou em 2008 o relatório *Tendências Mundiais de Emprego para Mulheres*, sobre o aumento do número de mulheres trabalhando por conta própria diz:

(..) las altas tasas de desempleo femenino y la cantidad de mujeres que tienen empleo vulnerable en servicios de baja productividad son indicadores de un futuro inestable para las mujeres. Cuando los empleos disponibles no son atractivos, las mujeres pueden desalentarse de su participación en los mercados laborales.¹⁰⁶

Dados sobre o perfil das empreendedoras também são importantes. De 2012 a 2015, há um crescimento na proporção de mulheres jovens empreendendo. As faixas de 18–34 anos representam, em 2012, 33,4%. Três anos depois, esse número passa para 47%. Somamos a esses dados a pesquisa realizada pela Rede Mulher Empreendedora, em 2016, a qual afirma que, entre as jovens empreendedoras, a maioria é oriunda da classe C. Parece que nos defrontamos com o que pode vir a ser — se já não é — uma tendência pós-crise de 2008 para o trabalho feminino.

A ideologia empreendedora não se sustenta apenas na falta de oportunidades para uma fatia cada vez maior de trabalhadores, tendo como pressuposto uma série de “filosofias” e comportamentos, os quais incentiva como perfil da empreendedora. Não à toa, a primeira etapa do Ciclo Brilhante, citado anteriormente, remete à práticas comportamentais e emocionais. Essas práticas que justificam todo tipo de hábitos, que reforçam a exploração do trabalhador pelo capital, também reafirmam certo tipo de comportamento e identidade feminina.

Em 1998, o primeiro seminário sobre mulheres empreendedoras, promovido pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), destaca três pontos para o incentivo do empreendedorismo feminino:

¹⁰⁶ Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2008.

a) econômico: gerando ocupações para elas e para outras pessoas; b) social: possibilitando o equilíbrio trabalho e família; c) político: aumentando a sua autonomia.¹⁰⁷

Citemos mais algumas afirmações sobre empreendedorismo feminino:

Como mencionado anteriormente, mulheres e homens possuem habilidades diferentes. As mulheres, de maneira geral, possuem como característica natural maior sensibilidade, maior empatia, comprometimento, vontade de ajudar. Essas são algumas das características que auxiliam uma mulher a se tornar uma empreendedora de sucesso na área de serviços por exemplo.¹⁰⁸

Conforme observado nas duas citações, são assumidos certos comportamentos, como predisposições inerentes à mulheres, e, assim, são apresentados como argumento reafirmador da ideologia empreendedora. Segue o papel de rainha do lar, onde os cuidados de higiene e limpeza, alimentação e abastecimento, zelo e organização acabam por assumir uma espécie de componente curricular. Ou seja, mais do que os homens, as mulheres estão aptas a realizar uma série de atividades simultaneamente. Para além disso, as empreendedoras que se jogam em seu negócio podem trabalhar cerca de 10 à 12 horas por dia, sem férias.

Nesse ponto, é preciso lembrar que, em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as mulheres dedicam cerca de 25h semanais a trabalhos domésticos, contra 10h dos homens. Assim, uma mulher empreendedora pode chegar a trabalhar cerca de 17 horas por dia.

Observamos, então, que a ideologia empreendedora, além de reforçar um estereótipo de gênero, que nem de longe emancipa as mulheres de sua opressão do patriarcado, ainda contribui para o acirramento de sua exploração. Aqui, podemos

107 MACHADO, ST-CYR E ALVES, 2003.

108 AMORIM E BATISTA, 2010, p. 5.

começar a enxergar as pontes que conectam o interesse empresarial no processo de incentivo ao empoderamento feminino via empreendedorismo.

A reestruturação produtiva do capital lança, à classe trabalhadora, desafios para sua reorganização enquanto classe. Logo, identificar as novas formas de precarização do trabalho através da flexibilização, não só do uso da força de trabalho, como também nos seus termos de contratação e terceirização de serviços, é imprescindível. O empreendedorismo, em especial o feminino, atende a essa demanda do mercado, barateando os custos da mão de obra e contribuindo para fragmentação. Conforme Alves e Tavares:

Esse trabalho propõe-se a tornar evidente que, na era da acumulação flexível, o controle do capital sobre o trabalho prescinde da figura física do patrão. A vontade do capitalismo se expressa no conteúdo do trabalho, nas relações do trabalhador com as pessoas e com as coisas no processo de trabalho e no mercado de trabalho.¹⁰⁹

O imaginário do empoderamento e da emancipação, a possibilidade de transformar-se em seu próprio patrão, torna-se uma ferramenta que, objetivamente, funciona para ampliar a exploração. Além disso, reduz uma série de custos que antes eram assumidos numa relação de trabalho assalariado formal. Na prestação de serviços, essa responsabilidade recai sobre o prestador.

Sendo assim, é imprescindível às pequenas empresas subordinarem-se à cadeia de exploração de outras maiores. Dessa forma, apoiar e incentivar uma política de empreendedorismo no seio de uma categoria imensamente explorada e oprimida, vendendo uma ideia de empoderamento, serve efetivamente para suprir as necessidades da valorização do capital. O trabalho continua subsumido ao capital. Assim sendo:

109 ALVES E TAVARES, 2007, p. 436.

Conclui-se que a conjunção dialética entre reordenamento do capital, inovações tecnológicas, fragmentação da produção, redivisão do trabalho e processos de terceirização, aliada ao poder ideológico do discurso burguês, fomentam o crescimento da informalização do trabalho e estão voltados para o aumento da produtividade e da competitividade. Esses fatores operam, sobretudo na supressão da resistência dos trabalhadores e de suas organizações, no sentido de enfraquecê-los, fragilizando, assim, a luta de classes. [...] O que se quer, além da redução dos custos da produção, é negar a centralidade da contradição capital-trabalho. Tentativa que não resiste à análise dos processos reais, pois, quando se interrogam os fenômenos pelos quais os conflitos de classe estariam sendo eliminados, suas correlações e mediações com a totalidade denunciam relações contraditórias, que preservam e intensificam a subordinação.¹¹⁰

4.2 DOVE X AXE

A análise das campanhas publicitárias levou à necessidade de aprofundamento a respeito de dois campos, a indústria cultural e o estudo de imagens. Desta forma, será feita uma breve apresentação sobre esses assuntos antes de avançarmos objetivamente sobre as peças publicitárias.

4.2.1 O Poder da Indústria Cultural

Na sociedade contemporânea, vivemos cercados por estímulos sensoriais produzidos para o consumo. Seja nos *outdoors*, revistas, pontos de ônibus, celulares, internet etc — a lista poderia tomar todo o espaço deste trabalho. Consequentemente, consumimos um volume de informação superior a qualquer outro momento histórico. Porém, ao contrário do que muitas vezes pode parecer, todo esse conteúdo cumpre uma função muito específica: moldar nossas vontades e expectativas a respeito do mundo que nos cerca. Isto é, o mundo a nossa volta nos influencia constantemente nas nossas escolhas; muitas vezes, mais que conseguimos nos dar conta. Um elemento essencial para formação desses indivíduos coletivos, que somos nós, é a indústria cultural.

110 ALVES E TAVARES, 2007, p. 444.

A Escola de Frankfurt foi a pioneira nos estudos e críticas sobre a cultura de massa, cunhando o conceito de indústria cultural. A ideia do conceito é de identificar o processo de reprodutividade fabril da cultura de massas. Esse processo tem como objetivo corroborar com a ideologia dominante. Nesse sentido, é de necessidade imperiosa, também, a indústria cultural absorver e integrar o que há de resistência. Adorno, um dos representantes dessa Escola afirma:

[...] aquele que resiste só pode sobreviver integrando-se. A revolta que rende homenagem à realidade se torna marca de fábrica de quem tem uma nova ideia para levar à indústria¹¹¹

Não podemos, contudo, ingressar numa espiral pessimista adorniana e enxergar a massa como um elemento passivo. A massa não é passiva, e os meios técnicos de reprodutibilidade podem, e devem, ser subvertidos a favor da luta contra-hegemônica.¹¹² Por essas razões, estudos sobre cultura apresentam-se como uma necessidade para entender a sociedade que nos cerca e criar a possibilidade de transformá-la.

Os estudos culturais britânicos [Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies] situam a cultura no âmbito de uma teoria da reprodução social, especificando os modos como as formas culturais serviam para aumentar a dominação social ou para possibilitar a resistência e a luta contra a dominação. A sociedade é concebida como um conjunto hierárquico e antagonista de relações sociais caracterizadas pela opressão das classes, sexos, raças, etnias e estados nacionais subalternos. Baseando-se no modelo gramsciano de hegemonia e contra-hegemonia, os estudos culturais analisam as formas sociais e culturais “hegemônicas” de dominação, e procura forças “contra-hegemônicas” de resistência e luta.¹¹³

Tendo realizado tais considerações sobre a indústria cultural, sigamos pensando uma de suas manifestações, a publicidade. A publicidade talvez seja o maior símbolo da sociedade de consumo. É nela que as marcas apresentam seus produtos e geram valores

111 ADORNO, 2009, p. 14.

112 BENJAMIN, 1987, p. 180.

113 KELLNER, 2001, p. 48.

de uso “indispensáveis” para os indivíduos. Todavia, assim como o capitalismo adapta-se para continuar a existir, a publicidade, de tempos em tempos, também passa por processos de adequação.

O cenário de capitalismo globalizado, o declínio dos estados de bem-estar social, a expansão dos mercados e a reestruturação do trabalho inaugurado pelo avanço de políticas neoliberais, a partir da década de 1980, rendem novas oportunidades à publicidade. Como explicitado por François Chesnais:

É na difusão mundial de seus produtos (Coca Cola, Nike, McDonald’s...) que repousa a dominação econômica e política do capitalismo no aspecto tão decisivo do “imaginário” deste “capital simbólico” cuja vitória permite dominações de outro modo constrangedoras. Isso é acrescido pela amplitude dos recursos da publicidade que é exigida pela estreiteza relativa do mercado, mesmo “mundial”, e a rivalidade entre eles quase sempre feroz.¹¹⁴

A globalização da produção e o desenvolvimento técnico traz, como efeito, uma gama de produtos que são pouco, ou quase nada, diferentes entre si, diferenciando-se muitas vezes apenas em termos de marca. Desta forma, o apelo à aspectos qualitativos dos produtos deixam de ser elemento suficiente como forma de venda. Mas ainda que esse pareça um fenômeno recente, a instauração da marca, como elemento diferenciador, já não é algo novo. Contudo, sua potência se amplia com a expansão dos mercados.

Se, no neoliberalismo, a mão invisível do mercado é quem dá o tom da concorrência e dos destinos, cabe a publicidade, munida de todos os seus sentidos, fazer o papel do braço, dando alguma direção. Claro, orientada por estímulos de uma cabeça muito lúcida. Ironias à parte, queremos dizer com isso que a publicidade, na sociedade atual, vende muito mais que apenas a mercadoria — vende estilo de vida, padrões de

114 CHESNAIS, 2015, p. 20.

beleza, crenças e até ativismo social — o “capital simbólico”, já anunciado por Chesnais.

Nesse sentido, não é difícil encontrar uma propaganda de batom que venda também um modo de existir no mundo, que vai desde a produção sem testes em animais até a incorporação de grupos oprimidos como garotos propaganda. Logo, a posse do batom agrega-se à uma série de elementos ideológicos aos quais o consumidor quer associar-se.

4.2.2 O Papel da Imagem

O fascínio pela imagem talvez seja algo tão antigo quanto a própria história. Elemento comum a todas as sociedades, a imagem é uma forma de comunicação que antecipa a escrita. A pulsão de comunicar o mundo a nossa volta fez da imagem discurso. Mesmo com todo desenvolvimento tecnológico e sensorial, a imagem ainda não foi superada como ferramenta de excelência de reprodução do mundo.

Contudo, a imagem também foi aprimorada e desenvolvida, ganhou novos contornos e diversidades. Hoje, uma imagem pode ser desenhada, pintada, fotografada, filmada, esculpida, talhada, impressa etc. Com a fotografia, a imagem ganha reprodutibilidade e alcance de massa, o qual só cresce na era moderna. Como fonte, permite ao pesquisador o acesso a uma série de signos e significados de seu contexto de produção, época e intencionalidade.

A imagem considerada como fruto de trabalho humano pauta-se em códigos convencionalizados socialmente, possuindo, sem dúvida, um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual estão inseridas as imagens como mensagens. Entretanto, tal relação não é automática, pois, entre o sujeito que olha e a imagem que elabora, “existe muito mais do que os olhos podem ver”.¹¹⁵

115 CARDOSO E MAUAD, 1997, p. 574.

Investido dessa carga de discurso e considerando que o controle do poder, ou seja, a conformação da hegemonia, passa pelo controle da imagem, à esta foi relegado o papel de convencimento e pacificação social, assim como o de subversão e contestação da ordem. Portanto, a análise do discurso contido nos filmes publicitários selecionados são também uma análise da dinâmica social:

A análise leva à produção de textos que são socialmente distribuídos e consumidos como outros textos, e o discurso da análise é, como qualquer outro discurso, um modo de prática social: ele está dialeticamente relacionado com estruturas sociais, posicionamento em relação a lutas hegemônicas e aberto para ser investido ideológica e politicamente.¹¹⁶

Em 2013, através de suas duas marcas Axe e Dove, a Unilever lança dois modelos muito distintos de propaganda para internet. Nos depararemos, então, com duas campanhas publicitárias produzidas para marcas da multinacional Unilever: “Duas gostosas e um sortudo”, produzida para a Axe, e “Retratos da real beleza/ Você é mais bonita do que pensa” produzidas para a Dove. Segue abaixo a descrição dos vídeos:

4.2.3 A Mulher na Publicidade Unilever

1. Axe: Duas gostosas e um sortudo¹¹⁷:

O vídeo tem duração de um minuto e onze segundos. A ambientação é simples, apenas um fundo branco. As atrizes estão vestidas de biquínis. O comercial começa com o foco no rosto da mulher 1, especificamente sua boca, depois coxas e seios de onde a câmera se move de volta ao rosto onde apresenta-se a mulher 2 massageando a região da nuca na mulher 1. Toda essa sequência acontece ao som de gemidos eróticos da mulher 1. A primeira fala do comercial acontece aos 00:10 segundos, proferida pela mulher 2: “— Eu duvido você assistir esse vídeo até o final”; em seguida respondida

¹¹⁶ FAIRCLOUGH, 2001, p. 246.

¹¹⁷ AXE: Duas gostosas e um sortudo. **Youtube**. 4 set. 2012. 1min11s. Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=b7HUkg3sVZI> > Acesso em: 02/2019

pela mulher 1: “— Eu também duvido!”. Na sequência, a mulher 2 desliza as mão pelo corpo da mulher 1, o movimento é acompanhado pela câmera dando a entender que o ponto de chegada é a virilha da mulher 1. O que a mulher 2 alcança ao final de seu movimento é o cilindro de desodorante Axe. A próxima fala é da mulher 1: “— Vamos ao que interessa”, apontando para um rapaz para o qual elas caminham em direção. Elas alcançam o rapaz, vendam-no e tiram-lhe a blusa. Toda essa sequência é marcada por *closes* em olhares sedutores das mulheres e partes dos seus corpos. A partir desse momento elas começam a falar efetivamente dos produtos, Axe desodorante e Axe perfume para o corpo. As frases mais importantes dessa descrição do produto são uma sequência de uma frases ditas de forma intercalada pelas duas mulheres: “— E quando você usa os dois juntos começa a acumular mulheres”, “e arrumar problemas”, “dar conta de duas, por exemplo”. Ao final dessas colocações, ambas avançam para cima do rapaz, a câmera se afasta e embaça.

Fotografia 1 - Comercial Axe



Fotografia 2 - Comercial Axe

www.ComerciaisDeTV.com.br



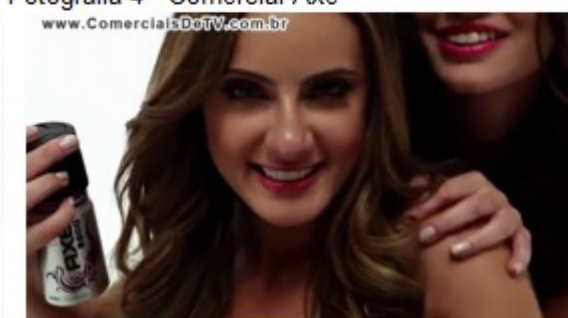
Fotografia 3 - Comercial Axe

www.ComerciaisDeTV.com.br



Fotografia 4 - Comercial Axe

www.ComerciaisDeTV.com.br



(Imagens retiradas do vídeo¹¹⁸)

2. Dove: Retratos da Real Beleza / Você é mais bonita do que pensa¹¹⁹:

Ao contrário do outro vídeo publicitário de Axe, a campanha da Dove apresenta uma riqueza (a palavra riqueza aqui esta sendo usada no sentido quantitativo) de conteúdo que vai do texto ao cenário. Com três minutos de duração, o vídeo propõe uma reflexão sobre os padrões de beleza e como isso molda a autoimagem que as mulheres fazem de si mesmas. Mostra, assim, uma experiência social: de um lado, temos um grupo de mulheres que se voluntariaram e do outro um perito em retratos falados. As

118 Link para o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=b7HUKg3sVZI> (02/2019)

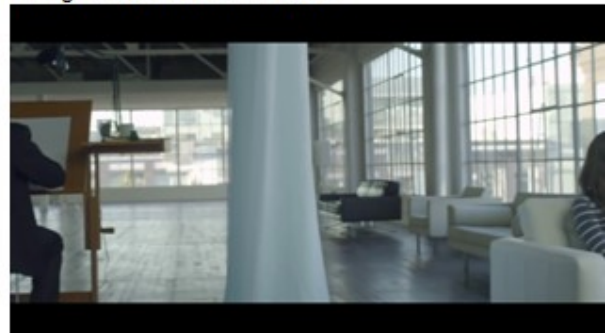
119 Dove: Retratos da Real Beleza/Você é mais bonita do que você pensa. Dove Brasil. Youtube 15 abr. 2013. 3min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ABups4euCW4>> Acesso em: 02/2019

voluntárias participam de duas formas: descrevendo a si mesmas para o perito, que não as vê e, num segundo momento, descrevendo alguma outra mulher que conheceram durante a experiência. O objetivo final é a comparação entre os retratos sob a perspectiva da pessoa retratada e como ela é de fato vista pelo outro. A conclusão final é um alerta a disparidade entre essas duas imagens. Se, por um lado, a auto-descrição enfatizava aspectos negativos, por outro, a descrição vinda de um terceiro ressaltava os positivos. O único momento em que vemos o nome da marca é no final do vídeo, logo após a frase “Você é mais bonita do que pensa”. Toda a estética do vídeo é sóbria; o ambiente é acinzentado, mas com uma luz natural, que vem de fora do prédio; algumas tomadas valorizam essa dualidade luz e sombra, e a música instrumental é leve, criando uma esfera de sensibilidade.

Fotografia 5 - Comercial Dove



Fotografia 6 - Comercial Dove



Fotografia 7 - Comercial Dove (auto-descrição)



Fotografia 8 - Comercial Dove (auto-descrição)



Fotografia 9 - Comercial Dove (descrição externa)



(Imagens retiradas do vídeo¹²²)

Como podemos ver, os vídeos seguem caminhos diametralmente opostos quando se trata da representação feminina. No primeiro, a sexualização e objetificação feminina dão a tônica. Ainda que sejam seres falantes, as mulheres do comercial Axe são colocadas no papel de subserviência, onde se tornam “acumuláveis” para os homens. Toda estética do comercial é construída para se assemelhar com vídeos pornô, como a música, ambientação e até um amadorismo forjado.

A sexualização do vídeo é tão explícita que o mesmo foi suspenso pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) no dia 26/03/2013¹²⁰. A defesa da marca girou em torno de que a sexualização faz parte das características de publicidade adotadas por eles. A Axe não mentiu, como podemos ver pelos slogans de outras campanhas, “Libere sua loucura” (2000 – AXE MANIAC); “Suor de homens só atrai mais homens. É isso que você quer?” (2003 – AXE SECO); “Sem limites para a conquista.” (2005 – AXE UNLIMITED); “Deixa ousada até a mais santinha” (2008 – AXE VICE); “O novo Efeito Axe. Muito mais esperando por você” (2008 – AXE CLICK); “Mulheres se entediam facilmente. Novo Axe Twist. A fragrância que muda durante o dia para mantê-las interessadas” (2010 – AXE TWIST); “Você mal parou de pensar em futebol e já está pensando em mulheres” (2010 – AXE PLAY); “Nem os anjos resistem” (2011 – AXE EXCITE); “Faça amor. Não faça Guerra” (2014 - AXE PEACE)¹²¹.

A constante objetificação da mulher faz parte do modelo de vendas dos produtos Axe. Esse papel de objeto sexual, apresentado pela propaganda da Axe, não só é

120 G1. *Vídeo da Axe pe punido pelo Conar po apelo excessivo à sensualidade*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2013/03/video-da-axe-e-punido-pelo-conar-por-apelo-excessivo-sensualidade.html>>

121 BLOG MUNDO DAS MARCAS. AXE. Disponível em: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/05/axe-effect.html>>

problemático por categorizar a mulher como subalterna aos desejos masculinos, mas também por reafirmar um padrão de beleza feminino. É exatamente nesse ponto que chegaremos ao segundo vídeo.

A campanha “Retratos da real beleza/ Você é mais bonita do que pensa” é fruto de um investimento da Unilever em criar uma imagem global para a marca Dove. Baseando-se numa pesquisa realizada com mulheres de diversas localidades do globo, em 2011, o vídeo promocional toca pela suavidade. A “Campanha pela Real Beleza” é um projeto de longa data e seu objetivo é dizer às mulheres que elas não precisam seguir os padrões de beleza, que elas se cobram muito e já são bonitas como são!

Para tanto, a multinacional não poupou gastos, o vídeo é tão tocante e bem produzido que não é surpreendente que tenha ganhado o prêmio principal do Festival de Cannes 2013, o Grand Prix¹²². O exemplo da propaganda Dove é perfeito para pensarmos a marca como conceito. Em momento algum, durante o vídeo, vemos algum benefício dos produtos Dove — nada de *shampoo*, sabonete, condicionador ou hidratante. O que está sendo vendido é algo mais subjetivo. Trata-se do desejo de autoestima, de mostrar ao mundo como se está satisfeito consigo mesma. Logo, vende-se a ideia de que ao se consumir Dove, é isso que está se comprando.

A fim de mergulhar mais a fundo na análise comparativa entre as duas marcas, selecionamos outras oito campanhas — quatro de cada marca — lançadas entre 2002 e 2016. Traçando, assim, um paralelo a respeito da representação da mulher através dessas imagens. É importante que estejamos atento a qual público cada marca se dirige, contudo, isso não retira da empresa a responsabilidade pelo impacto coletivo de seu conteúdo. Caminhemos, então, por esta linha do tempo.

122 EXAME. *Como nasceu o viral Dove Real Beleza, feito por brasileiros*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/marketing/como-nasceu-o-viral-dove-real-beleza-feito-por-brasileiros>>

Selecionamos as seguintes campanhas publicitárias das marcas Dove e Axe. Axe Metamorfosis (2002)¹²³; Dove Real Beauty (2004)¹²⁴; Axe Chocolate Man (2008)¹²⁵; Dove Evolution (2007)¹²⁶; Axe 2012 (2011)¹²⁷; Dove Pro Age (2008)¹²⁸; Axe Encontre sua magia (2016)¹²⁹; Dove Real Beauty Beats (2016)¹³⁰.¹³¹ A escolha das campanhas leva em consideração a proximidade temporal entre as peças de cada empresa. Além disso, partimos do início dos anos 2000, momento em que a Unilever inicia a campanha da Real Beleza da Dove, que tem como principal objetivo o público fazer com que as mulheres se sintam confortáveis com seus corpos.

De imediato, o trabalho de análise baseou-se na observação da representação feminina em cada peça publicitária. Constatou-se que, de modo geral, as campanhas Dove zelam pela diversidade — idade, raça, peso etc — que conformam o ser mulher, combatendo, assim, uma ideia de ideal feminino estereotipado — branca, jovem e magra. Cumprindo o papel que a narrativa da Unilever tem a respeito do empoderamento feminino.

Contudo, quando voltamos o olhar para as campanhas Axe percebemos que é exatamente esse estereótipo feminino que a marca faz questão de usar nas suas propagandas. Curiosamente, quando se trata de modelos masculinos, suas campanhas tendem a apresentar tipos razoavelmente comuns, homens não exatamente atraentes ou musculosos. Em algumas, como a campanha “Encontre sua magia” (2016), esse é exatamente o mote, os homens não precisam ser fortes e atraentes. O que temos nesta

123 Axe Metamorfosis (2002) - <https://www.youtube.com/watch?v=S0Ez76Z50-c>

124 Real Beauty (2004) - <https://www.youtube.com/watch?v=Zkz5wKHNdQA>

125 Chocolate Man (2008) - <https://www.youtube.com/watch?v=4ZK7HS9J46Y>

126 Dove Evolution (2007) - <https://www.youtube.com/watch?v=iYhCn0jf46U>

127 Axe 2012 (2011) - <https://www.youtube.com/watch?v=THOWuOXA-EM>

128 Pro age (2008) - <https://www.youtube.com/watch?v=8-Nj4F5kikI>

129 Encontre sua Magia (2016) - https://www.youtube.com/watch?v=0WE6WYx_NIY

130 Real Beauty Beats (2016) - <https://www.youtube.com/watch?v=p2cWdbQmksc>

131 Imagens em anexo.

campanha, pode-se dizer, é basicamente uma versão opostamente equivalente da campanha “Real Beleza”.

Afora as representações imagéticas das mulheres, temos de analisar o roteiro de algumas dessas campanhas. Na campanha Dove Evolution (2007), temos um vídeo crítico no qual é apresentada uma mulher “comum” que, a partir de procedimentos de maquiagem e photoshop, é transformada numa modelo. Com isso, a marca denuncia a irrerealidade dos corpos que são vinculados na publicidade. Alguns anos depois, através da marca Axe, a Unilever lança a campanha Axe 2012 (2011), onde mulheres estereotipadas — corpo de modelo — são, literalmente, comparadas aos animais da arca de Noé.

Sobre o conjunto de imagens retiradas dos vídeos publicitários da Unilever, podemos chegar a algumas afirmações. Numa primeira impressão fica claro uma disparidade entre as diretrizes publicitária de cada marca. Se, nas campanhas Dove, percebemos mais diversidade de corpos femininos, sensibilidade e denuncia de estereótipos; nas campanhas Axe, contatamos com o verdadeiro oposto. Reina a objetificação e perpetuação de padrões estéticos para as mulheres.

Comparando os vídeos, percebemos que há algo que não está inteiramente coerente no caso Unilever. O seu compromisso com o empoderamento feminino parece estar restrito às marcas que têm o público consumidor formado majoritariamente por mulheres. A empresa que gastou R\$ 4,58 bilhões, em 2013, com investimentos em mídia¹³², tornando-se a maior anunciante do país nesse mesmo ano, tem uma orientação muito clara em seus objetivos. A contradição entre as linhas publicitárias de suas duas marcas são objetivamente desenvolvidas para atingir um mercado de consumidores

132 VALOR. *Unilever é a maior anunciante do país pelo segundo ano consecutivo*. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3420674/unilever-e-maior-anunciante-do-pais-pelo-segundo-ano-consecutivo>

específicos. A falta de coerência entre os discursos está em pleno acordo com a estratégia de mercado.

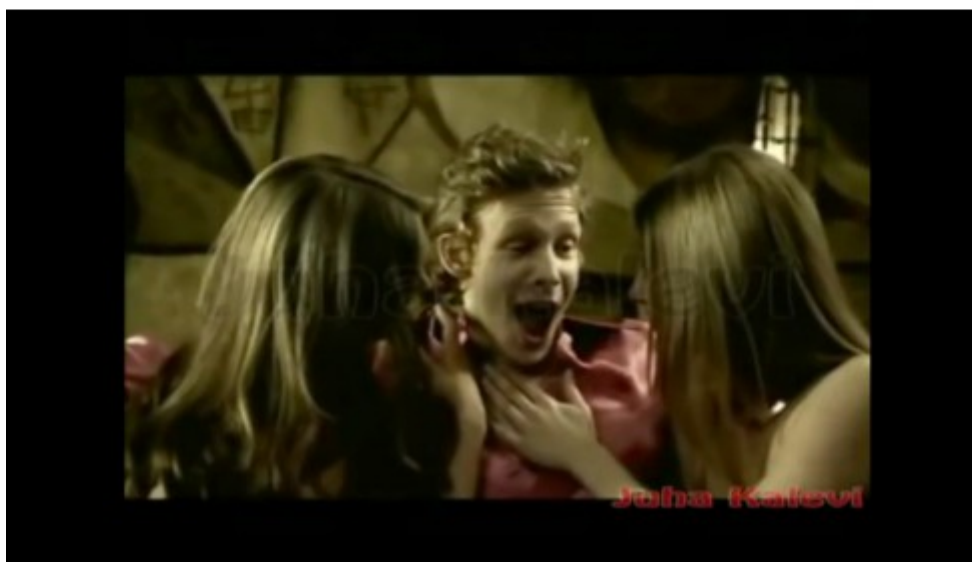
Através da análise do discurso dos vídeos da Unilever, podemos confirmar o feminismo de ocasião da empresa, que se apropria do debate para, com isso, apresentar-se como portadora de alguma responsabilidade social. Com efeito, a lição que tiramos dos vídeos da Dove é que a publicidade está na disputa pela consciência do movimento feminista.

Apoiamo-nos nos resultados alcançados no primeiro vídeo (2013) para fazer tal afirmação. Ainda que seja uma obra publicitária, o vídeo ganhou uma larga divulgação espontânea do público. Compartilhado como um objeto de empoderamento feminino, a propaganda ganhou as redes sociais, viralizou, tornou-se parte do debate público, pautando o bom feminismo. Isso porque, a nível das subjetividades, consumir a marca e compartilhar o conteúdo da campanha substituiu, a nível concreto, uma disputa cotidiana.

Isso acontece em conformidade com o avanço da cultura do ativismo individual. Do “seja você mesmo a mudança que quer para o mundo”, que isola os indivíduos em detrimento da solidariedade coletiva e ativismo conjunto. O movimento feminista vem ganhando cada vez mais espaço e mobilizando mais mulheres, com demandas de interesse comum, em espaços coletivos. Por consequência, a contra-ofensiva ao movimento cresce na mesma proporção. O caso de empresas, tal qual o da Unilever, é só um deles.

ANEXOS

- Axe Metamorfosis (2002)¹³³



133 Imagens retiradas do vídeo: Axe Metamorfosis (2002) - <https://www.youtube.com/watch?v=S0Ez76Z50-c>



- Dove Real Beuty (2004)¹³⁴



¹³⁴ Imagem retirada do vídeo: Real Beauty (2004) – <http://www.youtube.com/watch?v=Zkz5wKHNdQA>

- Axe Chocolate Man (2008)¹³⁵



135 Imagens retiradas do video: Chocolate Man (2008) –<http://www.youtube.com/watch?v=4ZK7HS9J46Y>



- Dove Evolution (2007)¹³⁶



136 Imagens retiradas do vídeo: Dove Evolution (2007) -<https://www.youtube.com/watch?v=iYhCn0jf46U>





- Axe 2012 (2011)¹³⁷



¹³⁷ Imagens retiradas do vídeo: Axe 2012 (2011) - <https://www.youtube.com/watch?v=THOWuOXA-EM>



- Dove Pro Age (2008)¹³⁸



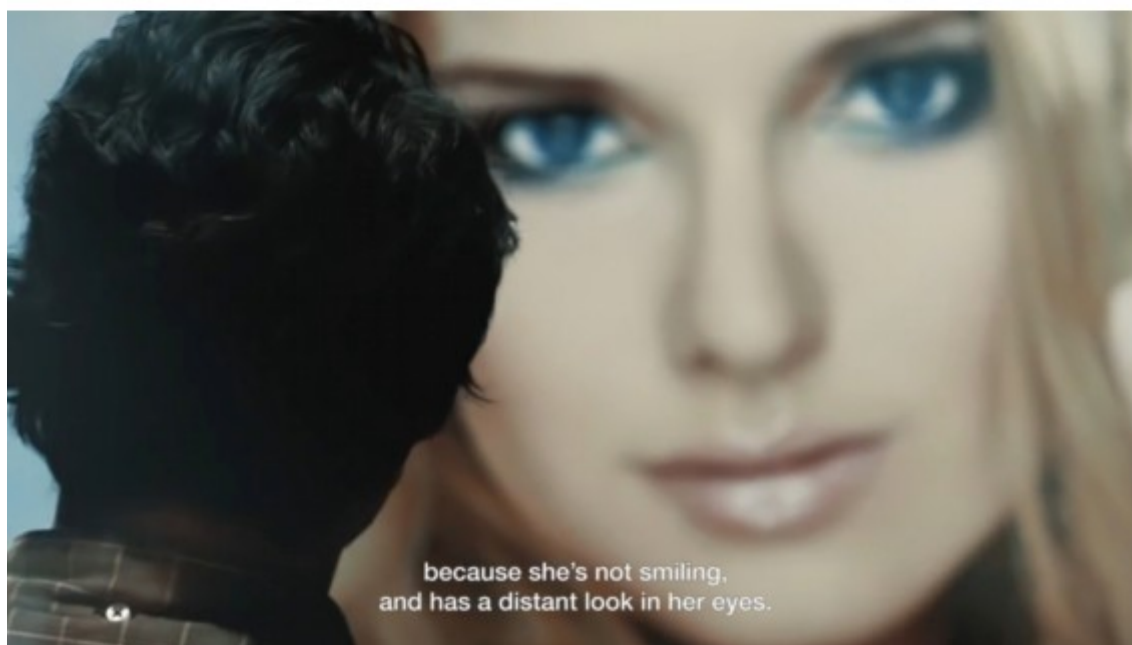
138 Imagens retiradas do vídeo: Pro age (2008) - <https://www.youtube.com/watch?v=8-Nj4F5kik>

- Axe Encontre sua magia (2016)¹³⁹

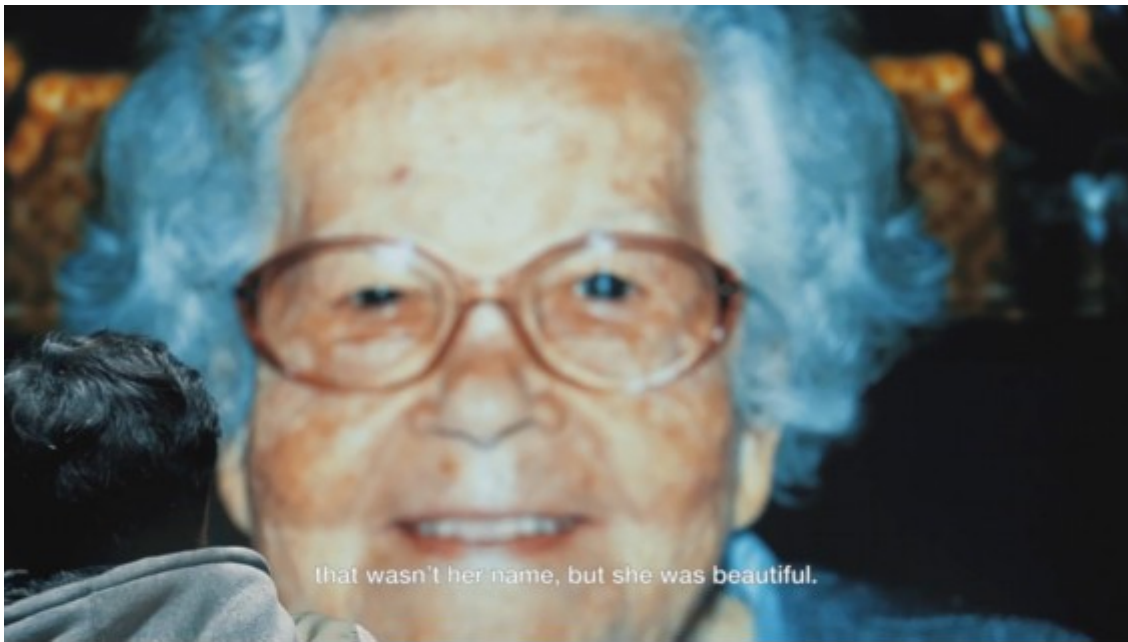


¹³⁹ Imagens retiradas do vídeo: Encontre sua Magia (2016) - https://www.youtube.com/watch?v=0WE6WYx_NIY

- Dove Real Beauty Beats (2016)¹⁴⁰



140 Imagens retiradas do vídeo: Real Beauty Beats (2016) – <http://www.youtube.com/watch?v=p2cWdbQmksc>





A beleza real toca o coração.

6 CONCLUSÃO

Trilhamos, até aqui, um percurso que pode ter parecido longo, contudo é apenas uma parte de todo o esforço necessário para entendermos de que forma o capitalismo avança sobre os movimentos sociais, a fim de retardá-los no salto mortal para consciência de classe revolucionária. Pois como vimos, tanto no capítulo 1 quanto no 2, o movimento feminista tem em sua história e práticas, hoje, o devir contestatório da ordem.

Ao relembrarmos do caso das atendentes de telemarketing, estudados por Ruy Braga, percebemos um efetivo potencial de reorganização da classe, partindo do reconhecimento da opressão de gênero. A greve internacional de mulheres — citada na Introdução — é um outro exemplo. O reconhecimento das duplas, ou triplas, jornadas de trabalho efetivadas pelas mulheres e a capacidade de articulação internacional para organizar esse movimento, reacendem a chama da solidariedade de classe que não reconhece fronteiras.

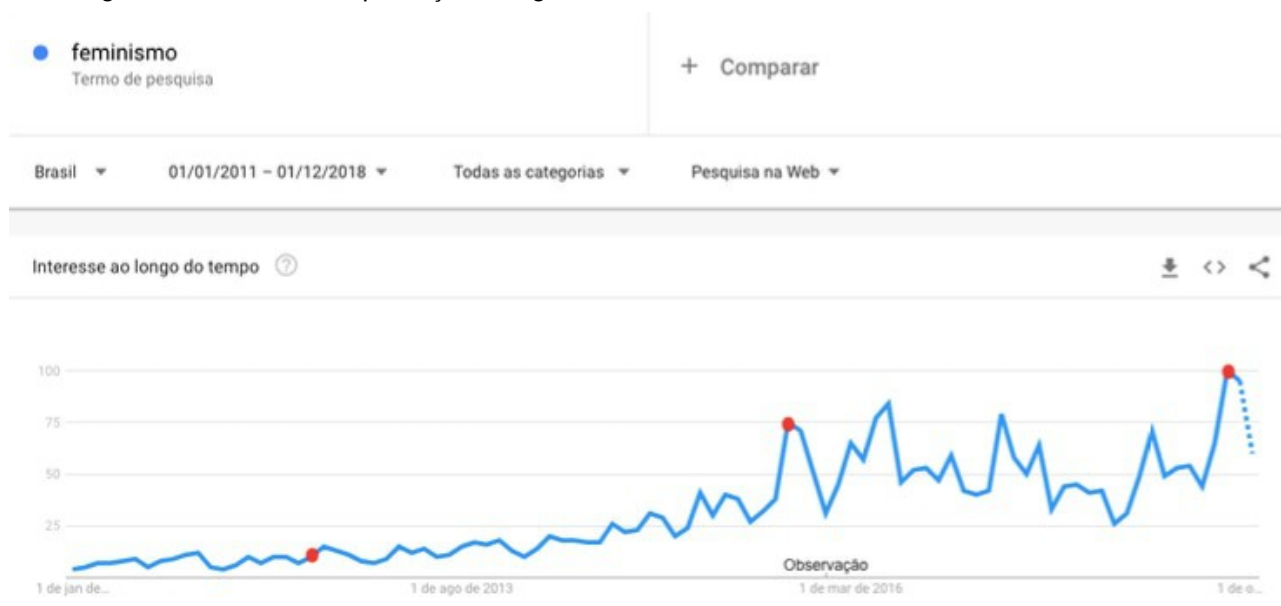
No Brasil, nos últimos 5 anos, vimos esse mesmo movimento de mulheres assumir um espaço importante como vanguarda dos movimentos sociais. Constantemente organizado, o movimento autônomo feminista, enquanto mulheres e trabalhadoras, tem sido o primeiro a dar respostas cada vez que seus direitos são atacados um a um.

Esse crescimento do movimento feminista parece uma tendência global, pois vemos surgir organizações com o mesmo perfil em diversos países. Não à toa, no final de 2017, a palavra feminismo foi eleita a palavra do ano¹⁴¹. Como podemos observar na

141 <https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-palavra-do-ano-dicionario/>

imagem abaixo, a pesquisa da palavra feminismo vem sendo, no decorer da segunda

Fotografia 10 - Gráfico: Reprodução/Google Trends



década dos anos 2000, cada vez mais frequente no Brasil.¹⁴²

Ao analisar o gráfico, percebemos um pico de buscas em outubro de 2015 e setembro de 2018, momentos em que o movimento feminista passava por uma grande efervescência de lutas nas ruas, respectivamente, contra políticos tradicionalmente conservadores, “Fora Cunha” e “Ele Não”. O que isso nos diz sobre o movimento de mulheres no Brasil?

Às vésperas de um processo já anunciado de impeachment de uma presidente, eleita por uma elite política conhecida por casos de corrupção, foi o movimento de mulheres o primeiro a se colocar contra o principal encabeçador do processo, Eduardo Cunha. Foram também as mulheres que, em meio a uma campanha eleitoral extremamente tensionada, da qual viu-se emergir um movimento fascistizado, se colocaram na linha de frente contra o, agora presidente, Jair Bolsonaro.

142 Buscas no Brasil pela palavra feminismo no Google entre 2011 e 2018. Em vermelho: agosto de 2012, data do lançamento de “Como ser mulher”; outubro de 2015, a Primavera das Mulheres; e setembro de 2018, o auge do interesse pelo movimento. Gráfico: Reprodução/Google Trends

Esses eventos confirmam a capacidade contestatória do movimento feminista, porém seu crescimento não ocorre sem que haja uma disputa interna, não apenas entre correntes teóricas distintas, mas também a respeito de métodos e ações. Se, do ponto de vista dos anticapitalistas, o movimento abre uma janela para recriação de laços de solidariedade entre a classe, é através do mercado e da disputa teórica que o capital tenta capturar o movimento, reproduzindo, assim, seus interesses.

Conforme vimos no primeiro capítulo, o neoliberalismo gera uma tendência à individualização e à desmobilização das organizações de trabalhadores, da mesma forma que o feminismo liberal, apresentado no segundo capítulo, compartilha dessa ideia de individualização dos sujeitos. O resultado desses processos é a criação de um movimento feminista que não chega a contestar efetivamente o status quo.

A base na meritocracia ou na lógica dos direitos individuais acaba por excluir, desse feminismo, uma série de mulheres. Nada tem de surpreendente, assim, a postura da Unilever que, enquanto empresa incentivadora da reprodução do neoliberalismo, ao escolher sua forma de atuação na questão de gênero, opta por dois campos — como apresentado no terceiro capítulo — o do empreendedorismo e o da autoestima (campo da beleza).

Se no primeiro campo, como vimos, recai sobre a mulher — em especial a que adere ao empreendedorismo por falta de opção — toda a responsabilidade pelo sucesso, ao passo que isso mascara a precarização e a decomposição de postos de trabalho formais; no segundo, vemos um feminismo que não transcende a aparência física da mulher, e, mesmo nesse caso, a empresa entra em uma série de contradições.

O feminismo, portanto, não pode ser resumido a uma ideia de empoderamento. Sem negar, aqui, o valor da autoestima, inclusive como forma de fortalecimento para seguir lutando. O ato individual de se empoderar não passa de um ato individual, e,

dentro de um quadro mais amplo, a luta das mulheres precisa, imprescindivelmente, passar por uma organização coletiva; visto que a opressão sofrida por elas é gerada por um sistema único, o qual se impõe sobre o seu coletivo.

Durante os dois anos do processo de execução da presente pesquisa, dedicamos certo esforço à compreensão do cenário macro em torno do objeto selecionado. Observa-se, dessa forma, que algumas questões poderiam ser abordadas com maior ênfase. Dentre elas, o estudo sobre a Unilever gera inquietações a respeito de políticas internacionais, promovidas pela ONU, para a equidade de gênero.

O debate sobre empreendedorismo feminino poderia, por si só, render outra dissertação. O aprofundamento desse tema serviria para repensar a reorganização do trabalho e a precarização do mesmo a serviço do capital, mascarado pela lógica meritocrática individualista do feminismo liberal. No campo da publicidade, é possível mergulhar ainda mais fundo em uma gama diversa de produtos, produzidos em especial para o nicho de mercado feminista.

Contudo, a realidade impõe-se à idealização acadêmica de diversas formas, e, com isso, o trabalho do pesquisador precisa ser realista. Gostaríamos de ter podido abraçar a maior parte dessas questões, mas a preocupação com o desfoque do tema principal do trabalho nos manteve compenetrados.

Há muito para se pesquisar sobre o processo do feminismo no Brasil e no mundo, nos últimos anos. É inegável que vivemos uma nova onda do feminismo, a qual deixaremos para as historiadoras e historiadores do futuro enumerarem. Entender, em especial, a diversidade do movimento feminista contribuirá, a curto e a longo prazo, para a elaboração de métodos e táticas de ação para o próprio movimento. Afinal, para nada serviria o trabalho acadêmico se não pretendesse auxiliar na transformação da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alice R. P.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo: Boitempo: Fapesp, 2014.

ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

ALVES, Marcia Cristina Moita; MACHADO, Hilka Vier; MIONE, Anne; ST-CYR, Louise. O processo de criação de empresas por mulheres. *RAE-eletronica*, v.2, n.2, jul-dez/2003

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta; *A dupla face da informalidade do trabalho “autonomia” ou precarização*. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; NUNES, Tiago de Garcia; CASTRO, Carla Appollinario de. *Empreendedorismo tupiniquim: notas para uma reflexão*. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói RJ: ANINTER-SH/PPGSD - UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316 -266X.

ANDERSON, Perry. *Um balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTIL, Pablo. *Pós Neoliberalismo as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 8 ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, Barbara. *Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos*. In: *Anais Marx Marxismo*, 2017.

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos CEMARX*, nº 10. 2017.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero:reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, 2015.

ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultix, 2007.

- BATCHEN, Geoffrey. *Arder en deseos: la concepción de la fotografía*, Barcelona:Gustavo Gilli,2004.
- BENJAMIM, Walter. *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luis F. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história*.Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,
- BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo sul global*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- BRENNER, Robert. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? *Revista Outubro*, 2015.
- BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CADORE, Nathália Boni. *As ONGs e o movimento feminista no Brasil na década de 1990*. In: Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. *História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (ORGs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, História*. Campinas: Papirus, 1997
- CARRASCO, Carmen; PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadoras e marxismo*. São Paulo: Sundemann, 2012.
- CHESNAIS, François. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, François. Mundialização: o capitalismo no comando. In: *Revista Outubro*, n. 5, 2015.
- CISNE, Mirla. *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2. Niterói, 2005.
- CYFER, Ingrid. Liberalismo e Feminismo: Igualdade de gênero em Carol Pateman e Martha Nussbaum. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, jun. 2010.
- DAVIS, Angela. *Mulher, Raça e Classe*. São Paulo, Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. In: *Anais CEMARX*.

DONATO, Manuella R. A. Limites do Feminismo Liberal para pensa o Empoderamento de Mulheres Latino Americanas. *Anais: 13º Mundos de Mulheres & Fazendo o Gênero*, 2017.

DREIFUSS, René Armand. *A internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro, Espaço e tempo, 1986.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984

FACINA, Adriana, and Rachel Soihet. *Gênero e Memória: algumas reflexões*. Revista Gênero 5.1 (2012).

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UNB, 2001.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sócias de sexo, classe “raça” na globalização neoliberal. *Mediações – Rev. De Ciências Sociais*, vol. 13, 2008.

FALQUET, Jules. *Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação?* In: ABREU, Alice R. P. & HIRATA, Helena &

FILGUEIRAS, Luiz. *Neoliberalismo no Brasil: Estrutura, Dinâmica e Ajuste do Modelo Economico*. In: MASUALDO, B.; ARCEO, E. (Org.) *Neoliberalismo y sectores dominantes - tendencias globales y experiencias nacionales*, Buenos Aires: CLACSO, 2006a, p. 179-206.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

FRASER, Nancy. *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*. In: Revista Outubro, n. 26, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001. 2ª edição.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 3ª edição.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo, Boitempo, 2014.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. TESES FEE n. 6. Porto Alegre, setembro de 2003.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

HAYEK, F.A. *O caminho da Servidão*. 6ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Pensadores).

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. São Paulo: Edusc, 2001.

KERGOAT, Danièle. *O Cuidado e a imbricação das relações sociais*. In: ABREU, Alice R. P.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, V.I. *Imperialismo – Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. *O capital. crítica a economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. *O capital: crítica a economia política*: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Pesquisa e Ensino”, In: ID et al (Org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró, *Classes Sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate*

Conceitual. *Revista Em Pauta*, n. 20, 2007

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista / o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003

PERROT, Michelle. *Minha história das Mulheres*. São Paulo, SP: Contexto, 2015.

POGGI, Tatiana. *Faces do Extremo: o neofascismo nos EUA (1970–2010)*. Curitiba: Ed. Prismas, 2015

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARTI, Cynthia Andersen. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. Rev. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SEKULLA, Allan. “*On the Invention of Photographic Meaning*”. In: BURGIN, Victor. *Thinking Photography*. Londres: MacMillan Press, 1982.

TAGG, John. “*The Currency of the Photograph*”. In: BURGIN, Victor. *Thinking Photography*. Londres: MacMillan Press, 1982.

THOMPSON, Eduard P. *A formação da classe operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FONTES

AMORIM, Rosane Oliveira. ***Empreendedorismo Feminino: Razão do Empreendimento. Trabalho de Conclusão de Curso de*** Administração - BATISTA, Luiz Eduardo – Orientador. Centro de Ensino Superior de Primavera (CESPRI). 2010

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Mapa da Empresa Unilever América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia. São Paulo, dezembro de 2015.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Comportamento Social e Trabalhista da Empresa Unilever. Florianópolis, fevereiro de 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Tendências mundiales del empleo de las mujeres*. Genebra: 2008

PINCEGHER, Marcus Vinicius. Relatório de Estágio Supervisionado: Unilever Brasil Industrial LTDA. Florianópolis, junho 2014.

Sites:

ALIANÇA EMPREENDEDORA. Disponível em: <<http://aliancaempreendedora.org.br/nosso-trabalho/>>.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOM BOSCO – AEBD. *Empreendedorismo feminino: oportunidade ou necessidade?*. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/412_Empreendedorismo_Feminino_Seget.pdf> . Acesso em: 15 jul. 2017.

DEES, Gregory (2001). *The Meaning of Social Entrepreneurship*. Disponível em: <http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf>.

ESOLA DE VOCÊ. *A sua escola de crescimento pessoal online*. Disponível em: <www.esoladevoce.com.br/home/quemsomos#quem-somos>.

FORTUNE. *The Fortune 2016 Global 500*. Disponível em: <<http://fortune.com/global500/list>>.

GOVERNO DO BRASIL. *Empreendedorismo feminino cresce 34% em 14 anos*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/empreendedorismo-feminino-cresce-34-em-14-anos>> . Acesso em: 15 jul. 2017.

HISTÓRIA UNILEVER. Disponível em: <<http://www.historiaunilever.com.br/unilever/files/paginas/1.pdf>>

MUNDO DAS MARCAS. *Unilever*. (2006). Disponível em: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/06/unilever-get-more-out-of-life.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – Mulheres (ONU Mulheres). *Princípios de empoderamento das mulheres*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf> . Acesso em: 15 jul. 2017.

STARTUPI. *Pesquisa inédita revela o perfil da mulher empreendedora no Brasil*. Por Cláudia Mamede. Disponível em: <<https://startupi.com.br/2016/09/pesquisa-inedita-revela-o-perfil-da-mulher-empreendedora-no-brasil/>>.

UNILEVER. *Brilhante: recupera o branco original das roupas e preserva as cores*. Disponível em: <<https://www.unilever.com.br/brands/our-brands/brilhante.html>>.

UNILEVER. *Hora de Brilhar Para As Brilhantes Empreendedoras Brasileiras*. Disponível em: <<https://futuromelhor.unilever.com.br/stories/479043/Hora-de-Brilhar-Para-As-Brilhantes-Empreendedoras-Brasileiras.aspx>>.

UNILEVER. *Nossa história*. Disponível em: < <https://www.unilever.com.br/about/who-we-are/our-history/>>.

UNILEVER. *Unilever em prol do empoderamento feminino*. Disponível em: <<https://www.unilever.com.br/news/press-releases/2016/unilever-em-prol-do-empoderamento-feminino.html>>.

Vídeos:

Dove

Real Beauty (2004) - <https://www.youtube.com/watch?v=Zkz5wKHNdQA>

Dove Evolution (2007) - <https://www.youtube.com/watch?v=iYhCn0jf46U>

Pro age (2008) - <https://www.youtube.com/watch?v=8-Nj4F5kikI>

Real Beauty Sketches (2013) - <https://www.youtube.com/watch?v=XpaOjMXyJGk>

Real Beauty Beats (2016) - <https://www.youtube.com/watch?v=p2cWdbQmksc>

Axe

Axe Metamorfosis (2002) - <https://www.youtube.com/watch?v=S0Ez76Z50-c>

Chocolate Man (2008) - <https://www.youtube.com/watch?v=4ZK7HS9J46Y>

Axe 2012 (2011) - <https://www.youtube.com/watch?v=THOWuOXA-EM>

Duas Gostosas e um sortido (2013) - <https://www.youtube.com/watch?v=b7HUkg3sVZI>

Encontre sua Magia (2016) - https://www.youtube.com/watch?v=0WE6WYx_NIY

